Diário de Lisboa

ANO 65 N.º 21 958 Sábado, 11 de Janeiro de 1986 Preço 40$00

A campanha das eleições para a Presidência

A Democracia portuguesa é jovem. Mas o regime autoritário que longas décadas bloqueou a vida colectiva é uma sombra apenas, já não é uma ameaça. Tão forte é a consciência democrática que com máscara democrática se apresenta o «restauracionismo». E é no terreno da Democracia política que hoje, no País, se colocam os problemas da defesa das instituições democráticas e do desenvolvimento da Democracia. Da Democracia política é necessário ascender à Democracia económica, social e cultural. É necessário intensificar e alargar a democracia participativa; desconcentrar, descentralizar, aprofundar a Democracia.

A vida democrática vai sendo construída como uma grande experiência colectiva, e para essa experiência contam o exercício concreto da cidadania e a participação dos cidadãos nos actos eleitorais. Para essa construção conta a vivência pluralista, o mútuo respeito, a tolerância, a erradicação das formas de ostracismo cívico e de «apartheid» ideológico.

No início oficial da campanha eleitoral para a Presidência da República deverão ser acentuadas as responsabilidades a que os cidadãos terão que corresponder. Em primeiro lugar: comparecer ao acto eleitoral. A abstenção é inimiga da Democracia. E não colhe o argumento de que as sucessivas eleições desmotivam o eleitorado.

Muito pelo contrário, a circunstância de se terem realizado, a curto intervalo, eleições para a renovação do poder legislativo e do poder local só torna mais importante, no seu significado político e nas suas consequências, a eleição presidencial. Já tem sido afirmado que, nesta eleição, com a designação do cidadão que vai ser o Presidente da República, para todos os Portuguesas e para todos os Portugueses, se joga o futuro de Portugal.

Durante a campanha eleitoral deverão os cidadãos — ouvindo, lendo, comparando — procurar escolher o melhor candidato a Presidente da República. É difícil, bem o sabemos, vencer ligações sentimentais, estereótipos, impressões subjectivas. Todavia a nossa escolha é decisiva. Cada voto poderá ser decisivo.

Ao jornal compete informar. E informar tão largamente, tão completamente, que facilite a escolha do eleitor. Escolha que alguns considerarão já feita, mas escolha que poderá sempre ser rectificada em função desta fase da campanha eleitoral durante a qual será mais directo o contacto dos candidatos com o largo auditório, a enorme assistência da Rádio e da Radiotelevisão.

Pelo nosso lado — nós, Imprensa escrita — iremos onde nos for possível e dedicaremos às eleições presidenciais todo o espaço disponível. Com objectividade, com isenção, com verdade. Mas, igualmente, com a consciência de que devemos, acima de tudo, acima de todos, servir a Democracia. Que devemos ser uma voz do Portugal de Abril.

DL

PRESIDENCIAIS

Ontem à noite: Soares no Pavilhão dos Desportos, Abecasis na campanha de Freitas e Zenha na Faculdade de Letras

20 mil km em 14 dias

Norte, Centro e Sul cobertos logo no primeiro dia

Pintasilgo no período de pré-campanha em contacto com populares

Iniciou-se à meia-noite, oficialmente, a campanha eleitoral. Cinco candidatos vão tentar durante catorze dias, percorrendo cerca de 20 mil quilómetros ao longo de todo o País, tentar convencer sete milhões de eleitores. Soares em Lisboa e Coimbra, Freitas do Amaral no Porto, Pintasilgo a vir do Algarve para Lisboa, Zenha no distrito de Santarém e Veloso em Lisboa, são cinco candidatos a espalhar-se pelo País até junto dos eleitores. Ontem, ao fim da tarde, soube-se de Belém que o Presidente da República não abdica de, enquanto cidadão, participar em actividades de natureza política. Mas Lisboa foi palco de duas derradeiras iniciativas pré-eleitorais. Zenha esteve à noite na Faculdade de Letras, em debate com intelectuais, e Mário Soares teve o seu primeiro grande comício, no Pavilhão dos Desportos. Com a casa cheia, ouviu o apoio do conselheiro de Estado Nobre da Costa e de Manuel Alegre, de António Guterres, de Sophia de Mello Breyner. Na assistência, espalhadas pelo recinto, viam-se bandeiras cor de laranja do PSD. Entretanto novidades vieram também da banda da Comissão Nacional de Eleições. Este organismo proibiu a troca dos tempos de antena entre Zenha e Ângelo Veloso e obrigou a RDP a transmitir propaganda eleitoral em todas as suas emissoras e não apenas na Antena Um.

Págs 6, 7 e 8

CRISE NO MAPA
Barreto demite director e nomeia tarefeiro

O ministro da Agricultura demitiu ontem o director-geral dos Serviços Centrais do MAPA (Ministério da Agricultura Pescas e Alimentação), nomeando para o seu lugar um funcionário dos serviços de pessoal da TAP fortemente contestado no interior do Ministério. Tal como o «DL» divulgou em primeira mão na quarta-feira, o director-geral Luís Santiago havia apresentado a sua demissão depois de ter tido conhecimento que Manuel Domingues, o técnico da TAP que o vai substituir, tinha quase concluído um plano de reorganização do Ministério, elaborado à sua revelia.

Continua na pág. 32

Vaz Portugal poderá ter de repor 1300 contos de salários

Vaz de Portugal, mandatário da candidatura de Freitas do Amaral para o distrito de Aveiro e ministro da Agricultura ao tempo da Aliança Democrática, poderá ter de repor 1300 contos, verba recebida indevidamente por acumulação de vencimentos. O problema terá sido levantado pelo Conselho Directivo da Escola de Medicina Veterinária, onde Vaz Portugal é docente, funções que acumulou com o seu trabalho na Estação Zootécnica Nacional e presidente do Conselho Nacional do Plano, devido à existência do Decreto-Lei 191/F/79, de 26 de Junho, que definia uma série de incompatibilidades para a acumulação de pessoal dirigente da Administração Pública. Com base no referido decreto-lei que a Procuradoria Geral da República terá dado o parecer 70/85, no qual se prevê que Vaz Portugal tenha que repor aquela verba. Apesar das diligências efectuadas durante esta manhã, o «DL» não conseguiu contactar com o ex-ministro da Agricultura e obter informações complementares sobre o caso.

Confrontada com a presença de oficiais do Exército na corporação

A realidade constitucional e europeia do Sindicato da PSP

António Bernardo Colaço

Os meios de Comunicação Social assinalando a recente visita do senhor ministro da Administração Interna ao Comando-Geral da PSP referiram-se a uma declaração do eng. Eurico de Melo no sentido de que «o Governo não permitirá qualquer tipo de sindicalismo na Polícia enquanto oficiais do Exército estiverem no comando da PSP» e «... esta se não transformar num organismo civil».

Eurico de Melo, rodeado de oficiais do Exército que prestam serviço no PSP, durante a sua visita ao Comando-Geral da corporação.

Partindo da credibilidade destas afirmações (por não desmentidas nem rectificadas) e na certeza da atenção que as mesmas seguramente merecerão de instâncias nacionais e internacionais pela gravidade que enfermam, há que delas extrair desde já os imediatos juízos e as lógicas consequências.

A — O Executivo parece pretender substituir-se aos tribunais:

Em foco tem estado como se sabe a questão da Constituição da Associação Sindical dos Profissionais da PSP (ASP-/PSP), relativamente à qual pende no Ministério do Trabalho desde 2.12.83 o **pedido de registo** ao abrigo da Lei das Associações Sindicais (Dec.-Lei n.º 215-B/75 de 30 de Abril).

O artigo 10.º desta lei sujeitando este procedimento a prazos fixos e peremptórios, atribui expressamente ao Ministério Público a função de controlo judiciário sobre a legalidade das associações sindicais, deferindo exclusivamente aos tribunais a tarefa e a competência para a decisão final sobre essa mesma legalidade quando dúvidas surjam a seu respeito. (Assinala-se agora apenas à laia informativa que o Ministério do Trabalho jamais tendo suscitado qualquer vício quanto à regularidade formal do processo do registo, deixou há muito caducar os prazos dentro dos quais poderia suscitar aquela questão junto do Ministério Público, pelo que o registo e a consequente legalização da ASP/PSP é inevitável e um dado adquirido no mundo sindical português.)

Estabelecendo melhor o quadro interpretativo deste preceito de lei, diz com efeito a Procuradoria-Geral da República (P-GR) no seu parecer n.º 192/83 de 9.Fev.84, **homologado** pelo secretário de Estado do Trabalho em 13.Fev.84: «I — Compete ao Ministério do Trabalho e S. Social examinar preliminarmente a regularidade formal do processo, organizado com vista ao registo de associações sindicais, o que compreende a verificação de legalidade do requerente e da existência, autencidade e conformidade dos documentos exigidos pelo art. 10.º 2 do Dec.-Lei n.º 215-B/ /75. II — No processo de registo de associações sindicais, o exame de conformidade de estatutos tem por objectivo a verificação de mera existência das especificações constantes das várias alíneas do art. 14.º do Dec.-Lei 215-B/75; III — Se no controlo preliminar a que se referem as conclusões anteriores, o único motivo de recusa for a existência de dúvidas resultantes de interpretações diversas mas plausíveis do regime jurídico relativo a qualquer das formalidades, **o ministro do Trabalho deve proceder ao registo** e promover os subsequentes trâmites». Nada mais claro que isto. **Subsequentes trâmites**, ou seja, provocar a intervenção do Ministério Público e consequentemente dos tribunais, o que está agora fora do alcance do Ministério do Trabalho — como acima se demonstrou —, por ter deixado rebentar (caducar) os prazos dentro dos quais poderia suscitar a questão.

Sendo certo que nos termos da Lei, a doutrina de um Parecer da Procuradoria-Geral da República, quando homologado por um membro do Governo se **impõe obrigatoria e oficialmente** ao nível dos respectivos serviços, a delonga (senão mesmo a recusa) por parte do secretário de Estado do Trabalho em aplicar esta doutrina ao presente caso reveste-se ostensivamente como atentatória da legalidade democrática, as instâncias responsáveis e competentes estarão seguramente atentas a esta situação anómala.

Vai, aliás, no mesmo sentido a recomendação de 14.Jan.85 do senhor Provedor de Justiça feita àquele membro do Governo, quando entende que «... no caso de dúvidas sobre a legalidade de constituição de um sindicato ou dos seus estatutos, a decisão final cabe **exclusivamente** ao tribunal».

Ora bem. Em nosso entender, quando uma situação do tipo descrito ocorre num Estado de Direito Democrático, para além de um flagrante atropelo à ordem democrática, surge um caso de **usurpação da função judicial** pela Administração — situação corrente em estados autocráticos (por mais belas que sejam as roupagens aparentes de democracia). É então uso falar-se de Justiça Administrativa ao invés de Administração de Justiça naquele específico caso.

Para que a situação democrática seja retomada, basta simplesmente que — nesta concreta questão —, se sintonizem o Ministério da Administração Pública e o Ministério do Trabalho com o **dictamen** da lei, ou seja, que este proceda ao registo e à publicação dos Estatutos da ASP/PSP e aquele se proponha ao diálogo e faça desaparecer os entraves para a divulgação sindical no seio da PSP.

B — O desrespeito pela Constituição e pela lei nunca constituiu sintoma saudável numa democracia.

1 — Suficientemente divulgada a pouca simpatia do Executivo à Constituição de República (CR) na actual versão, sempre se acreditou na sua afirmação de que a mesma seria respeitada enquanto mantivesse a sua vigência. Nem outra coisa é aliás de esperar de um Executivo em Democracia.

Quer isto portanto dizer que ao Executivo, no quadro de competência, de actividade e de deontologia política, cabe não apenas repor dignidade constitucional a situações inconstitucionais anteriores (por exemplo da responsabilidade do Executivo demitido), mas sobretudo pautar ele próprio a sua dinâmica em estrita observância da Constituição, enquanto esta vigorar.

2 — Ora, o artigo 272.º da Constituição da República coloca a PSP integrada na Administração Pública (título VIII). A PSP é um «organismo civil»; os «agentes da PSP são funcionários públicos com autoridade» — é neste sentido que vai a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (cfr. o douto Acórdão doutrinal de 23.6.82-BMJ 318/357 e o de 29.6.83-BMJ 328/474) e o conhecido parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 181/80 de 11.6.81-BMJ 310/141 e D.R. IIS de 10.4.82.

3 — Por outro lado, está já há muito ultrapassada a condição que visava proibir o associativismo sindical na PSP, contida no artigo 69.º 2 da Lei de Defesa Nacional e da Lei n.º 41/83 de 21 de Dez., (normas de constitucionalidade altamente duvidosa, estando já formulados os devidos pedidos de declaração de inconstitucionalidade material pelo senhor presidente da Assembleia da República). Na verdade, **mesmo a conceder-se validade a estas normas**, a proibição sindical aí prevista manteve-se, na pior das hipóteses, **até 15.Junho.84**, data em que foi apresentada Proposta de Lei n.º 71/III — Segurança Interna e Protecção Civil. Só que... esta proposta nunca foi transformada em **Lei, promulgada e publicada**, pois **caducou** com a demissão do Governo de 14.Julho.85 (artigo 170.º 5 da CR).

4 — Acontece que o Supremo Tribunal Administrativo tem vindo a decidir em recentes acórdãos (cfr., por todos — o de 21.11.85 no processo — recurso n.º 21 157) no sentido de inconstitucionalidade orgânica do actual Regulamento Disciplinar da PSP (Dec.-Lei n.º 440/82 de 4 de Nov.) —, o que, se por um lado, realça o intervencionismo abusivo do anterior Executivo em matéria de direitos e liberddes referentes à Função Pública, coloca por outro, em situação de precaridade e idoneidade moral de repressão disciplinar que sob a égide deste diploma tem vindo a abater-se muito particularmente sobre os sindicalistas policiais por questão sindical.

5 — Não se olvida finalmente que o próprio Estatuto da PSP (Lei n.º 151/85 de 9 de Maio) está também ele, ferido de inconstitucionalidade orgânica. Com efeito, tal lei, assumindo-se entre outras coisas, como um corpo de normas definidoras dos **princípios fundamentais** em que assentam, a **existência**, a **natureza institucional** e o **dependência orgânica e funcional da corporação**, versando sobre matéria que directamente integra as bases e o âmbito da Função Pública, carecia no mínimo, duma **autorização legislativa** para que o Governo com legitimidade sobre a mesma legislasse, por força do art. 168.º 1.al.) da CR

6 — Ora como os meros propósitos de um ministro não têm nem podem ter, só por si, força de lei, pesem embora as suas boas intenções e promessas de que vai apresentar nova proposta de Lei de Segurança ou providenciar no sentido de regulamentação do actual Estatuto da PSP — o mesmo é dizer que não se pode defender na nossa democracia e perante a Constituição da República qualquer relação daqueles propósitos com a proibição do Direito Sindical na PSP. A não se entender assim criar-se-iam veladamente situações típicas de estados de excepção (de sítio, de emergência ou de calamidade pública) quando não mesmo objectivando «... uma generalizada indiferença que nos remete ao nível das polícias militarizadas que existem nas ditaduras políticas ou nos regimes autoritários» — declaração do senhor Provedor de Justiça em 31.Julho.85.

7 — Um Executivo que persista voluntária e manifestamente em não respeitar a Constituição é perigoso por inconstante. Um tal Executivo corre o perigo de, no futuro próximo não se impor ao respeito, senão pelo argumento da força. Só que... a legitimidade da força apenas existe quando constitucionais (e portanto legais) os pressupostos em que assenta.

C — Em democracia, foi sempre incorrecto envolver militares em matéria de negação de direitos, liberdades e garantias constitucionais

Parece não poder deixar de se perspectivar um tal envolvimento quando o eng. Eurico de Melo assinala a presença de militares na PSP como sendo o óbice à ASP/PSP.

Tal não foi, todavia, o entendimento colhido na mesa-redonda sob o tema «Sindicalismo Policial Europeu» realizada em 22.2.85, em Lisboa, pois aí figura como 3.ª conclusão o seguinte: «A PSP como organismo policial é vocacionalmente, e por natureza, um organismo civil. **A actual presença de elementos militares dentro da corporação não é impedimento à existência de um organismo representativo de classe profissional da mesma.**»

Do modo como a questão foi colocada pelo sr. MAI, parece ficar destacada uma nota de odioso lançada aos militares

como os empenhados e interessados na negação do direito democrático e constitucional de sindicalização dos agentes da PSP que estõ reconhecidos como sendo «funcionários públicos com autoridade» como se disse — nada mais nem menos que isso.

Aliás e a título meramente elucidativo, basta olhar a vizinha Espanha — tal como nós, membro de pleno direito da CEE a partir de 1.1.86 e onde a Polícia Nacional — congénere da nossa PSP — dispõe de organização sindical própria, a SUP — Sindicato Unificado de Polícia.

D — O movimento associativo sindical da PSP como realidade viva e pulsante

A ASP/PSP vai realizar já o seu 3.º Encontro da Comissão Executiva Nacional a 1.Fev.86, em Coimbra, estando já programadas as comemorações do seu 4.º aniversário na Cidade do Porto, abrangendo entre outras realizações uma mesa-redonda com a presença de individualidades como Gunter Schroder, presidente da UISP (União Internacional de Sindicatos de Polícia, com sede na Alemanha Federal); Eugénio Ascêncio, presidente da FASP (Federação Autónoma dos Sindicatos de Polícia — França; José Lopez Gonzalez, secretário-geral da SUP (Sindicato Unificado de Polícia) e Cano de la Vega, secretário-geral da USPM (União Sindical de Polícia Municipal — Espanha).

À laia informativa, se assinala que a UISP (União Internacional de Sindicatos de Polícia) congrega cerca de 500 000 agentes e funcionários de Polícia, contando de momento com 16 filiações. Merecem particular destaque: o Sindicato da Polícia Alemã; a Federação da Polícia de Inglaterra e do País de Gales; o Sindicato Nacional da Polícia Belga; a Federação da Polícia Escocesa; a Federação da Polícia da Irlanda do Norte (GARDA); o SIULP — Sindicato Italiano Unitário dos Trabalhadores de Polícia; a Associação de Polícias do Luxemburgo; o Sindicato de Polícias do Mónaco; a Federação da Polícia Norueguesa; Sindicato Nacional de Polícia Uniformizada de França; a Federação da Polícia da Holanda; o Sindicato Profissional de Polícia — Espanha e a USP — União Sindical de Polícias — Espanha, para além das referenciadas no parágrafo anterior.

A ASP/PSP enviou delegados ao IV Congresso da USP, Granada, Fevereiro de 85 e ao II Congresso da USPM, Granada, Nov. 85. Estando perspectivada a sua presença no Congresso da UISP (União Internacional de Sindicatos de Polícia) a realizar na Itália ainda este ano, a ASP/PSP participou já nas conversações de 1.12.85 em Madrid como Comité Executivo da UISP.

A OIT, a propósito da queixa apresentada pela ASP/PSP contra o Governo português quanto à violação do direito sindical, distinguindo nitidamente a **proibição, pura e simples, do direito sindical,** de eventuais **restrições ao exercício** deste direito, manifestou o anseio de que o Governo português adopte as disposições que determinem com precisão o alcance dos direitos sindicais dos trabalhadores da PSP (in n.º 60 do seu relatório). **O direito de sindicalização na PSP é uma realidade que jamais poderá ser negada e muito menos postergada.**

A ASP/PSP, já fez aprovar, nesta perspectiva, uma Declaração de Princípios-Base; uma Carta Reivindicativa e o Primeiro Código Deontológico do Polícia Português.

O senhor Provedor de Justiça, na sua já célebre declaração de 31.7.85, no dia em que, oficialmente, recebeu uma delegação a ASP/PSP, considerou a PSP «uma instituição cívica», rejeitando claramente o designativo de «corporação» por tal entidade inexistir no nosso direito, desde 25 de Abril. Para esta insigne entidade «todos cantam o seu júbilo por entrarmos na CEE, mas Portugal é, de todos os 12, **o único** que está a impedir a organização sindical de Polícia». E mais adiante: «... Em Portugal instauram-se processos disciplinares e aplicam-se sanções àqueles que, corajosamente, se batem por uma causa justa. Isto significa que, em vez de darmos um passo em frente para a Comunidade Europeia estamos a dar passos atrás...»

Complementando, finalmente, a justeza legal e moral da sua razão de ser, a ASP/PSP assegura solenemente no n.º 3 dos seus Princípios-Base a «Manutenção e abertura de todas as vias de diálogo com a administração em geral e as estruturas hierárquicas em especial, na permanente busca de soluções negociadas sempre norteadas pela dignificação da instituição policial e dos interesses dos seus associados».

5 — Finalizando...

Não nos parece que o actual Executivo vá assumir a chaga e a consequente responsabilidade de pautar orgânicas sem a audição dos destinatários directamente interessados através do seu órgão representativo de classe a ASP/PSP, e, para mais baseando-se em diplomas inconstitucionais, sob pena de se ver desprestigiado por actuações que irão sendo judicialmente neutralizadas, como é o caso do problema disciplinar surgido das sucessivas anulações pelo STA dos despachos ministeriais proferidos neste âmbito ao abrigo do diploma inconstitucional.

O reconhecimento jurídico da Associação Sindical dos Profissionais da PSP é não apenas um dado de há muito adquirido face à Constituição e a legislação em vigor como é uma exigência premente ao nível europeu. Temos a certeza que um tal reconhecimento é só uma questão de tempo. E... em conquistas democráticas, não há tempo a perder.

Na actual fase da questão sindical da PSP, ao Executivo caberá ganhar o papel que historicamente entende lhe deve ser reconhecido.

* Magistrado do Ministério Público

Pela dignificação da justiça laboral

Fausto Leite

Tribunais do Trabalho

Dos tribunais de árbitros-avindores, autorizados por Carta de Lei de 14/8/1889, passando pela ordem dos Tribunais do Trabalho criada pelo «Estatuto do Trabalho Nacional» (Decreto-Lei n.º 23 048, de 23/9/33), regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 24 363, de 15/8/34 e afeiçoada ao regime corporativo, com o Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 30 909, de 23/11/40, até à hodierna organização judiciária laboral, operou-se uma longa evolução que acompanhou, de perto, as profundas transformações sociais, entretanto, ocorridas em Portugal.

A especificidade da relação laboral, que fundamenta a inquestionável autonomia científica do direito material e processual do trabalho, tornou irreversível a existência de tribunais com competência especializada para julgar as questões dela emergentes e outras conexas do mundo laboral.

A sua integração na ordem judiciária comum, com a aprovação da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, aprovada pela Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro, na linha dos normativos constitucionais (v. art.º 212.º e 213.º da Constituição de 1976), traduziu-se, inegavelmente, na melhoria da qualidade da administração da justiça nesta área.

O aumento de tribunais com jurisdição especializada, nas zonas de maior contencioso laboral, sem prejuízo da competência genérica onde os não haja, constituiu outro factor positivo nalgum insuficiente descongestionamento, ultimamente verificado nos Tribunais do Trabalho, em especial, de Lisboa e Porto.

Outrossim, as secções de jurisdição social dos Tribunais da Relação e do Supremo Tribunal de Justiça têm elaborado jurisprudência que, de um modo geral, contribuíram para o avanço científico do direito do trabalho.

Por outro lado, a extinção das Comissões de Conciliação e Julgamento, decretada pelo Decreto-Lei 115/85, de 18 de Abril, também veio diminuir o atraso no julgamento dos litígios, com as óbvias vantagens daí decorrentes.

No entanto, as carências e os desajustamentos continuam a entorpecer a acção da justiça, requerendo medidas inadiáveis que garantam a efectivação do direito do trabalho.

Antes de mais, há limitações que nos afastam do almejado escopo da «justiça ao pé da porta».

Pior ainda, a conhecida morosidade nos julgamentos dos processos, significa, em muitos casos, uma inadmissível denegação de justiça, mormente, quando esão em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores, como sejam, entre outros, o direito à retribuição, ao trabalho e à segurança no emprego (v. art.ºs 53.º, 59.º e 60.º da Constituição da República).

Por outro lado, as execuções de sentença são, em muitos casos, ineficazes, quer porque, entretanto, desapareceram os bens penhoráveis, quer porque os Tribunais Tributários os penhoraram, acabando, desse modo, por serem suspensas, interrompidas ou extintas, sem satisfação dos direitos dos exequentes.

A falta de magistrados judiciais, do Ministério Público e de funcionários judiciais, a carência de tribunais em zonas de maior densidade industrial, a notória exiguidade dos meios materiais e dos próprios edifícios são causa da conhecida degradação do funcionamento dos Tribunais do Trabalho, que urge erradicar.

Entre outras reformas, afigura-se premente a criação de tribunais arbitrais que, de forma célere e eficaz, possam dirimir os conflitos laborais mais simples, designadamente os atinentes à classificação profissional.

Processo laboral

É patente a inadequação do processo do trabalho, que não acompanhou a profunda evolução do direito substantivo laboral.

Mantêm-se inalterados regras e princípios civilísticos, acolhidos no actual Código do Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 272-A/81, de 30/9/81, que colidem com os princípios fundamentais da celeridade, da simplicidade, da igualdade real das partes e da verdade material.

Persiste a hipervalorização do acto conciliatório, agravada, na prática, com a sobrecarga de julgamentos, que se traduz em forçadas e, tantas vezes, injustas conciliações.

A justa e célere composição dos litígios laborais requer, entre outras alterações,

— a ampliação da legitimidade activa das associações sindicais, sempre que na relação material controvertida estejam subjacentes interesses de uma pluralidade de trabalhadores;
— a consagração de uma única forma de processo declarativo, a revisão da instrução e a abolição da especificação e questionário;
— a admissão de providências cautelares adequadas aos institutos do direito substantivo.

No âmbito do processo penal laboral, há que pôr termo à incompreensível exclusividade do exercício da acção penal, consignada no art.º 181.º do Código do Processo do Trabalho.

Torna-se indispensável, também, conferir eficácia às Inspecções do Trabalho, tanto mais que, a partir de Maio de 1986, passará a ter competência para o processamento das contra-ordenações laborais criadas pelo Decreto-Lei n.º 491/85, de 26 de Novembro.

Quanto ao acesso ao direito, a recente revogação do Código de Custas Judiciais do Trabalho, efectuada pelo Decreto-Lei n.º 118/85, de 19 de Abril, ao invés de contribuir para a desejada democratização da justiça, tal como prescreve o art.º 20.º da Constituição, veio dificultar o acesso à Justiça, em especial, por parte dos que mais dela carecem. Com o pretexto da economia de meios e da simplificação burocrática, deu-se um passo atrás neste domínio...

Reformas necessárias

Estamos longe dos «Tribunecas» que, no âmbito do direito judiciário, estavam ao nível do «Direito Corporativo», leccionado nas Faculdades de Direito até 25 de Abril de 1974.

O Direito do Trabalho registou apreciável progresso nos últimos onze anos, de par com assinalável produção doutrinária e jurisprudencial.

Elevada percentagem de advogados considera praticar uma advocacia predominantemente especializada ou especialmente vocacionada para o ramo de Direito do Trabalho: 46% e 42%, respectivamente (1).

Ainda recentemente, o Congresso dos Advogados Portugueses, realizado em Lisboa, nos dias 19 a 22 de Dezembro de 1985, aprovou a seguinte conclusão:

«No que toca à justiça laboral, impõe-se o melhoramento da orgânica dos Tribunais de Trabalho, a contingentação dos processos, a alteração do sistema de custas, a revisão dos mecanismos conciliatórios e de arbitragem, a revisão do Código de Processo do Trabalho à luz dos princípios deste ramo de direito autónomo, do direito substantivo laboral e das normas internacionais, a adequação dos procedimentos cautelares, diligências antecipadas de prova e do rito processual em geral à situação de desigualdade efectiva das partes, de forma a assegurar uma igualdade real das mesmas.»

Na verdade, muito há a fazer para que a justiça do trabalho corresponda às crescentes necessidades deste relevante sector.

A dignificação da administração da justiça do trabalho em Portugal é um imperativo constitucional irrecusável que, ao assegurar melhor justiça nas relações laborais, reforçará o Estado de direito democrático.

*** Advogado**

(1) — Inquérito à Situação dos Advogados — Ordem dos Advogados 1985.

Terceiro Mundo: a fuga de capitais

Dois estudos recentes confirmam que a fuga de capitais do Terceiro Mundo constituem uma das principais causas do seu endividamento.

O Instituto Alemão Federal «HWWA», de Hamburgo, sustenta que a fuga de dinheiro é particularmente forte na América Latina, a região com maior dívida externa do mundo, avaliada em aproximadamente 360 mil milhões de dólares.

Na Argentina, sustentam os peritos, entre 1976 e 1982, a fuga de capitais oscilou entre 17.200 milhões de dólares e 23.200 milhões, no México situou-se entre 13.500 milhões e 35.600 milhões, durante o mesmo período, e na Venezuela o seu valor variou entre 8500 e 11.000 milhões.

Ocasiões há em que a fuga de capitais equivale à dívida oficial, e um dos muitos exemplos disso deu-o o Zaire em 1982, quando suspendeu o pagamento dos seus compromissos com o exterior, num montante de 4200 milhões de dólares, numa altura em que cidadãos zairenses haviam depositado a título pessoal em bancos estrangeiros, qualquer coisa como uma verba estimada entre 4000 e 6000 milhões de dólares.

Ao Instituto Alemão Federal «HWWA» juntou-se o Banco Indosuez, com um relatório semelhante, no qual reafirma que o sobrendividamento do Terceiro Mundo tem muito a ver com a fuga de cerca de 10 mil milhões de dólares por ano, cifra esta registada pelo menos entre 1982 e 1984.

Fuga de capitais

A fuga de capitais ocorre de diversas formas. E é assim que por exemplo aos domingos à noite é possível assistir ao regresso de Singapura a Jakarta das esposas de dignitários do regime indonésio carregadas de compras, que efectuaram depois de depositar fundos nos bancos, especialmente abertos para o efeito aos fins-de-semana, afirma o matutino francês «La Tribune de L'Economie».

O Instituto «HWWA» acrescenta que o Congo, fronteiriço com o Zaire, se transformou num dos maiores exportadores mundiais de diamantes, sem que no seu solo exista uma só jazida destas pedras preciosas.

Por outro lado, prossegue a denúncia, as «comissões» dadas depois de um contrato ganho, acabam por se institucionalizar, todavia elas jamais entram no país em que deveriam entrar.

A sobrefacturação das importações e a sufacturação das exportações geram diferenças em relação ao preço real em que são colocadas no estrangeiro pelo cliente em nome do comprador ou vendedor (ou agente) local. Essa prática foi iniciada pelos países industrializados, e agora que razões haveria para se privar os menos favorecidos? Interroga-se.

Os capitais desviados são depositados em bancos, sendo os provenientes da América Latina preferidos pelo Chase Manhattan, ao passo que muitas instituições europeias recebem os oriundos do sudeste asiático.

Pessoa na "Colóquio"

Luís Miranda Rocha

A revista Colóquio-Letras **publicou um número de homenagem a Fernando Pessoa. É o 88 e data de Novembro. Centena e meia de páginas, material vasto e diverso, desde poemas de Carlos Drummond de Andrade e António Gedeão a recensões críticas a livros recentemente publicados sobre o poeta dos heterónimos.**

Às primeiras impressões, dir-se-á que é apenas mais um acervo de contributos para o enriquecimento de bibliografia pessoana passiva, num ano em que o centenário do nascimento do poeta suscitou dezenas, aliás, centenas, aliás, milhares de textos sobre ele em jornais, revistas e livros, aquém e além de incontáveis actos e realizações a pretexto do mesmo e com intenções mais ou menos homenageantes. Todavia, de iniciativa assim talvez não se possa dizer que é **mais uma**. E por duas razões, ou três. Vamos ver.

Antes de mais, haverá a assinalar a variedade e a diversidade dos assuntos aqui tratados, pelo menos na dezena e meia de ensaios que constituem o mais importante do **corpus** textual, da generalidade dos quais não se pode dizer que os caracterizem, por exemplo, o lugar comum, a repetição ou a insistência em relação aos incontáveis trabalhos anteriormente dedicados a Pessoa e suas obras. E não caberia aqui exemplificar.

Depois, há o que se pode chamar a garantia de qualidade oferecida pelos nomes dos colaboradores, todos ou quase todos com trabalho já feito nos domínios da pessoana.

Sem que isso signifique, de forma alguma, que os restantes textos tenham menos interesse, nós destacaríamos aqui um trabalho de Fernando J.B. Martinho titulado «Pessoa em abismo nos anos 80», e as respostas de treze poetas portugueses e brasileiros a um inquérito: «Fernando Pessoa hoje».

No primeiro caso, os motivos são óbvios: trata-se da presença, digamos assim, de Fernando Pessoa na poesia portuguesa mais recente.

Que Pessoa é uma presença, não, certamente, tutelar (a não ser em alguns casos), mas, pelo menos, constante na poesia feita, até 60, pelos poetas portugueses que aparecem nos anos 20, 30, 40 e 50, já Fernando J.B. Martinho o demonstrou em livro publicado aqui há dois anos, **Pessoa na Moderna Poesia Portuguesa**. O que o ensaio agora publicado na revista pretende demonstrar é que a presença de Pessoa é ainda uma constante na produção mais recente desses poetas, e doutros entretanto revelados na presente década. Pretende e consegue, numa demorada atenção às referências existentes, desde **poesia 61** até princípios de 85, passando por **poesia experiemental**, a poesia social de combate e resistência dos anos 60, os anos 70 (Nuno Júdice, etc.), as revelações dos últimos anos, e, obviamente, a continuidade produtiva (por vezes muito renovadora e até mesmo inovadora) dos autores em cena desde há dez, vinte, trinta anos, e até mais.

Fazer aqui uma relação dos nomes será impraticável, e seria desnecessário. Diga-se apenas que são muitos. E tantos que dir-se-ia mais fácil nomear as ausências.

Estas não são muito numerosas — parecerá, a quem, porventura for à procura de nomes presentes, por exemplo, para os contar, no presente texto ou no índice onomástico atrás citado. Como sempre, as aparências são um tanto enganadoras. No caso, convém considerar a especificidade do trabalho que é. Trata-se dum levantamento para-exaustivo da presença de Pessoa na moderna poesia portuguesa, e presença a todos os níveis: temas, assuntos, posicionamento perante o real e os seus problemas, assumpção deles no labor da linguagem — trabalho discursivo e textual. Etc. Tendo sido Pessoa o que foi, e sendo o que é a sua obra, não será assim tão surpreendente que ele **apareça** em tanto de quanto se tem escrito e sob a forma de poesia depois dele. A vastidão, a variedade e a diversidade da sua obra não poderiam deixar de produzir esse efeito. Teremos por certo de dizer que Pessoa é uma figura tutelar. Mas não tanto, talvez, para um número significativo de casos, e talvez mais para o processo global da poesia portuguesa. Por maior que seja o **peso**, por mais densa que seja a **sombra** de Pessoa sobre esse processo, nem tal **peso** esmaga, nem tal **sombra** apaga o que de novo e diferente depois dele e fora da sua (directa, pelo menos) influência se tem feito em poesia nas últimas décadas em português e em Portugal.

Fernando J.B. Martinho, aliás, e tanto no livro como no presente ensaio, não deixa de distinguir o que poderá chamar-se **influência**, do que não é muito mais do que assumpção referida (inevitavelmente), mas sem implicar o reconhecimento dum ascendente, directo, pelo menos.

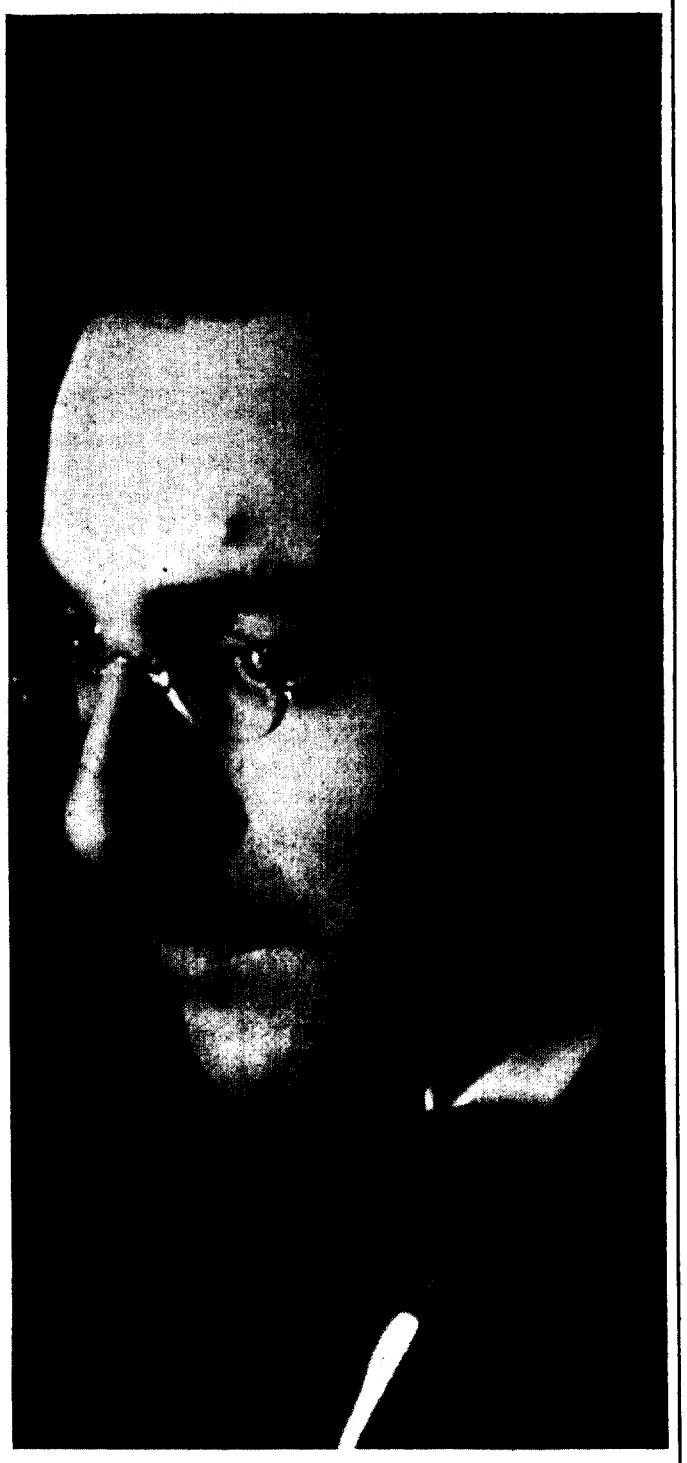
Quanto ao inquérito, ele põe três quesitos.

No primeiro, trata-se do «aspecto da obra de Pessoa mais determinante na evolução e/ou enriquecimento da poesia deste século». As respostas não são muito divergentes: os heterónimos, dizem Carlos Néjar e Eugénio de Andrade. E outros, Fernando Guimarães, Gastão Cruz, Hélder Macedo, João Rui de Sousa, José Augusto Seabra, José Bento, José Blanc de Portugal, Ledo Ivo, Mário Dionísio, Natália Correia e Vasco Graça Moura referem esses e/ou outros que, naturalmente, não estão desse dissociados: multiplicidade, heterotextualidade, complexidade, cultura, pensamento, cosmopolitismo (ou urbanismo), em suma: **identificação** (mental, intelectual) com as noções ou conceitos mais correntes na esfera da modernidade.

Segundo quesito: trata-se de que poetas portugueses mais ou menos contemporâneos de Pessoa «mereciam usufruir, além-fronteiras, de uma vaga semelhante». E aqui, nas respostas, ocorrem os nomes dir-se-ia que inevitáveis: Cesário, Pessanha, Pascoaes, Sá Carneiro, Nemésio, Casais, Sena, Torga, etc., uns citados por uns, outros por outros, havendo, porém, quem se recuse a citar nomes, a pretexto de que a questão de sentido perante os problemas que a propósito se levantam e que se prendem com as condições da língua e da cultura portuguesas.

No terceiro quesito fala-se de **influências** de Pessoa reconhecidas por cada um na própria obra poética. O interesse das respostas prende-se com o trabalho de Fernando J.B. Martinho.

Segundo este, um dos (poucos) autores portugueses contemporâneos que se podem dizer «arredados» da «influência» (directa, pelo menos) de Pessoa é Gastão Cruz. A título de curiosidade, vejamos o que este diz aqui, a tal propósito:



— «Devedor» em relação à (a esta ou aquela) «lição de Pessoa»? — «Directamente, não. Mas a releitura de Fernando Pessoa é sempre estimulante. A grande **lição** da sua poesia não difere muito da de todos os grandes poetas: é uma lição de profissionalismo, de economia (mesmo nos poemas mais longos), de densidade, sobre a qual deveriam reflectir muitos dos que hoje supõem que escrever poemas é alinhar um fraseado frouxo, de decrépitas imagens e metáforas exaustas».

SALDOS
nos
ARMAZÉNS DO
CHIADO
INÍCIO 6 JANEIRO
INÍCIO 6 JANEIRO

TEMPO DE ANTENA
DOMINGO 12
ÀS 20.45 na RTP
COM
FRANCISCO SALGADO ZENHA
HENRIQUE DE BARROS
MARQUES JÚNIOR
CHALANA
ANABELA
Nova Democracia
Nova República
ZENHA À PRESIDÊNCIA

Parlamento Europeu alargado

Chegada de Portugal e da Espanha produz alterações em Estrasburgo

As funções dos parlamentares portugueses no Parlamento Europeu começaram a ser definidas ao longo desta semana, em Bruxelas.

Os principais grupos políticos, socialista, democrata-cristão e liberal, já concluíram as reuniões preparatórias da sessão da próxima semana do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Os grupos aproveitaram estas reuniões para resolver questões de ordem organizativa, tais como atribuir as funções aos 60 novos parlamentares espanhóis e 24 portugueses.

Os trabalhos encontram-se neste quadro bastante avançados no grupo socialista, mas decisões definitivas só deverão ser tomadas para a próxima semana nos grupos democrata-cristão e liberal.

No grupo socialista — de todos o mais numeroso — Jorge Campinos foi eleito para o «bureau» como vice-presidente. Encontram-se definidas também, por outro lado, em que comissões parlamentares vão tomar assento os seis deputados socialistas portugueses.

Na agricultura e pescas estará Luís Filipe Madeira, nos Assuntos Sociais, Rudolfo Crespo, no desenvolvimento regional, Fernando Gomes, no Orçamento, Walter Rosa, na Cooperação ao Desenvolvimento, Jorge Campinos e nos Transportes, Coimbra Martins.

No grupo democrata-cristão as decisões definitivas só deverão ser tomadas na próxima semana, em Estrasburgo. Sabe-se, entretanto, que Lucas Pires manifestou vontade de participar na Comissão do Orçamento como titular e na das questões jurídicas, como suplente, enquanto Luís Beiroco gostaria de se integrar respectivamente nas do Desenvolvimento Regional e Questões Institucionais.

No grupo liberal a resolução deste tipo de questões parece encontrar-se mais atrasada, fundamentalmente devido a dificuldades de concertação entre os nove sociais-democratas portugueses, com destaque Pinto Balsemão e Almeida Mendes.

O problema poderá, no entanto, vir a ser resolvido durante o Conselho Nacional do PSD.

Conhece-se entretanto a nova distribuição de forças que resultará no seio do Parlamento Europeu da chegada dos deputados portugueses e espanhóis:

— O grupo socialista passa de 130 para 172 com a chegada de 36 espanhóis e de seis portugueses;

— O grupo democrata-cristão passa de 109 para 115 com a chegada de quatro espanhóis e de dois portugueses, podendo aquele número ascender a 118 caso dois membros do Partido Nacional Basco e o ex-primeiro-ministro Calvo Sotelo decidam nele se integrar;

— O grupo conservador passa de 50 a 64 com a chegada de 14 espanhóis da Aliança Popular.

— O grupo liberal passa de 31 a 44 com a chegada de 4 espanhóis e de nove portugueses, podendo atingir o número de 45 caso assim o decida Calvo Sotelo;

— O grupo comunista passa de 41 a 44 com a chegada de três portugueses.

— O grupo gaullista mantém 30 membros;

— O grupo misto passa de 19 a 20 com a chegada de um espanhol;

— O grupo da direita europeia mantém 16 membros;

— E os não inscritos passam de 6 a 10 com a chegada de quatro portugueses do PRD, podendo atingir o número de 12 caso assim o decidam os dois espanhóis do Partido Nacional Basco.

A primeira sessão do Parlamento Europeu depois do alargamento, que se desenrolará na cidade francesa de Estrasburgo, de 13 a 17 de Janeiro, tem na ordem de trabalhos pontos como a análise do «Livro Verde» sobre a reforma da política agrícola comum, do «Livro Branco» sobre a criação do mercado interno, do programa da presidência holandesa e da questão institucional à luz das reformas do Tratado de Roma, decididas pelos chefes de Estdo e de Governo no passado mês de Dezembro.

Portugal quer reunião da CEE para estudar sanções à Líbia

Portugal «associa-se inteiramente» aos pedidos de uma reunião extraordinária de ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE para apreciação das sanções económicas norte-americanas contra a Líbia, disse uma fonte do MNE.

O Gabinete de Imprensa do Ministério português dos Negócios Estrangeiros afirmou que «Portugal associa-se inteiramente aos pedidos formulados e, neste momento, aguarda o acerto de datas para a reunião».

A Itália, a Grécia e a Espanha formularam já pedidos de realização dessa reunião, o que prefaz o número de petições necessárias, segundo o regulamento comunitário, para que a Presidência da CEE inicie os contactos com todos os Estados membros para a marcação de uma data.

Quarta-feira um porta-voz do MNE tinha informado que «Portugal acompanha com preocupação a situação no Mediterrâneo Oriental» mas que «não alinha em sanções económicas nem isso lhe foi pedido».

O Ministério português considerou ainda «preocupante» a evolução dos acontecimentos no Médio-Oriente, pois «trabalham na Líbia centenas de portugueses que nos cumpre proteger».

Posição da CGTP

A CGTP-IN manifestou-se entretanto contra as sanções económicas contra a Líbia decretadas pela administração norte-americana, decisão que «potencia uma nova escalada de tensão em todo o Mediterrâneo e a nível internacional».

O comunicado da central sindical acrescenta que esta atitude é «tanto mais criticável», quando parte de um Governo cuja prática, no plano internacional, não está isenta de violações graves aos mais elementares direitos da pessoa humana e aos princípios e normas de direito internacional».

A CGTP lembra que «sempre condenou todos os actos de violência arbitrária que, pelas suas consequências trágicas, contribuem para o descrédito das lutas de emancipação dos povos» e «repudia veementemente os actos terroristas perpetrados contra pessoas inocentes nos aeroportos de Roma e de Viena».

Vai ser revisto o diploma da zona franca da Madeira

«Questões não resolvidas por anteriores Governos», entre as quais os meios para o plano de dessnvolvimento da Madeira, foram tratadas na reunião de ontem de Alberto João Jardim com o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, revelou à ANOP o chefe do Executivo madeirense.

João Jardim manifestou a Cavaco Silva a sua discordância com o diploma da zona franca da Madeira, o qual, afirmou, vai ser corrigido pelo actual Governo, «uma vez que os incentivos nele contemplados não permitiam, à partida, uma posição concorrencial na zona franca».

O chefe daquele Executivo regional disse ainda ter discutido com o Primeiro-Ministro o tratamento da dívida pública da região autónoma e questões relacionadas com o «tratamento da nova realidade madeirense» nos órgãos de Comunicação Social do continente. Referia-se à «censura» que considera existir no caso da Radiotelevisão Portuguesa.

CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

Telefones de Lisboa e Porto

COMUNICADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS CTT/TLP

Chegou ao conhecimento do Conselho de Administração dos CTT e TLP que estão a ser forjados por desconhecidos documentos pretensamente relativos a pessoas e factos ligados a estas Empresas.

No dia 8-1-86, foi o Conselho de Administração informado pela ITT WORLD Directories de ter sido recebido na sua sede, em Bruxelas, com cópia para a sede em Nova York, um telex expedido do posto público da Estação dos CTT dos Restauradores no qual se insinuam pretensas irregularidades no processo de consulta para a edição e publicação de listas telefónicas, ainda que praticadas por parte presumivelmente interessada que não os CTT e TLP.

A ITT, repudiando desde logo o conteúdo do telex, alertou, todavia, o Conselho de Administração dos CTT e TLP para o facto de, aparentemente, o autor do telex pretender sugerir uma associação entre a assinatura dele constante e o nome de um quadro superior destas empresas públicas, associação tanto mais justificada quanto é certo que os dois últimos apelidos da pessoa em questão podem ser identificados dessa maneira e essa pessoa tem vindo a assessorar directamente o Conselho de Administração neste processo.

Logo que teve conhecimento do facto, o Conselho de Administração dos CTT e TLP e a pessoa presumivelmente visada denunciaram o telex como apócrifo, tendo sido, de imediato, desencadeadas rigorosas investigações visando o apuramento do verdadeiro autor do referido telex, cuja identidade e morada já foram apuradas e se mostram falsas. O nome deixado pelo remetente na Estação dos CTT dos Restauradores não corresponde à assinatura constante do telex e a morada indicada não existe. As averiguações prosseguem.

O Conselho de Administração dos CTT e TLP, que não tomou, ainda, qualquer decisão final sobre o processo de consulta para a edição de listas telefónicas, denuncia publicamente as manobras, cuja intenção não descortina, acima relatadas, repudia-as inteiramente, porque atentatórias do bom nome e reputação das empresas que representa, e das empresas envolvidas na consulta, cuja honorabilidade não pode ser posta em causa. Quer ainda deixar bem claro que continuará a reger-se, neste como em qualquer outro processo, pelos princípios de verticalidade e transparência que sempre têm caracterizado o comportamento destas Empresas, cujo objectivo é, acima de tudo, a salvaguarda do interesse público.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Teatro da Cornucopia

CICLO STRINDBERG
A ILHA DOS MORTOS

PÁSCOA

no **TEATRO DO BAIRRO ALTO**
ÚLTIMO DIAS
SÓ ATÉ DOMINGO

BREVEMENTE: **PAI**
(2.º espectáculo do ciclo)

R. Tenente Raul Cascais, 1-A
1200 LISBOA
Tele.: 661515/669205

apoio Rádio Comercial

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES — PEÇA-NOS PROGRAMAS DETALHADOS

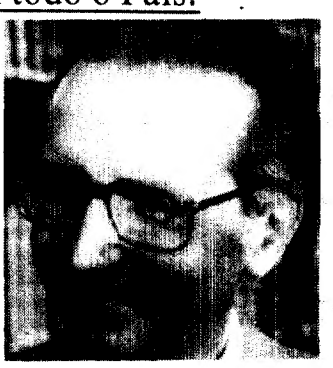
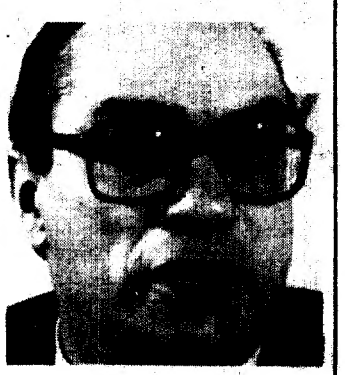
desde 1840 abreu
ALVARÁ Nº 35 OPERADOR TURÍSTICO

LISBOA	Avenida da Liberdade, 180	Tel. 37 13 41
LISBOA	Av. de Roma, 66-B	Tel. 80 50 96
LISBOA	Estrada de Benfica, 451-C	Tel. 74 21 81
CASCAIS	Galerias Estoril-Sol, 3	Tel. 28 08 61
ALMADA	Rua de Olivença, 9-C	Tel. 275 62 72
LEIRIA	R. Mouz. de Albuquerque, 90	Tel. 3 11 81
COIMBRA	Rua da Sota, 2	Tel. 2 70 11
VISEU	Av. Guibenkian	Tel. 2 35 45

PORTO • BRAGA • GUIMARÃES • AVEIRO • FARO • PORTIMÃO • FUNCHAL

PRESIDENCIAIS

A contagem decrescente para a eleição do décimo quarto Presidente da República Portuguesa iniciou-se às zero horas de hoje com frio intenso em todo o País.

Eles aí estão!

Quatro homens e uma mulher estão, à partida, na que é sem dúvida a mais longa corrida eleitoral em Portugal.

Desde inícios de 1985 que a vida política portuguesa tem sido marcada pela perspectiva da sucessão, a dez anos, de Ramalho Eanes na chefia do Estado. E em todas as candidaturas se encontra a perspectiva de que a batalha decisiva não será 26 de Janeiro, mas numa segunda volta, 21 dias depois, entre os dois mais votados na primeira.

Muitos nomes ficaram pelo caminho.

Uns, sem nunca terem afirmado publicamente a disponibilidade para se candidatarem — casos de Firmino Miguel, vice-chefe do Estado-Maior do Exército, ou Lemos Ferreira, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Outros, por desistência após pequenas pré-campanhas, como Fernando Neves, que ganhou o título de «candidato do queijo da serra», ou Menezes Alves, que aconselhou o voto em Mário Soares, ou por retirar da disponibilidade, como fez Costa Brás, Alta Autoridade contra a corrupção. Três, Luís Franco, Carmelinda Pereira e Ricardo Nunes, por os respectivos processos de candidatura terem sido rejeitados pelo Tribunal Constitucional por falta de número de assinaturas necessárias.

Assim, ao fim de um ano de quase pré-campanha, resultou que, pela primeira vez ao cabo de seis décadas, é certo que um civil voltará a desempenhar a chefia do Estado.

A formação jurídica sobressaiu nesta primeira corrida presidencial só para civis, como já acontecia nas candidaturas para o Parlamento e nas nomeações para funções ministeriais.

Três homens com formação jurídica, Freitas do Amaral, Mário Soares e Salgado Zenha, para dois candidatos com formação em engenharia, Ângelo Veloso e Lurdes Pintasilgo, é a proporção actual.

Mas tudo aponta para a formalização da desistência do candidato Ângelo Veloso, deixando Lurdes Pintasilgo mais como excepção: a única mulher e o único candidato não formado por uma Faculdade de Direito e sem contar, para 26 de Janeiro, com o apoio expresso da direcção de qualquer partido parlamentar.

Freitas do Amaral congrega o apoio do PSD e CDS, enquanto Mário Soares é o «candidato natural» do PS e Salgado Zenha já recebeu o apoio expresso do PRD e do PCP.

Porém, qualquer dos quatro candidatos em quem os 8 025 166 eleitores inscritos serão chamados a votar em 26 de Janeiro, Freitas do Amaral, Lurdes Pintasilgo, Mário Soares e Salgado Zenha, reclama uma base nacional para a sua candidatura.

Depois das longas pré-campanhas em que a maior parte dos cinco candidatos agora presentes se empenhou, percorrendo todo o País, começa hoje, finalmente, a «volta final» e todos o fazem, aproveitando o sábado, a apostar nos grandes centros populacionais.

Maria de Lurdes Pintasilgo, neste primeiro dia de campanha, desloca-se de Sul para Norte. Sai de Albufeira, Algarve, em direcção ao Alentejo, passando pelos distritos de Beja e Évora, até Setúbal. São distritos onde Ramalho Eanes, nas eleições presidenciais de 1980, obteve votações acima dos 60 por cento (Faro – 63,9 por cento, Beja – 73,2, Évora – 69,7 e Setúbal – 74,1) e nas legislativas de 1985 a APU, PS e PRD obtiveram mais de metade dos votos expressos.

Mário Soares reservou, também, para o primeiro dia uma longa tirada que o levará a três grandes centros populacionais do País: Setúbal, Lisboa e Coimbra. Em Outubro de 1985, o PS obteve 16,54 por cento dos votos no distrito de Setúbal, 19,80 no de Lisboa e 28,48 em Coimbra. São distritos com forte peso eleitoral, contando só Lisboa com um quinto dos cidadãos eleitores do País.

Zalgado Zenha inicia a sua campanha no distrito de Santarém, percorrendo uma região que nas presidenciais de 1980 deu 60,7 por cento dos votos expressos a Ramalho Eanes, e onde, nas legislativas de Outubro último, o PRD somou 23,82 por cento dos sufrágios e a APU, 16,39. Salgado Zenha encerra o primeiro dia com um comício em Vila Franca de Xira, nos arredores de Lisboa.

Freitas do Amaral é o único candidato a fazer campanha hoje ao norte do Rio Douro. Porto e Viana do Castelo são os dois distritos onde fará campanha. Nas legislativas de 1985, no Porto, o PSD teve 29,32 por cento dos votos e o CDS, 9,75. Em Viana do Castelo, o PSD somou 33,51 por cento dos votos e o CDS, 16,57. Nas presidenciais de 1980, o candidato Soares Carneiro ganhou a Ramalho Eanes em Viana do Castelo (51,8 por cento de votos e 44,2, respectivamente), situação inversa à verificada no Porto, onde o actual Presidente obteve 57,4 por cento dos votos e Soares Carneiro, 39,0.

Ângelo Veloso, hoje, participa num encontro-debate com mulheres, em Lisboa, distrito onde a APU, em Outubro de 1985, obteve 20,09 por cento dos votos.

Obrigações e regalias de um Presidente

As eleições para a Presidência da República vão levar ao Palácio de Belém o décimo-quarto cidadão português a desempenhar as funções de Chefe de Estado da República implantada em 1910.

A Constituição de 1976, revista em 1982, estabelece que o Presidente «representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, comandante supremo das Forças Armadas».

O cidadão Presidente da República, actualmente, nos termos da lei 26/84 de 31 de Julho, aufere um vencimento mensal de 195 040 escudos, que, somados a um abono mensal de 40 por cento sobre o ordenado a que tem direito, para despesas de representação, ronda os 270 contos.

O Presidente da República, que à data da eleição se torna inquilino do Palácio de Belém, diz no acto de posse: «Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções em que fico investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa».

Terminado o mandato, os antigos Presidentes da República têm direito a uma subvenção mensal igual a 80 por cento do vencimento, e em caso de morte, os cônjuges, filhos menores ou incapazes e os ascendentes a cargo, recebem uma pensão mensal de 50 por cento do vencimento do Presidente que na altura estiver em funções.

Estas pensões são incompatíveis com outro tipo de subvenções atribuídas pelo Estado, mas os titulares podem, se assim o entenderem, optar por estas últimas.

Os antigos Presidentes da República também têm direito a automóvel do Estado para o seu serviço pessoal, com condutor e combustível, e a um gabinete de trabalho, com telefone, uma secretária-dactilógrafa e um assessor da sua confiança destacados de entre os funcionários do Estado.

Os antigos Chefes de Estado ainda têm direito a ajudas de custo semelhantes às do Primeiro-Ministro «sempre que tenham de deslocar-se no desempenho de funções oficiais para fora da sua área de residência habitual.

Uma vez terminados os seus mandatos, os antigos Presidentes têm ainda direito a livre trânsito e a passaporte diplomático nas deslocações ao estrangeiro e ao uso e porte de arma.

Caso um Presidente da República não complete o mandato para que foi eleito, receberá uma pensão calculada de forma proporcional «ao tempo de exercício efectivo do cargo».

Aos presidentes que apenas interinamente tenham exercido o cargo de Chefe de Estado ou que dele tenham sido destituídos, não se aplicam estas disposições, salvo no caso de o seu afastamento ser provocado por impossibilidade física.

Ao ser eleito, o Presidente obriga-se a desempenhar várias funções e a cumprir diversas disposições previstas na Constituição da República Portuguesa.

Ao Presidente compete presidir ao Conselho de Estado, marcar as datas das eleições presidenciais, legislativas e autárquicas, convocar extraordinariamente a Assembleia da República ou dissolvê-la, ouvidos os partidos nela representados e o Conselho de Estado.

A nomeação do primeiro-ministro e Governo e sua demissão também só ao Presidente da República cabem, tal como a nomeação ou exoneração, sob proposta do Governo, de titulares de órgãos tão diversos como ministros da República para as Regiões Autónomas ou chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O Presidente nomeia também, sob proposta do Governo, os embaixadores, promulga e manda publicar leis, decretos-leis e outra regulamentação, pode declarar o estado de sítio e declarar a guerra em caso de agressão efectiva ou iminente e fazer a paz.

O Presidente desempenha ainda outras funções inerentes à sua posição de Chefe de Estado, mas não é imune face à lei por crimes praticados no desempenho das suas funções.

No caso de a Assembleia da República considerar, por maioria de dois terços, que o Presidente praticou crimes no exercício das suas funções, o Chefe de Estado responde perante o Supremo Tribunal de Justiça e, se for condenado, é destituído do cargo, não podendo ser reeleito.

Por crimes estranhos ao exercício das suas funções, o Presidente da República responde apenas no final do mandato a que apenas podem concorrer cidadãos eleitores portugueses com mais de 35 anos e cuja candidatura tenha sido proposta por um mínimo de 7500 cidadãos eleitores.

Treze Presidentes depois

Portugal teve, desde a implantação da República, em 1910, 13 presidentes, quatro deles ainda vivem: Américo Tomás, António de Spínola, Costa Gomes e Ramalho Eanes.

Na primeira República, ocuparam a presidência Manuel de Arriaga (1911-1915), Teófilo Braga (1915), Bernardino Machado (1915-1917 e 1925-1927), Sidónio Pais (1918), Canto e Castro (1918-1919), António José de Almeida (1919-1923), o único que completou o mandato, e Teixeira Gomes (1923-1925).

Na segunda República, sucederam-se Óscar Carmona (1928-1951), Craveiro Lopes (1951-1958) e Américo Tomás (1958-1974).

Em 1910-1911 (Governo provisório), 1917-1918 (Governo revolucionário de Sidónio Pais) e 1926-1928 (início da ditadura militar) as funções presidenciais foram desempenhadas pelo conjunto dos ministros ou pelo presidente do Governo.

Depois do 25 de Abril, ocuparam a Presidência da República António de Spínola (1974-1975), Costa Gomes (1975-1976) e Ramalho Eanes (desde 1976 e cujo segundo mandato agora termina).

Presidência diz que pode participar na campanha

«Fora do exercício das suas funções, nenhuma restrição se impõe no domínio dos direitos de expressão e de manifestação aos titulares dos órgãos de soberania» — afirma-se num comunicado da Presidência da República sobre a campanha eleitoral.

No comunicado, lido por Caldeira Guimarães, chefe da Casa Civil de Ramalho Eanes, acrescenta-se que esses órgãos «têm intervindo por vezes com vigor no decurso das campanhas eleitorais dos últimos anos sem que o seu comportamente tenha merecido reparo público por parte das entidades encarregadas de velar pela legalidade dos actos eleitorais».

O documento diz responder «a comentários respeitantes à posição e aos condicionamentos a observar pelos titulares dos órgãos de soberania no decurso das campanhas eleitorais».

Citando a Lei Eleitoral, que recomenda uma «rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas e os partidos políticos» aos órgãos de soberania, o comunicado acentua que «nesse contexto, importa designadamente acentuar que o titular de cargo de Presidente da República não é passível de responsabilidade disciplinar enquanto exercer a função presidencial».

«Assim, entende o Presidente da República deixar claro que durante o período de campanha eleitoral pautará o seu comportamento pelos critérios e regras legais e constitucionais» referidas no comunicado.

CGTP toma posição

A CGTP-Intersindical apelou aos trabalhadores para votarem no «candidato democrático que estiver em melhores condições de congregar os votos para derrotar os dois candidatos da direita».

Para a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Salgado Zenha e Lourdes Pintasilgo são candidatos do campo democrático e Freitas do Amaral e Mário Soares candidatos da direita.

«Mas a existência de duas candidaturas concorrentes no campo democrático coloca sérios perigos para a democracia, na medida em que pode facilitar a passagem à primeira volta dos candidatos da direita e dificultar a dinâmica unitária para a vitória da democracia na segunda volta», adverte a CGTP em comunicado.

BELÉM
MARIO SOARES

Muito longe da vitória muito longe da derrota

Augusto Vilela

Não há vitória sem exploração do sucesso. Do mesmo modo, se a uma derrota se sucede um contra-ataque, ela torna-se menos derrota e permite, muitas vezes, inverter situações que pareciam irreversíveis. Goste-se ou não de Mário Soares, aceitem-se ou não as suas propostas e a sua maneira de estar na política, ninguém poderá negar o seu talento para este tipo de manobras.

Em 6 de Outubro último, por muito que os seus mais altos responsáveis pretendessem desdramatizar a situação, o Partido Socialista estava sob os escombros de uma derrota eleitoral que ninguém previa fosse tão expressiva. Soares partia para a sua pré-campanha nas condições mais adversas que alguma vez poderia ter imaginado. Ao soar ontem à noite a hora zero da campanha eleitoral, a situação deste candidato estava substancialmente alterada.

Lutar contra os números

Soares arrancou para a sua pré-campanha levando nos bolsos praticamente aquilo que lhe tinha restado do seu partido após a hecatombe de 6 de Outubro. Freitas do Amaral tinha o apoio expresso do CDS e do PSD, Lurdes Pintasilgo estava há muitos meses implantada no terreno — para usarmos uma linguagem muito corrente nas suas fileiras — e movimentava já uma importantíssima base de apoio na área da esquerda. Salgado Zenha arrancava com o apoio do PRD e de Eanes, e de um conjunto de personalidades, mas não era necessário dar muitas voltas à imaginação para concluir que o apoio do PCP não tardaria. Era só o tempo necessário para os comunistas fazerem uma análise ponderada da situação que se lhes deparava.

Que espaço então para Soares? Teoricamente ele tinha a aritmética eleitoral contra si. Era um candidato isolado à partida.

Mas as coisas foram-se modificando. A sua candidatura está longe de evidenciar uma dinâmica de vitória, de permitir projecções seguras sobre o que se vai passar. Conseguiu, todavia, o que para qualquer estratego político era de momento mais importante: partir para as últimas voltas da corridaintegrado no pelotão.

Ele afirma-se um corredor de fundo, mas esta corrida vai ser disputada ao «sprint».

É patente que Soares não conseguiu reconstruir ainda o edifício que desabou em 6 de Outubro mas, pelo menos, levantou alguns dos principais pilares, o que é já importante.

Embora os seus responsáveis se queixem por vezes de falta de meios, a pré-campanha de Mário Soares arrancou com bastante vitalidade . Durante semanas, a fotografia gigante do candidato inundou as ruas das principais cidadades do País, numa presença que, por excessivamente massiva, talvez não tenha constituído uma acção de rentabilidade segura.

Importante terá sido, sim, a sua movimentação no País ao longo das últimas semanas e a sua presença nos «mass media», especialmente na Televisão, não propriamente nos debates entre candidatos, mas nos «flashes» da sua participação em múltiplas iniciativas.

Contra a «crispação»

«Crispação» é um novo termo inventado por Mário Soares para o nosso léxico político. Foi à volta deste termo que conduziu a sua pré-campanha. Serviu-se dele para motivar o eleitorado no sentido de que é o único candidato capaz de evitar grandes convulsões na vida política portuguesa, isto é, que a sua vitória não radicalizaria nem a direita nem a esquerda, que com ele todos sabem aquilo com que podem contar. É um termo por um lado hábil e capaz de permitir uma vasta argumentação mas que, ao mesmo tempo, também permitiu que os seus adversários o acussem de protagonista do «imobilismo», numa sociedade que quer mudar alguma coisa ou tudo, embora não saiba bem como nem em que sentido.

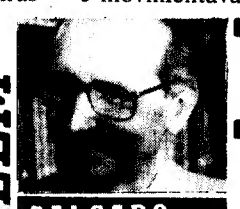
Outra linha de força do seu discurso político de pré-campanha foi o ataque ao PCP. «Eu combati os comunistas», disse ele inúmeras vezes, em diversas circunstâncias e ambientes. Mas também disse que ninguém defendeu tanto os comunistas como ele quando estes eram perseguidos. Uma coisa não anula a outra, mas a resultante de tudo isto não é fácil de encontrar. No fundo, Mário Soares deixa sempre alguma margem para orientar a sua actuação na rota que melhor o conduza aos seus objectivos.

Dito isto que balanço o da sua pré-campanha?

Estas coisas não são mensuráveis. A aritmética eleitoral é complicada. Há números positivos e negativos. Há números reais e imaginários. Com eles todos os exercícios são possíveis. Mas não há todavia, que nos conste, números rigorosamente abstractos. Alguma coisa se pode pois concluir. Mas, por agora, só isto: Mário Soares está longe de ser um candidato vitorioso, mas está, também, muito longe de ser um candidato vencido.

Há na sua candidatura um dado novo que não era habitual no quadrante socialista: muita prudência e pouco triunfalismo. Este é aliás o sentido das palavras responsáveis do MASP no Porto ao fazer o balanço da pré-campanha. Disse que ela «teve uma evolução favorável», e que as acções programadas levadas a cabo «foram mais elevadas do que as previstas», mas dispensou-se de ir mais longe.

Eis uma forma prudente de pisar o terreno minado que os candidatos vão percorrer nos próximos 15 dias.



BELÉM
SALGADO ZENHA

Referência de Eanes foi fundamental

Jose Manuel Vilaça

Foi a mais curta das pré-campanhas eleitorais. A 15 de Novembro, Salgado Zenha anunciava estar convencido da necessidade de se candidatar, menos de dois meses depois aí está a arrancar para os primeiros quinze dias de campanha eleitoral.

Entretanto, o que mais realce merece no percurso do candidato é o elenco de apoios conseguidos. Logo à partida, o do Presidente da República, formalizado com uma carta primeiro, depois com uma audiência no Palácio de Belém que incluiu cumprimentos à saída para a objectiva dos fotógrafos.

Apoio que, aliás, terá consequências na própria campanha onde a mulher do Presidente se vai empenhar totalmente, percorrendo mais de três mil quilómetros em duas semanas, faltando saber se Eanes aparecerá ou não nos tempos de antena da RTP.

Mas outros vieram, de cariz partidário — o do PRD, a secundar o seu futuro líder e o do MDP a antecipar o do PCP, formalizado já no princípio deste mês, na Conferência Nacional que se realizou em Moscavide a 4 de Janeiro.

Mas essenciais também para o projecto eleitoral corporizado por Salgado Zenha são, naturalmente, os apoios que vieram do sector socialista — em primeiro lugar António Arnaut, recém-demitido do PS, depois um elenco de dirigentes e militantes há longo tempo em ruptura com a linha oficial do partido, como aliás estava também há anos o próprio candidato. São personalidades como Teresa Ambrósio, Gualter Basílio ou Aquilino Ribeiro Machado e, claro, um homem essencial — o director da campanha, já com prática de anos anteriores na CNARP, João Soares Louro.

À concretização dos apoios juntou-se na pré-campanha, a definição do quadro de referências políticas do candidato, essenciais para quem estava praticamente há cinco anos afastado da política activa.

Aí Zenha descobriu um «slogan» — Nova Democracia, Nova República — e deu-lhe um conteúdo. A generalização da informação, o fim do segredo de Estado através da instauração de um sistema de administração aberta foram dos primeiros pontos de insistência.

Depois, a descentralização e a regionalização, com uma abertura especial para o Algarve.

Finalmente, a luta contra a corrupção, pela moralização da vida pública, que é um dos temas caros à imagética eanista.

E, referência das referências — não para o candidato, mas para os eleitores — a «praxis» de que se reclama o actual Presidente, apesar do exercício dos poderes presidenciais prometido por Zenha se situar claramente fora do quadro estabelecido por Eanes.

Movimento

Finalmente, é tempo de falar do movimento da pré-campanha. Este, para Zenha foram algumas deslocações pelo País e, essencialmente, as aparições nos debates. Melhor contra Soares do que contra Pintasilgo, seguro contra Freitas, os debates demonstraram que, apesar da «reserva» em que se colocou nos últimos anos, Zenha não perdeu nada do seu traquejo parlamentar. E a quem antecipava alguma fraqueza psicológica para enfrentar a tensão da campanha eleitoral, Zenha mostrou-se seguro, incisivo e mordaz.

Das aparições em público ressaltou sempre um excessivo formalismo do candidato, uma dificuldade em estabelecer comunicação com as pessoas, muitas vezes a impaciência. Mas, também aqui, o importante foi a passagem de testemunho verificada no Porto perante centenas de eanistas, entre o Presidente cessante e o candidato a Presidente.

No cômputo global deste primeiro período ficam no entanto algumas questões por responder. Para já, a de determinar qual será o empenhamento de Eanes, principalmente se se confirmarem as sondagens ultimamente divulgadas e que colocam Zenha em quarto lugar nas preferências do eleitorado.

Depois, qual o papel dos partidos — do PCP, mas sem

Continua na pág. 8

Melo Franco (CNE) recordou obrigações das autoridades públicas

O presidente da Comissão Nacional de Eleições, João Melo Franco, dirigiu uma mensagem ao País através da Televisão para assinalar o início da campanha eleitoral

Na sua intervenção de quatro minutos na Televisão Melo Franco chamou a atenção para o facto de, a partir de hoje, ser proibida a divulgação de sondagens e publicidade comercial dos candidatos.

Salientou o artigo da Lei Eleitoral segundo o qual todas as candidaturas têm direito a igual tratamento por parte das entidades públicas e privadas.

Recordou também o artigo da lei que obriga as autoridades públicas a manterem, no exercício das suas funções, rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas.

Melo Franco chamou a atenção dos candidatos para a necessidade de não serem violados os preceitos da Lei Eleitoral, o que poderá acarretar sanções.

Recordou que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) vai promover na Rádio e na Televisão vários programas de esclarecimento eleitoral

Está prevista nova intervenção de Melo Franco na RTP no final da campanha eleitoral, para recordar ao eleitorado o seu dever de votar.

BELÉM LURDES PINTASILGO

Os alicerces do sonho

Aurea Sampaio

Quando no próximo dia 17 Maria de Lourdes Pintasilgo chegar a Carapinheira do Campo, no distrito de Coimbra, atingirá um score certamente inultrapassável pelos restantes candidatos a estas «presidenciais 86»: terá visitado 3500 localidades deste País desde que, há cerca de ano e meio, começou a preparar a sua candidatura.

No dia seguinte, no auge da corrida eleitoral, completará 56 anos de idade esta mulher que já se qualificou a si própria de «indomável». Talvez por isso tenha decidido prosseguir, mesmo quando todos os apoios foram repartidos e para ela tenham ficado apenas aqueles que se assumem como sonhadores. Quantos serão? Este País de poetas é por vezes surpreendente...

Tudo começou precisamente a 17 de Julho de 1984. Lourdes Pintasilgo almoçava com mais quatro pessoas no restaurante «Dragão de Alfama» que a sondaram quanto à possibilidade de ela se candidatar à chefia do Estado. Argumentavam, entre outras coisas, com as sondagens que vinham sendo divulgadas. A resposta, disse-nos alguém que se encontrava presente, foi mais ou menos esta: «Ainda não sei se me candidato. As sondagens não são fundamentais e é preciso ver a que é que isso corresponde em termos reais. Se quiserem fazer uma prospecção no terreno vamos a isso». Revelou, no entanto, que tinha recebido solicitações nesse sentido não só de grupos de pessoas, designadamente do distrito de Santarém, como de gente que individualmente lhe dirigia cartas.

«Muitas dessas pessoas eram da ex-CNARPE e houve a tendência para que a pouco e pouco se multiplicassem os contactos uns com os outros», prossegue o nosso interlocutor. «Mas a grande aquisição» foi o major Sousa e Castro. «A medo» foi contactado logo no dia seguinte ao referido almoço, mas qual não foi a surpresa, quando o homem que havia sido o «superoperacional da CNARPE» disse que não só estava disposto a participar como já tinha um grupo a trabalhar com esse objectivo. Grupo que, referem-nos com algum orgulho, se tem mantido desde então na campanha a funcionar como «grupo de estudos».

Quinze dias depois, o núcleo inicial alargado a vinte pessoas fazia uma reunião no escritório de uma advogada, em Lisboa. O então autodesignado «embrião da futura Comissão Nacional de Apoio Eleitoral» à candidatura da engenheira Pintasilgo resolveu iniciar uma recolha de assinaturas à escala nacional tendo em vista a futura apresentação no Tribunal Constitucional do processo que lhe permitiria o acesso à corrida para Belém. «Numa base de total independência partidária e a partir do simples apoio directo dos cidadãos», como pode ler-se na carta então enviada a dezenas de cidadãos, tendo entre os subscritores o engenheiro António Brotas, a jornalista Helena Sanches Osório e Gabriela Amaro. Nas missivas — enviadas na base de um ficheiro meticulosamente organizado pela engenheira a partir de cartas que lhe chegavam pedindo-lhe que se candidatasse — seguiam duas folhas solicitando a recolha de assinaturas.

«Em Novembro já tínhamos 10 mil nomes com moradas e telefones» e a partir de certa altura o ficheiro teve de ser computadorizado. Tratou-se, a partir de então, de montar uma estrutura organizativa a nível distrital que, em muitos locais, passou a ser alargada a concelhos.

Lourdes Pintasilgo nunca mais parou. Viajou pelo País todo, concedeu mais de uma centena de entrevistas distribuídas por todos os meios de Comunicação Social. Destaque para as rádios livres e os pequenos órgãos de Imprensa local, forma privilegiada de chegar às populações rurais.

Sem grandes recursos, a candidatura vive em regime de autofinanciamento. Até os boletins editados pelas estruturas de apoio são pagos e não distribuídos gratuitamente. «É o preço da independência», dizem. Os artistas têm ajudado com iniciativas. Recordam o concerto recentemente dado em Coimbra por António Vitorino de Almeida. «Conseguimos algumas dezenas de contos». Mas uma campanha leva milhares! Mostram-nos uma forma curiosa de angariar fundos. Chama-se «Título de Apoio à Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo à Presidência» e pode ser subscrito por dez, cinco ou mil escudos. Tem inscrita uma frase da candidata e funciona como uma espécie de recibo para a canalização dos financiamentos. «Queremos transparência porque também vamos exigir», refere-nos uma fonte ligada a este sector organizativo. Mas a palavra de ordem é «compra um título que sai um Presidente».

Para arrancar, esta «máquina» de gente voluntariosa dispõe de um excelente «Manual de Campanha» que tudo prevê: desde o rigor do horário, até à organização das caravanas e preparação dos comícios, passando pela segurança até ao pormenor da ementa da candidata. Como Soares, Lourdes Pintasilgo não pode comer carne de vaca que tem dificuldade em digerir.

Agora, é só pôr a tocar o hino, «lindíssimo!», com letra e música de Pedro Osório e vozes de Pedro Barroso, Maria Guinot, Vitorino, Janita Salomé e Carlos Salomé. Nele se fala da «mundaça» e do «sonho» — o mote dos «que ousam».

BELÉM FREITAS DO AMARAL

Atacar Zenha e repetir Cavaco

Eugénio Alves

Triunfalista, ou não, de uma coisa poderá gabar-se o candidato apoiado pelo PSD e pelo CDS: na pré-campanha foi, de longe, o mais viajado e badalado dos presidenciáveis. Uma máquina forte, apetrechada, muito dinheiro a correr, viagens europeias, africanas, sul e norte-americanas, várias maratonas pelo país (já correu nesta fase praticamente todos os distritos), dois cuidadosos espectáculos-comício em Lisboa e no Porto, uma bem imaginada estafeta da juventude (máquina da JSD), três modelos de cartazes (550 mil exemplares!) de Freitas em tudo quanto é parede e cinco milhares de autocolantes, é obra! A sugerir uma dinâmica imparável, ao estilo da extinta AD dos anos 79-80...

No centro desta poderosa máquina prevalece o estilo do espanhol José Luís Sanchez, especialista em campanhas, homem da escola norte-americana, avalizado pelos êxitos anteriores da AD e, mais recentemente, de Cavaco e Silva. Freitas do Amaral tem utilizado no seu discurso alguns dos ingredientes «made in USA». São as frases optimistas, «positivas», tipo «esta não é uma época para pessimismos», «há que vencer todos os desânimos» ou «há que fazer de Portugal um vencedor». Tais slogans, inscritos no próprio programa eleitoral, visam mobilizar não só eleitorado AD mas outras franjas mais indecisas da população, descontentes com a crise geral do país.

Outro esquema simples, ou didáctico, o da sua proposta eleitoral assenta nos **«cinco desafios»** (e na premissa de um Presidente uma maioria parlamentar e Governo): a integração europeia; a cooperação africana; a justiça social; o desenvolvimento e, finalmente, a consolidação democrática.

Freitas do Amaral desenvolve os «desafios» dando prioridade à necessidade da mudança ou reforma dos sistemas político (é a intenção de alterar o princípio da proporcionalidade eleitoral, tão contestado por Zenha e já agora por Soares) e económico — liberalização sistemática através do maior número possível de desnacionalizações e da aprovação da lei de despedimentos.

O ex-vice-primeiro-ministro de Pinto Balsemão considera igualmente importante («prioridade das prioridades da Nação», diz) a reforma do sistema educativo ma apenas a médio e a longo prazo.

Relativamente aos restantes candidatos, tornou-se claro que para Freitas o adversário principal é Salgado Zenha. Membros da sua candidatura não escondem mesmo que o candidato ideal para a segunda volta seria Mário Soares, incapaz de obter o pleno do eleitorado que em 1980 elegeu Eanes. E não será difícil prever que Zenha, e os apoios que colheu de Eanes, do PRD, do MDP e do PCP, preencham boa parte dos «ataques» da campanha de Freitas.

O perigo da eventual e significativa recolha de votos na área do PSD por parte de Mário Soares, parece mais longínquo. Jardim e a «sua» Madeira, esperanças acalentadas pelo candidato socialista, podem já ter fugido...: Há dias, o líder madeirense (30 milhões de contos de défice explicam muita coisa...) classificou o seu encontro com Freitas como «uma aposta no futuro». E foi mais longe: o antigo dirigente do CDS «presta neste momento — disse Jardim — mais um serviço a Portugal ao ter aceite este difícil combate político-eleitoral, apontado à defesa de grandes valores...»

Quanto à campanha, que começa amanhã, a partir das 10 horas em Castelo de Paiva, segue o trajecto de Setembro passado, de Cavaco Silva. É uma volta a Portugal continental «no sentido dos ponteiros do relógio, com dezoito grandes comícios nas capitais de distrito, o primeiro no Porto (amanhã à noite) e o último em Setúbal, dia 24.

Em cada um dos grandes comícios estão previstas intervenções do mandatário distrital, de um membro da comissão política e do candidato. A caravana da campanha, onde pontificará José Luís Fernandes, «director da Volta», é composta por sete veículos. Num deles Freitas do Amaral percorrerá, acompanhado por sua mulher e por Carlos Macedo e Luís Fontoura, cinco mil quilómetros.

Enquanto isto, seis carrinhas da campanha já começaram a percorrer localidades que o candidato não vai visitar, transportando cassetes-vídeo com três filmes, um sobre a mensagem do candidato, outro com uma síntese da convenção nacional e, por fim, um balanço de actividades.

Agustina Bessa Luís, mandatária nacional, estará presente nos comícios do Porto e de Setúbal. Quanto a Cavaco, «arma secreta» admite-se que apareça apenas na segunda volta, a apoiar o antigo número dois de Sá Carneiro. Até segunda.

Salgado Zenha

Continuação da pág. 7

esquecer o PRD — na campanha de um candidato que se tem reclamado da mais total independência sem que se conheçam os acordos ou as negociações que a garantem.

Por fim, mas sem que isso traduza menor importância, qual terá sido o impacto de Zenha no eleitorado socialista que lhe é essencial conquistar. Se o «computador» foi tema falado e repisado, é ainda cedo para conhecer qual o sentido das reacções que se verificaram com o abalo que esta candidatura produziu.

Ao partir hoje para palmilhar o País, Zenha tem tudo o que um candidato precisa numa campanha eleitoral — apoio partidário, apoio do Presidente, apoio de socialistas, um projecto em que todos os seus apoiantes se podem reconhecer e um nome firmado na cena política. Falta agora ganhar.

BATALHA NA BORRALHA

Mineiros à beira do abismo

Raidun Nydal (*)

Minas de Borralha no fim do ano. Acaboú-se a campanha eleitoral. O PSD celebra a sua primeira vitória neste lugarzinho transmontano, 1.100 metros acima do mar. Depois do descanso para os políticos, que já não necessitam forçar-se a espalhar mais promessas por esta zona em crise. Conquistaram a maioria dos trabalhadores que apenas três dias mais tarde se dão conta da amarga realidade, quando um comunicado da empresa mineira de volfrâmio, no dia 18 de Dezembro, avisa que dada a grave crise financeira, se torna difícil manter por mais tempo as minas em funcionamento, acrescentando que o crédito dos fornecedores está absolutamente cortado, e não há materiais para prosseguir com os trabalhos...

Ainda mais: nem as gratificações do Natal iam ser pagas, apesar da garantia dada alguns dias antes.

Desde então os dias de chuva invernal tornaram-se ainda mais escuros pela angústia que invadiu estas ruas sem nome, e estes caminhos ao longo do rio bravo sem nome (pelo menos ninguém podia dizer-me como se chamava), penetrando nas casas podres e sobrepopulosas, caídas em decadência.

A Borralha parecia só ter um edifício bonito e digno — a igreja — branca como a neve, além duma escola infantil ainda não inaugurada.

Crianças dispostas a trabalhar

Ando pelas ruas, para cima e para baixo, verificando que os mineiros que passam são fechados e inacessíveis. Só as mulheres me falam no receio que há em perder o trabalho e o medo da fome e me convidam a entrar, para conhecer as suas casas, as suas vidas. E crianças, um montão delas, seguem-me por todos os lados, agarrando-se a mim, como se eu fosse o pai Natal.

E se as minas fecharem, que vai ser de vocês? — pergunto-lhes.

E eles, francos e abertos com a sinceridade de miúdos, contam que ao menos os rapazes têm que sair, tentando empregar-se como serventes. E a pequena América, de onze-doze anos, explica que tem um trabalho em vista numa casa além das montanhas — muito além...

Sonhos com uma terra quente

Maria dos Anjos Costa Ribeiro — chegou à Borralha com seis anos de idade. O pai era mineiro, e ela casou com um mineiro também. Com os seus 37 anos, hoje tem 8 filhos. O mais velho de 19 anos, e só duas camas para eles. O marido ganha 21-22 contos ao mês e os dois mais velhos também trabalham nas minas.

Aonde vai viver esta gente se a empresa acabar? Eu pergunto, mas ela não tem resposta a dar, apenas contempla um futuro próximo, onde a empresa pode cortar-lhe a água e a electricidade.

E fala-me dumas promessas: — Nos dias da campanha eleitoral foi-nos prometido, apesar da crise, receber o subsídio de Natal no dia 18 ou 19. Chegou a altura e um aviso brutal — não havia dinheiro!

Na casa do Basílio Silva Cipriano, de 44 anos, a crise é total. Ele, mineiro, aqui há 19 anos, está de cama no último estado de silicose, conta a mulher. Apesar de estar doente há uns nove anos, só deixou de trabalhar há pouco, e está sem salário há três meses. Nem a assistência social era possível arranjar ainda. Sim, o homem chora em frente de mim, com um peso no peito e um peso da mulher e mais oito filhos ainda miúdos, sem nada. — «É a própria terra que come os homens», me diz. E a mulher conta que por enquanto vivem de esmolas.

Outra casa, outra história. A história da Idavina Moreira Carvalho e a sua família, natural de Cabo Verde, que chegou a estes montes há 12 anos, para ver se a boa ventura os ajudava a criar uma existência na Terra. Dos seus 12 filhos sobrevivem oito. O marido deixou de trabalhar em Junho 83, depois de ter tido um acidente no fundo das minas — 210 metros dentro da terra. Dois meses depois acordou pela voz dum homem dizendo-lhe que lhe iam cortar a luz.

Cortar-lhe a luz, a ele, que já tinha perdido um olho nas minas?

E com um filho, mas novo de um mês e meio. Assim foi. Por dois anos adiante, esta família não tinha electricidade como ele já não era mais útil para a empresa. A reforma foi aumentada de 7.600 escudos com mais dois contos no mês de Novembro-85. São nove pessoas a viver nesta casa que apenas é mais que um espelho da miséria em que vivem.

Vivem por uma vontade de ferro e uma dieta diária de «cachupa» — milho pisado e compram-se ossos no mercado por 35 escudos o kilo para fazer sopa. A Idavina confirma que sim, há fome neste lugar e que muitos já não têm crédito nas lojas: e que ela só sonha poder regressar à sua ilha — à sua gente lá na terra quente.

Também o mineiro Carlos de Oliveira, de 63 anos, diz-me que ao reformar-se a empresa logo lhe cortou a luz. Só há dois meses é que ele conseguiu novamente ter electricidade.

Exploração duma crise?

— É uma vergonha do PSD explorar a crise e a miséria para ganhar a mesa da Borralha, prometendo casas, luz, trabalho, e um subsídio de Natal se o partido ganhasse.

— Diariamente, diziam os capatazes gerais nas horas de trabalho de votar no PSD, senão crêem que a Borralha acabasse, conta-me Manuel Gonçalves, membro de Sindeminas-UGT, acusando o presidente da Câmara de Montalegre Carvalho de Moura e o director da empresa mineira Vítor Peixinho — dono há dois meses, como os principais «autores da traição».

Outro morador na Borralha, reformado do exército, Armadeu Gonçalves, diz isto: — O PSD, na campanha eleitoral, prometeu a salvação da empresa, se o partido ganhasse as eleições autárquicas.

O mineiro, José Luís Fernandes Pereira, tem isto a contar: — No dia 19 de Dezembro, trabalhadores perguntaram ao sr. Peixinho se o presidente da Câmara não tinha mandado os 100 mil contos prometidos se ganhasse as eleições. O director esquivou-se a confirmar se era verdade.

Entretanto, o Vítor Peixinho diz-me em conversa como as eleições por aqui correram normalmente: — As pessoas votaram em mim porque sabem que eu só estou aqui porque sinto o sofrimento desta gente!

— Esperavam intencionalmente pelo comunicado sobre o encerramento até que as eleições já se tinham terminadas?

— Não, isso foi por acaso. Apareceu depois, como podia ter aparecido antes.

Bem, falando sobre os poderosos na terra, vale a pena reflectir sobre o que se consta que o padre de Salto, freguesia vizinha, tinha afirmado no dia 15 de Dezembro: — «Há cristãos e ateus. Os cristãos devem votar nos partidos cristãos, porque um cristão votar num partido ateu, isso é pecado mortal».

A maior indústria transmontana

Trata-se da maior empresa da região transmontana, com cerca de 600 postos de trabalho — que está em perigo de fechar. Se não conseguir meios financeiros para produzir mais, não há hipótese, conta-me o director Peixinho. Não esconde que a situação é péssima, dada as baixas cotações do volfrâmio, os não investimentos em equipamento e a queda do dólar. Outras razões também são que os minérios antecessores exploraram só os filões mais ricos sem se preocupar em criar condições para fazer da mina um abastecedor do mercado por longo tempo. Foram vários donos diferentes desde que entraram em funcionamento as minas, no princípio do século, com o Banco da Indochina, um francês na Bolsa de Paris, à companhia multinacional Anglo-Americana e desde os últimos dois meses a empresa passou a ser propriedade do Peixinho — administrador residente desde Março do mesmo ano, por um preço de **120 mil contos** a pagar só a partir da altura da empresa começar a dar lucro.

— As minas da Borralha S.A.R.L. exportaram totalmente a sua produção de minério depois de fundido, que tem representado a entrada no País de mais de 300 mil contos em moeda estrangeira, de há cinco anos para cá, mas desde princípios do ano de 1982, a empresa tem acumulado prejuízos mensais, motivados pela descida das cotações nos mercados internacionais consumidores de ferro-tungsténio, de que há só duas empresas a fazer no mundo (a outra na Suécia).

Em 1984 os prejuízos eram de 70 mil contos. Em dois anos, a partir de 1979, teve lucro de 65 mil contos. Mas só no ano de 1985 (até Outubro) os prejuízos excederam 200 mil contos, conta o director.

Em 1981 o preço do volfrâmio era de 157 dólares por unidade e em Dezembro-85 era de 55 dólares. Em 1940 o quilo de volfrâmio vendeu-se a 1000 escudos quando o salário era 12 escudos por dia. Em 1985 o preço é de 800-900 o quilo e o salário é de 1000-1500 escudos, incluindo a previdência, luz e água.

Quanto às condições de trabalho, o diretor admite que são péssimas, devido ao equipamento velho. Este ano chegou um subsídio de 50.000 contos admitido pelo Ministério de Trabalho, para actualizar os salários.

Nos anos 50 ficou parada várias vezes a empresa e agora, a concretizar-se o encerramento, levaria a miséria a milhares de pessoas que residem nas freguesias limítrofes.

Outra volta pelas ruas, para cima e para baixo, sempre com uma bicha larga de crianças a acompanhar-me, contemplando a paisagem desde as montanhas áridas e íngremes com um vale profundo e estreito, escuro na tardezinha — por onde corre um rio bravo que ninguém parece se ter lembrado de dar um nome...

(*) Jornalista norueguesa, «free-lancer». Serviço exclusivo para o «Diário de Lisboa».

JANTAR DE APOIANTES
PARA
FUNÇÃO PÚBLICA E PROFESSORES

Com a Presença de:

Dr.ª Manuela Eanes
Dr. Henrique de Barros
Dr. Salgado Zenha

Dia 13 de Janeiro às 20.30 horas na Casa do Alentejo
R. Portas Santo Antão, n.º 58 1100 LISBOA

MARCAÇÕES:

Rua Latino Coelho, 86-86A • 1000 LISBOA
Telfs. 527041, 527182, 527325, 527396, 527467
Telex 64870 ZAP - P

Nova Democracia ZD Nova República
ZENHA À PRESIDÊNCIA

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE

Assembleia Geral Ordinária

AVISO CONVOCATÓRIO

Nos termos do artigo 30.° 2c) dos Estatutos e na competência do artigo 13.° a) do Regulamento Geral, convoco os senhores associados a reunirem-se em Assembleia Geral ordinária nas instalações sociais da colectividade, no Largo 5 de Outubro, no dia 18 de Janeiro de 1986, às 20.00 horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

«Apreciação, discussão e votação do Plano de Actividades e do Orçamento de receitas e Despesas para o ano de 1986»

Nos termos do artigo 32.° 2. dos Estatutos, se à hora acima indicada não estiver a maioria dos sócios efectivos, a Assembleia Geral funcionará em segunda convocação uma hora depois, no mesmo local e com a mesma ordem de trabalhos, qualquer que seja o número de sócios presentes.

Cova da Piedade, 6 de Janeiro de 1986
O Presidente da mesa da Assembleia Geral
a) Alexandre dos Santos Castanheira

Nota — É indispensável a apresentação do cartão de identidade do sócio.
Os documentos em apreciação devem ser pedidos na Secretaria da SFUAP.

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE
Assembleia Geral Extraordinária
AVISO CONVOCATÓRIO

Nos termos do artigo 30.° 3 B) dos Estatutos e na competência do artigo 13.° a) do Regulamento Geral, convoco os senhores associados a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária nas instalações sociais da colectividade, no Largo 5 de Outubro, no dia 18 de Janeiro de 1986, imediatamente a seguir à Assembleia Geral ordinária, com a seguinte:

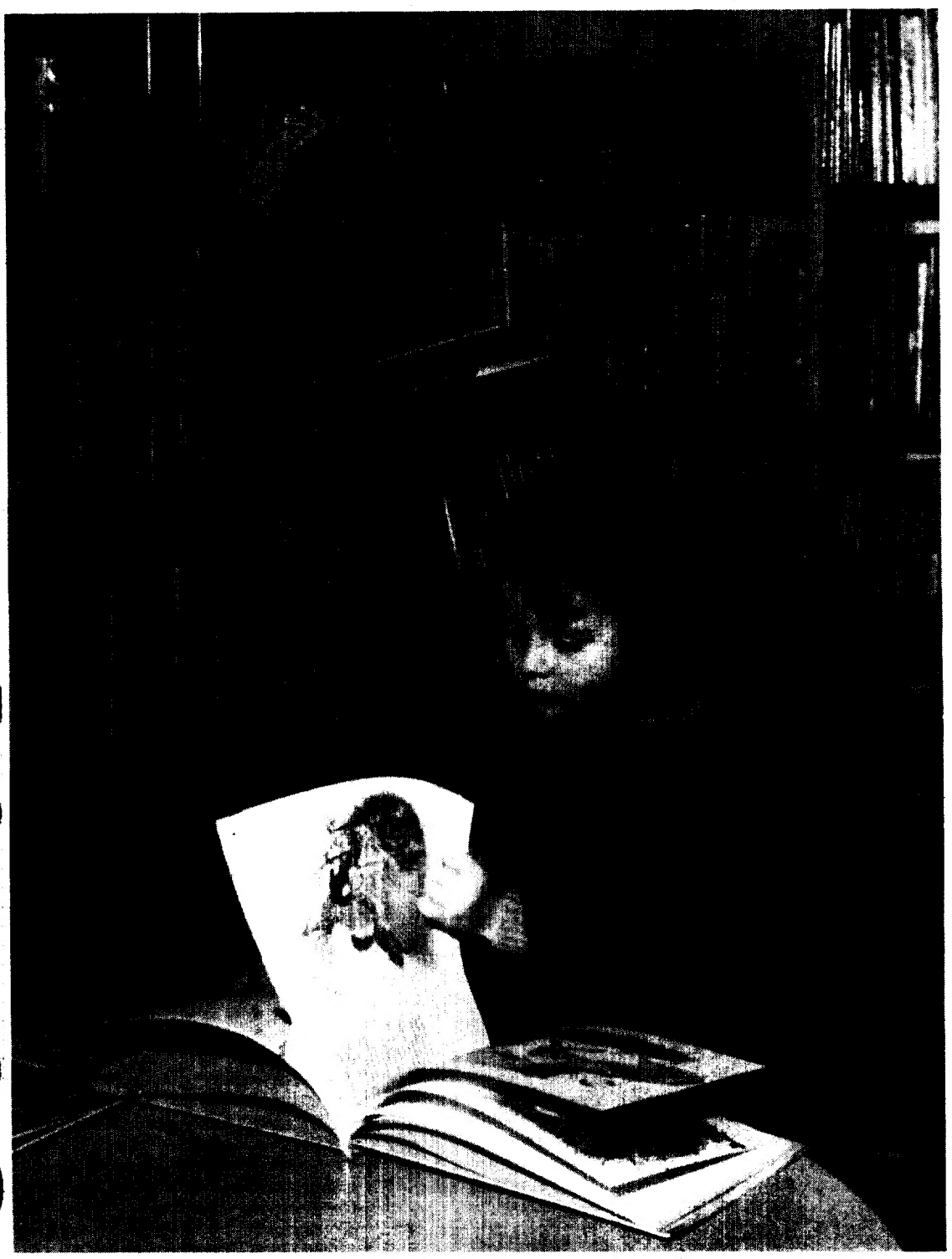
ORDEM DE TRABALHOS

1.° PONTO — Eleição de cargos vagos na Direcção e Comissão de Gestão;
2.° PONTO — Proposta da Direcção para Alteração do Art.° 61.° e 64.° dos Estatutos.
3.° PONTO — Proposta da Direcção para Proclamação de Sócios Honorários.

Cova da Piedade, 6 de Janeiro de 1986
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
a) Alexandre dos Santos Castanheira

Nota — É indispensável a apresentação do cartão de identidade do sócio.
Os documentos em apreciação devem ser pedidos na Secretaria da SFUAP.

CONSUMIDOR



Beja Santos

Que esperar das atitudes, valores e hábitos de consumo de um jovem que passa, em média, 1500 horas por ano diante de um televisor e pouco mais de 900 horas a assistir às aulas? A pergunta é demasiado provocatória para nos atermos a uma teia defensiva de hipóteses do género: tudo depende da quantidade de programas formativos; a resposta ficará incompleta sem se apurar a diversidade cultural alcançada com a escola e a televisão, dever-se-á ter em conta as solidariedades e relações interpessoais oferecidas, etc.

A telemania induz ao consumismo desenfreado, como as pequenas evidências do dia a dia põem a claro; não deixa, por isso, de pasmar a quase olímpica indiferença dos adultos face à inversão radical do estilo de vida, comprometido por excesso de comunicação mitológica, pela integração dócil na ordem dos produtos duvidosamente úteis, catapultados por uma comercialização estudada para ser apreendida mais pelo coração e menos pela razão, uma comercialização que procura atrofiar a capacidade de optar pelo consumo saudável, racional, participado.

Em 1984, as empresas francesas de restauração e turismo iniciaram uma autêntica batalha contra o hamburger e o «fast-food», indústria popularmente conhecida por comida de plástico. Num sugestivo cartaz, um jovem de smoking à James Bond faz a defesa implacável da comida tradicional, tendo o seu lado um personagem repugnante a devorar um hamburger que escorre gordura por todos os lados. Esta campanha pretendeu contrariar a crescente tendência dos jovens para a comida dispendiosa e irracional que está em voga. «Mudar por mudar» é um dos propósitos culturais que se pretende alcançar junto de largos auditórios de consumo. Vende-se a ideia que o isqueiro e a máquina de usar e deitar fora são um avanço extraordinário; que a garrafa de vidro, em nome do Progresso, deve ser substituída por embalagem de cartão; impinge-se o estatuto de gozar a vida com refresco açucarado e frituras, e vê-se pouca gente interessada em batalhar para denunciar o dano que tal alimentação de lixos provoca.

Há quem tenha a ingenuidade de supor que a defesa do consumidor é uma acção taco a taco com os processos cavilosos deste mercado que promete abundâncias e prazeres mil. E diz-se ingenuidade porque a capacitação para um consumo de verdadeira satisfação deve ser identificada com a realidade económica e financeira do país, o que pressupõe, indeclinavelmente, a educação do consumidor. Esta noção de educação do consumidor integra-se na moderna acção de educação: processo contínuo de aprendizagem pelo qual o cidadão adquire aptidões, conhecimentos, valores e atitudes ao interactuar com outros cidadãos e com o seu meio ambiente, na sua qualidade de adquirente de bens e serviços.

Esquece-se que este sistema educativo não formal é deformado pela telemania, dado o impacto quotidiano da televisão ser o de sorrateiramente impregnar a nossa existência com necessidades predeterminadas, sobretudo graças à poderosa, ambivalência do discurso publicitário que vende comportamentos e produtos, e expectativas geradas pela estrutura material das mensagens canalizadas para o ócio e actividade lúdica (não haverá excessiva «naturalidade» na quase monótona repetição dos interiores das telenovelas, onde se força a artificialidade da imagem de um cobiçado bem-estar numa ordem da distinção e personalização ao alcance de todos?).

Viver indiferente à «ternura» e à moral do consumo televisivos acarreta a nossa corresponsabilidade na desnutrição e subalimentação dos portugueses. A cozinha tradicional e os alimentos mais económicos (com conteúdos nutritivos) são rebaixados por comida exibida em publicidade e meio ambiente onde se esquecem as consequências do seu consumo: excesso valor nutritivo, deterioração da saúde, preço escandaloso. Insisto numa observação: diz-se amiudadas vezes que a publicidade, actividade económica total, é o primeiro bem de consumo. Ora, o ritual mais intenso e globalizante de consumo são os próprios mass media. A publicidade, é certo, promete satisfação, carinho, conforto, estima, segurança. Só

Comprar com o coração ...ou com a razão?

que a publicidade é uma peça do mobiliário dos mass media: a queda eminente de um governo pode vir antes ou depois de um anúncio de um desodorizante para os pés; interrompe-se uma mesa redonda com líderes políticos para lembrar que há refrigerantes, electrodomésticos, cremes de beleza, veículos que gastam 4,7 litros aos 90 km/ /hora. E, citando o sociólogo Jean Baudillard:

«A persuasão publicitária não é lógica do enunciado e da prova mas a lógica da fábula: sem se crer no produto, crê-se na publicidade que quer fazer-nos crer. É a lógica do Pai Natal. A crença no Pai Natal é uma efabulação racionalista que permite preservar na segunda infância a relação miraculosa de gratificação pelos pais como aquela se teve na primeira. A operação publicitária é da mesma ordem. Nem o discurso retórico nem mesmo o discurso informativo sobre as virtudes do produto têm tais efeitos sobre o comprador; porque, acima de tudo, o indivíduo é sensível à gratificação.

A crítica ideológica tem verberado a publicidade de ser a comunicação mais alienante. Está por provar que o peso da alienação tenha a expressão dos libelos acusatórios. Na civilização do consumo é a sociedade global que se adapta ao indivíduo. O ra o indivíduo julga o produto não pelo seu valor intrínseco mas pela sua potenciação de excessos. Fica sempre a ideia que a empresa anunciante zela pela existência do receptor-consumidor, distinguindo-o na grande arena que é o mercado.

É assim que o indivíduo é condicionado lentamente através deste consumo de frustração e culpabilização de todo o corpo social. O consumidor, um a um, é visado e amado pelo objecto. O consumidor sente-se existir, sente-se personalizado. Se a abundância de produtos põe termo à raridade, a profusão publicitária põe termo á fragilidade».

Os efeitos sociais, económicos e culturais saltam à vista: trabalhador e consumidor, trabalho e produto, separam-se; a publicidade coroa este processo, dissociando radicalmente, no momento da compra, o produto desejado do bem comum propriamente dito. Pela publicidade, o consumidor interioriza no movimento do consumo a instância social e as suas normas. Interiorização e regulação ditam o estado de alma do onsumismo: a recepção passiva da festa do consumo.

Qualquer bem de consumo generalizado é possível de uso para a formação do jovem consumidor; basta saber integrá-lo num curriculo. Veja-se o dentífrico. Não se pode negar à publicidade do dentífrico um papel importante quanto à limpeza bocal. Simplesmente, a publicidade «encobre» que é a escova quem limpa enquanto o dentífrico transmite um sabor passageiro (há obviamente dentífricos medicinais que têm eteitos reconhecidamente terapêuticos).

Então, porque não se explica a função da pasta de dentes? Apesar de ser tão só um auxiliar para prevenir a cárie, a pasta dentífrica converteu-se num elemento necessário para o asseio bocal. Muito poucos são os consumidores que conhecem a sua utilidade real. Um dentífrico não tem nada de mágico: abrasivos (substâncias químicas que permitem o uso da escova sobre a superfície dos dentes, humidificantes (impedem que a pasta seque, proporcionando certo grau de plasticidade), água (sem ela a pasta seria uma massa dura ou espessa que dificilmente poderia utlizar-se), detergentes, espessantes, corantes, etc. Há pastas que contêm elementos especiais, como é o caso do fluor (visa-se obter uma maior protecção contra a cárie) ou do estrôncio é recomendado o seu uso em dentes hipersensíveis). O que é importante reter? A pasta torna agradável a lavagem dos dentes. Todas as pastas são boas ou más consoante o mecanismo publicitário que opera por detrás delas.

Nisto de educar para comprar com mais razão e menos impulso há já tanta experiência em marcha que é desnecessário andar à procura de novos inventos ou supremas originalidades. Atenda-se ao caso dos «círculos infantis de consumidores», promovidos pelo Instituto Nacional do Consumidor, México, desde 1984. A ideia é pôr os jovens a questionar sobre os hábitos de consumo, orientando-os em benefício da sua nutrição e do seu orçamento familiar. Em grupos até 10 jovens, analisam-se as causas de problemas específicos de consumo e as suas possíveis soluções, tanto a nvel escolar, como na família e na comunidade.

Na primeira etapa, em exercícios práticos sobre diversos temas de consumo, os divulgadores do Instituto Nacional do Consumidor sensibilizam as crianças e promovem a formação dos círculos. Os círculos infantis não só servem para inculcar nos pequenos os princípios e valores de um consumo mais apto; também despertam e estimulam a criatividade e a expressão artística. O programa dos círculos está esboçado para que no final do ensino preparatório o aluno tenha a informação necessária para distinguir entre alimentos naturais e processados, as noções elementares sobre a nutrição correcta, e assuma uma atitude crítica face à publicidade, à moda, à banda desenhada; a potenciação de habilidades de recuperação de objectos e os estímulos à autoconstrução são também versados nos círculos. A receita não é, pois, bombástica em termos de inovação, mas satisfaz plenamente o objectivo que se pretende: combinando jogo, teatro, palhaçadas, convívio, as crianças aprendem, praticam e interessam-se por conhecer e resolver os problemas de consumo.

Sabemos quanto custa o que se compra só com o coração e na pista de corridas de consumismo. Por falta de informação, por cedência a este gozo efémero e decepcionante, desviamos os nossos hábitos de consumo enfileirando nas manipulações do mercado, alimentando a nossa estabilidade emocional de fancarias e frivolidades.

Espera-se que não seja necessário passar para as gerações vindouras contradições como aquela que temos com os «spray» para desencrustar os sarros da sanita, há «spray» para todos os pós e poeiras, para tirar nódoas, até para usar no tratamento à laringite! Porém, não será este o mesmo «spray» proscrito (porque activado pelo clorofluorcarbono) que se ouve dizer há largo tempo que nos vai destruindo a camada de ozono a ponto de qualquer dia se morrer assado pelos raios ultravioletas? Sim, é o mesmo «spray».

Mas se se constrói o nosso tempo com tanto pavor, sensacionalismo e abatimento, porque não havemos de proibir os «sprays» para aliviarmos a consciência e as obrigação internacionais, continuando a esbanjar sprays por toda a casa, por todo o país?

Um processo contínuo de aprendizagem, um estado generalizado de hostilidade ao esbanjamento e ao supérfluo, uma enorme vontade nacional de aproveitamento de recursos e de reforço da autonomia da pessoa humana, entre outros factores, contribuiriam decisivamente para dar mais liberdade ao cidadão-consumidor. Será assim tão penoso ver dar mais liberdade ao cidadão-consumidor. Será assim tão penoso depositarmos esperança em novas atitudes no consumo das jovens gerações?

Incidente no julgamento das FP-25

Juiz-vogal e réu "arrependido" envolvem-se em discussão

Zenha, involuntariamente, no centro da questão

O julgamento do Caso FP-25, a decorrer em Monsanto, foi ontem abruptamente suspenso pelo juiz-presidente, Adelino Salvado, depois do réu «arrependido» Macedo Correia e o juiz vogal Ricardo se terem envolvido numa violenta discussão. Adelino Salvado, que marcou o reinício do julgamento para segunda-feira à tarde, disse igualmente que iria «repensar o exercício dos seus poderes de direcção».

A discussão entre o juiz Ricardo e o réu Macedo Correia teve origem numa afirmação deste último, verdadeiramente metida a «martelo», e sem que ninguém tivesse percebido porquê, nas respostas que então estava a dar ao representante do Ministério Público.

De acordo com o «arrependido» Macedo — que tem vindo, friamente, a denunciar tudo e todos, não raras vezes com afirmações delirantes — o dr. Salgado Zenha havia sido pago pelas PF-25 para defender o réu Mouta Liz.

«Não foi por acaso que ele veio aqui sentar-se, foi pago para isso» — acrescentou ainda o «Poeta», antes de continuar: «Ele utilizou este local para se lançar nas presidenciais e por aí também andam dinheiros do Projecto Global».

Provocação

A provocação era evidente e a estupefacção instalou-se na sala. O juiz Ricardo, que viria a classificar estas afirmações de «atoardas» e «uma conspurcação», lembraria ao réu:

«O senhor, às vezes, vem para aqui com recados.»

Dando-se ares de ofendido com esta posição do juiz-vogal, Macedo Correia respondeu de imediato: «Qual recado qual carapuça. O senhor julga que trago a Polícia com uma cassete atrás de mim?»

«O senhor, anarquicamente, é assim mesmo. Traz recados, por vezes.»

«Pois sou anarca e não vou mudar. O senhor não me mete medo. Para mim, o senhor, aqui, é um cidadão como eu.»

O advogado oficioso de Macedo Correia — recentemente nomeado pela ordem, após as peripécias que na altura circunstanciadamente relatámos — dirigiu-se ao seu constituinte aparentemente para lhe aconselhar calma e respeito pelo Tribunal. Mas o «Poeta», que parece saber bem as linhas com que se cose, disse ainda antes de se calar:

«Era o que faltava». E dirigindo-se ao juiz Ricardo que lhe havia recordado que não era lícito vir para o Tribunal conspurcar pessoas: «A partir de agora não respondo mais. O problema é seu e não meu. Desenrasque-se».

Grave difamação

Ainda ontem ao fim da tarde os serviços da candidatura de Salgado Zenha reagiram de pronto a estas declarações de Macedo Correia, considerando-as «uma grave difamação».

«A defesa de José Mouta Liz pelo dr. Salgado Zenha foi feita durante algum tempo a título absolutamente gratuito e em virtude de o mesmo acusado alegar a sua inocência» — lê-se num comunicado daquela candidatura, que acrescenta de seguida:

«A grave difamação produzida pelo réu Macedo Correia tem de ser entendida como uma inqualificável manobra que visa denegrir um homem impoluto e que em toda a sua vida tem sido uma figura exemplaríssima, sempre tida como referência moral e ética por todos os portugueses, incluindo os seus próprios adversários políticos.»

Entretanto, em declarações prestadas ao «DN» e esta manhã publicadas, Salgado Zenha sublinhou que a sua actividade profissional é totalmente independente da sua actividade política, acrescentando por outro lado: «Defendi o réu José Mouta Liz graciosamente e nem sequer recebi as despesas do processo.»

Mais denúncias

Voltando à sessão de ontem: Macedo Correia denunciou ainda a existência de um juiz de Aveiro «conotado» com as FP-25. A propósito desse juiz, o «Poeta» disse que, após a operação policial de 19 de Junho de 84, os operacionais das FP-25 ainda em liberdade decidiram contactá-lo para «ver as hipóteses dos presos da FUP se safarem», tendo aí sido discutida a tese dos «infiltrados» das FP's no Projecto Global.

Macedo Correia, que na primeira parte da sessão de ontem prestou tais esclarecimentos sobre vários dos seus ex-companheiros, deteve-se longamente no co-réu José Henrique Oliveira Ricardo, o «Afonso», considerado nos termos da pronúncia como um dos mais destacados membros operacionais das FP's. Havia suspeita, dentro da organização, de que pertencia aos serviços secretos norte-americanos, à CIA» — revelou.

O recado

Ontem, em Monsanto, no final da sessão, os comentários fervilhavam entre os advogados. Era mais ou menos pacífico que o juiz-vogal Ricardo não tivera o «tacto», o «savoir-faire» indispensável no modo como se dirigira ao réu depois do intervalo. A afirmação do juiz presidente de que iria repensar o exercício dos seus poderes de direcção parece demonstrar isso mesmo.

Porém, a questão que agora se põe e assume grande importância é outra. O juiz Ricardo parece ter toda a razão quando falou dos recados que Macedo Correia leva para o Tribunal. Mas — perguntará o leitor — recados de quem? O poeta teve cuidado de dizer que não ia para a sala de audiências tendo atrás de si a Polícia com uma cassete. O que parece ser verdade. Porém, a interrogação surge noutra direcção. Os mais atentos, por exemplo, e com todas as reservas que tal postura possa levantar, interrogam-se sobre quem são as pessoas, para além dos elementos da DCCB, que têm tido ultimamente contactos com Macedo Correia. Que interesses as movem. Que recados darão.

Aliás, curioso também foi o requerimento ontem apresentado em Tribunal pelo advogado defensor de Macedo Correia, o qual viria a originar uma sonora gargalhada do advogado Artur Marques. Nesse requerimento, o 'oficioso' Pimenta de Aguiar pedia ao Tribunal para não ser permitida a presença, em frente de Macedo Correia, de advogados de réus não 'arrependidos', pois isso poderia constituir uma intimidação para o seu constituinte... Claro que tal requerimento foi indeferido pelo juiz-presidente.

Dizia o poeta — o outro, que não o 'arrependido' — que isto anda tudo ligado. De recados, requerimentos e outros expedientes, legais ou não, se faz a história deste julgamento. Agora que faz impressão, mesmo no início das Presidenciais, este comportamento de Macedo Correia, disso parece não haver dúvidas.

R.C.

tempos de antena
DA CANDIDATURA
ÂNGELO VELOSO

RTP
Sábado, 11 de Janeiro às 21.00 h

RDP
Sábado, 11 de Janeiro às 19.00 h
Domingo, 12 de Janeiro às 19.15 h
Segunda-feira, 13 de Janeiro às 18.15 e 18.45 h

em todos os canais e emissores regionais em simultâneo

R R
Sábado, 11 de Janeiro às 04.45 e 20.45 h
Domingo, 12 de Janeiro às 20.30 h
Segunda-feira, 13 de Janeiro às 04.45

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA 1.º JUÍZO

ARREMATAÇÃO

1.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 21 de Janeiro de 1986, pelas 15 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp, n.º 5-4.º, vão à praça os móveis abaixo descritos, penhorados a: SOCEMPRE – Sociedade de Construções e Empreitadas, Lda., com sede na Rua Pinheiro Chagas, n.º 69-1.º Esq.º, em Lisboa, no processo de execução fiscal n.º 55/81, instaurado por dívida à Caixa de Previdência.

BENS PENHORADOS

Verba n.º 1 – Uma máquina fotocopiadora de Plantas e Desenhos Industriais, marca MARVEX-803, em bom estado de conservação a que foi atribuído o valor de duzentos mil escudos (200 000$00).

Verba n.º 2 – Uma máquina fotocopiadora, da marca SOCIER-3-291, n.º 2121361, em bom estado de conservação, a que foi atribuído o valor de 100 000$00.

Verba n.º 3 – Duas máquinas de escrever eléctricas da marca IBM, com os n.os 875-7-3897 e 531-2168723, em bom estado no valor de 100 000$00.

Verba n.º 4 – Um estirador de desenho metálico com esquadria móvel acoplado de candeeiro, da marca KUHLMAN com tampo de madeira no valor de 100 000$00.

Verba n.º 5 – O direito ao trespasse e arrendamento do 1.º andar esquerdo do prédio sito na Rua Pinheiro Chagas, n.º 69, pela qual é paga a renda mensal de 15 000$00, a que foi atribuído o valor de 1 200 000$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1986
O Juiz de Direito
(Manuel Luís Macaísta Malheiros)
O Liq. Trib.
(F. Lopes)
«D.L.» – 11-1-86 - 2.ª Pub.

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA 1.º JUÍZO

ARREMATAÇÃO

1.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 22 de Janeiro de 1986, pelas 11 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp, n.º 5-4.º, vão à praça os bens abaixo descritos, penhorados a: Politur-Urbanismo e Construções, Lda., com sede na Av. António Augusto de Aguiar, n.º 148-3.º Esq.º, em Lisboa, no processo executivo n.º 208/85, instaurada por dívida ao Centro Regional de Segurança Social de Lisboa

BENS PENHORADOS

Verba única – O direito ao arrendamento e trespasse do escritório sito na Av. Ant. Augusto de Aguiar n.º 148-3.º C – fracções C e D. pelo qual é paga a renda mensal de 51 920$00 e respectivo recheio, composto de uma fotocopiadora Xerox 3100 n.º 261534, 1 quadro didax 0,90 m x 1,20 m; 1 mesa de armação metálica e tampo de madeira cortez, 1 cadeira cortez e 6 cadeiras Prestígio CR, tudo da Metalúrgica de Longra, a que se atribui o valor de 10 000 000$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1986
O Juiz de Direito
(Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O Técnico Tributário
(José Teixeira Rodrigues)

«D.L.» – 11-1-86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA 1.º JUÍZO

ARREMATAÇÃO

1.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 22 de Janeiro de 1986, pelas 10 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp, n.º 5-4.º, vão à praça os bens abaixo descritos, penhorados à Sociedade Agrícola Jardim de Portugal, Lda., com sede na Av. Santa Joana a Princesa n.º 23-D-Lisboa, no processo executivo n.º 282/78, instaurada por dívida à Caixa de Previdência.

BENS PENHORADOS

Verba única – O direito ao arrendamento e trespasse da loja sita na Av. Santa Joana a Princesa n.º 23-D, tornejando para o Largo Frei Heitor Pinto n.º 6. de r/chão e cave, cada uma com uma divisão ampla, com casa de banho no r/chão, cuja renda mensal é de 2 300$00 e respectivo recheio, a que é atribuído o valor presumível de 3 510 000$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1986
O Juiz de Direito
(Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O Escrivão
(José Teixeira Rodrigues)

«D.L.» – 11-1-86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA 1.º JUÍZO

ARREMATAÇÃO

1.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 21 de Janeiro de 1986, pelas 10 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp, n.º 5-4.º, vão à praça os bens abaixo descritos, penhorados a: Transportes J. Neves, Lda. com sede na Av. Almirante Reis, n.º 237-B r/c-Dt.º em Lisboa, no processo de execução fiscal n.º 6252/81.

BENS PENHORADOS

Verba n.º 1 – Um veículo pesado (tractor) marca UNIC, matrícula AN-62-42, modelo T 200-1968, de cor vermelha, no valor de 1 000 000$00.

Verba n.º 2 – Cinco secretárias metálicas com tampo em fórmica de SSel, abertas ao centro e gavetas dos dois lados no valor de 50 000$00.

Verba n.º 3 – Um cofre monobloco, marca Chaves do Areeiro no valor de 20 000$00.

Verba n.º 4 – Uma máquina de escrever eléctrica marca Olivetti e uma máquina de escrever não eléctrica marca Triumf no valor de 30 000$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes

Lisboa, 7 de Janeiro de 1986
O Juiz de Direito
(Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O Liq. Trib.
(F. Lopes)

«D.L.» – 11-1-86 – 2.ª Pub.

É a única que funciona com energia solar

Tratamento de esgotos de Alcochete encantou um professor americano

Julio Rodrigues

Quando em Outubro último M. Oswald, professor da Universidade da Califórnia e um dos investigadores mais entendidos em microalgas a nível mundial, se inteirou do apreciável potencial de produção proteica da Estação de Tratamento de Águas Residuais (Esgotos) de Alcochete, não escondeu o seu espanto e louvou os homens. Foi com orgulho que teceu os mais rasgados elogios à Câmara Municipal da terra em que as Festas do Barrete Verde e das Salinas são o seu maior cartaz turístico e um dos poucos que ali leva milhares de forasteiros, apesar da vila estar a cerca de meia hora (pela auto-estrada do Sul) de Lisboa, oferecer condições aliciantes para a autoconstrução (pagando o próprio projecto) e assistir impotente à paulatina degradação dos seus serviços hospitalares — como aqui se conta.

A Estação de Tratamento de Águas Residuais de Alcochete é a única que funciona, a céu aberto, pelo processo de energia solar, em Portugal. «Foi uma batalha ganha em prol do bem-estar de todos nós», disse há dias ao «DL» o seu presidente, Miguel Boeiro, lembrando-nos o que o concelho representa para si, pois «meu pai semeava a courela no Cerradinho, junto ao Painel das Almas», frisou. Alcochete evoluiu, muito embora sobreviva do comércio, do trabalho que os seus naturais encontram na capital, das três empresas do concelho (porque as três secas de bacalhau que durante muitos anos ocuparam alguns dos seus filhos foi chão que deu pão) e da pesca. Mas são cada vez menos os pescadores, porque rareiam a tainha, o robalo, o linguado e a enguia.

Alcochete é o único concelho ribeirinho do Tejo onde os esgotos são tratados, engrossando as suas águas residuais aquele rio sem a mínima gota poluente. «Atenta e preocupada com o problema da poluição do Tejo, os subsequentes efeitos ecológicos da fauna e a preservação e saúde das populações, a Câmara Municipal desenvolveu esforços no sentido de tornar realidade o que então era um sonho: a construção da ETAR».

Associar-se ao Montijo e tratar do Samouco

A iniciativa contempla e acautela as populações de Alcochete e de S. Francisco, esta recém-instalada como tal, porque são três as freguesias do concelho: aquelas duas mais a do Samouco, a mais próxima do Montijo. Se os esgotos da população desta ainda não são tratados ao nível do que exige a Europa à qual recentemente aderimos, tal situação não durará muito tempo. Isto é: não tardará o dia em que as Câmaras Municipais de Alcochete e do Montijo, apesar de presidências partidárias que não coincidem, se aliem em defesa da saúde e bem-estar comum, que estão acima de todas e quaisquer (alegadas) divergências.

É o próprio presidente Miguel Boeiro, pela segunda vez eleito presidente da Câmara Municipal de Alcochete (a obra desenvolvida no mandato anterior assegurava-lhe à partida a reeleição), que adianta o empenho na construção de uma estação de tratamento de águas residuais para o Samouco, em colaboração com a Câmara do Montijo. «Obras destas são batalhas ganhas em prol do bem-estar de todos nós», diz-nos.

A ETAR de Alcochete é a única do País — repetimos — que assenta no processo de energia solar. O lançamento assenta numa estação elevatoria e o método de tratamento é, sob o ponto de vista ecológico, considerado o mais funcional e economicamente mais favorável.

O sistema é simples. consiste, afinal, em três lagoas de alto rendimento ou aeróbias aceleradas que ocupam uma área de 14 mil metros quadrados que só em parte se vislumbram na cobertura fotográfica de José Tavares. É neste processo para tratamento biológico que produz a oxidação da matéria orgânica que é utilizada a energia solar complementada com equipamento electromecânico de arejamento, durante a noite.

É assim que a matéria orgânica é convertida em massa biológica que fica em suspensão — como Miguel Boieiro explicou pacientemente ao repórter do «DL» —, mas que é eliminada após filtração, sendo a redução em sólidos suspensos em cerca de 96 por cento. «Trata-se portanto de um processo que converte com grande eficiência a matéria orgânica e os nutrientes num esgoto de algas, bactérias e outros microrganismos que ficam em suspensão», concretizou o presidente do Município alcochentense.

Obra que saiu das nossas fronteiras

O concelho não é apenas a ETAR, obviamente. Foi por ela que aí se dirigiu, em 24 de Outubro passado, o professor Oswald, da Universidade da Califórnia, acompanhado de dois cientistas alemães e de Maria Antónia Sampaio, técnica do INIP (Instituto Nacional de Investigação das Pescas), à qual a Câmara Municipal de Alcochete reconhece muito dever. E não só a ela, mas também a uma outra especialista na matéria: Helena Pinheiro.

Tudo começou, de resto, no II Simpósio Nacional de Produção de Novas Proteínas e Utilização de Recursos Inexplorados (NOPROT/85), que decorreu no LNETI. Poucos se terão apercebido desse simpósio, mas foi nele que a ETAR de Alcochete passou as fronteiras portuguesas através de Oswald e de dois cientistas alemães, pelo menos. É tempo, pois, de também os portugueses o saberem.

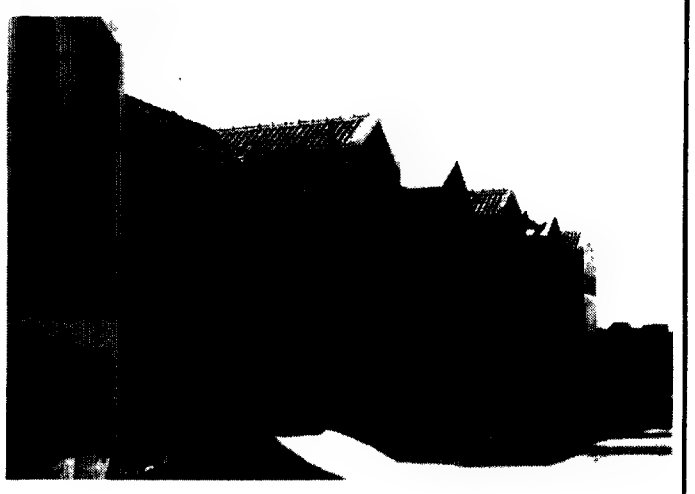
Mais duas achegas sobre esta riqueza nacional (cuja virtude básica é a de impedir que os resíduos sólidos e líquidos do concelho de Alcochete poluam o Tejo como os dos outros concelhos ribeirinhos): «são ainda muito reduzidos em Portugal os conhecimentos técnicos e científicos sobre a melhor maneira de explorar comercialmente a produção proteica proveniente da criação de microalgas, pelo que se impõe desenvolver a descoberta que impeça a formação de sulfitos nas lagoas — primeira etapa — e determinar como recolher as algas — segundo etapa —, processo que não se antevê nem fácil nem barato».

Habitação e saúde: abertura e apreensão

Os problemas habitacionais de Alcochete, que é menos dormitório de Lisboa que os concelhos de Setúbal mais a norte — Almada, Barreiro, Seixal e Montijo — não são dramáticos. Apesar de tudo, a Câmara Municipal dispõe de lotes e convida os interessados à autoconstrução. A sua proposta é altamente aliciante: os lotes custam entre 200 a 300 contos e o Município oferece o projecto.

Os lotes situam-se no Alto da Alpendurada, a sul da Praça de Toiros — na nova zona de expansão da vila —, sendo de dois tipos: para moradias geminadas e moradias em banda, todas elas constituídas por dois pisos e sótão e dos tipos T3 e T4 (quatro e cinco assoalhadas). As alienações, ou vendas de lotes para moradias, são em hasta pública. A Câmara Municipal apoia ainda a Coophabital, cooperativa de habitação económica que já construiu 124 fogos.

A ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) fica a dois quilómetros da vila e é accionada a energia solar



A autoconstrução e a acção da Coophabital estão na ordem do dia no concelho de Alcochete

A situação no campo da saúde contrasta flagrantemente com a da habitação: «O Hospital concelhio — lamenta o presidente da Câmara — tem vindo a ser abandonado. A maternidade, por exemplo — esclarece —, já não tem médico: foi-se embora e nunca mais foi substituído».

«É uma situação que tem de ser alterada, que não pode continuar», acrescenta Miguel Boeiro, culpabilizando a Administração Regional de Saúde de Setúbal. Daí, aliás, que na ocasião em que o Centro de Saúde ficou desfalcado de mais um dos seus elementos, a Assembleia Municipal tenha aprovado uma moção na qual exigia que aquela ARS colmatasse as deficiências do hospital, garantisse o funcionamente dos serviços de urgência durante 24 horas, nomeasse com urgência um médico obstetra e desbloqueasse verbas para a execução das obras necessárias de reparação e manutenção do edifício.

O Município de Alcochete está integrado na área Metropolitana de Lisboa e ao longo dos seus 95 quilómetros quadrados acolhe cerca de doze mil habitantes, metade dos quais concentrados na própria sede do concelho, com uma densidade de 126 habitantes por km. A taxa de crescimento é regular, mas mais baixa que nos restantes quinze concelhos da AML.

Autárquicas ainda não acabaram

Mil eleitores vão amanhã às urnas

Um pouco mais de mil cidadãos eleitores vão amanhã às urnas para as eleições autárquicas nas freguesias de Janeiro de Cima, no Fundão, distrito de Castelo Branco, e de Pena Verde, Aguiar da Beira, na Guarda.

No primeiro caso, o acto eleitoral terminou com um empate a 147 votos entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, enquanto que na segunda freguesia o acto eleitoral foi anulado pelo Tribunal Constitucional em virtude da intervenção da GNR durante a votação, depois do PS ter decidido impugnar as eleições devido à existência de votos repetidos.

Posse dos novos dirigentes do Sindicato da Judiciária

Os corpos gerentes da Associação Sindical da Polícia Judiciária tomaram ontem posse, em cerimónia que decorreu na sede daquela polícia em Lisboa.

Em mensagem da nova direcção daquela associação, o seu presidente indicou que «na defesa dos interesses profissionais, materiais e morais, privilegiaremos a cooperação e o diálogo».

«Não deixaremos, no entanto prosseguiu, de pugnar para que os legítimos e justos anseios da classe sejam tratados com coerência e empenho, traduzidos no reconhecimento de deveres e direitos similares a todos os funcionários do quadro de investigação».

Questionado funcionamento dos cursos superiores

Alunos do ISCAL dão prazo ao ME

A Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL) deu um prazo de cinco dias ao Ministério da Educação a contar de ontem para apresentação de propostas sobre o funcionamento de cursos superiores no ISCAL.

Os Institutos de Contabilidade e Administração de Lisboa, Aveiro, Coimbra e Porto debatem-se com a criação de cursos superiores especializados de auditoria, controlo financeiro e áreas afins, já publicadas em «Diário da República» e previstos para o ano lectivo de 85/86.

A direcção da AE disse à Anop que «o processo está a ser bloqueado por interesses políticos e por grupos de profissionais, a quem não interessa que sejam concedidos os diplomas de licenciatura».

A AE do ISCAL anunciou que não participará nos órgãos de gestão da escola «se o Ministério da Educação não desbloquear a situação».

«O ex-director-geral do Ensino Superior, Meira Soares, visitou o ISCAL cinco dias depois da publicação do despacho e deu toda a força à escola para avançar com as normas necessárias à criação dos cursos», disse José Canes, da direcção da AE.

O mesmo elemento disse que o actual director-geral do Ensino Superior, Rui Canho, «assinou no dia 30 de Dezemnro um despacho em que propós o adiadamento da criação dos cursos já no presente ano lectivo».

O texto do despacho refere que os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração se preparem para «o arranque dos cursos conducentes à obtenção do diploma de estudos superiores especializados em 1986/87».

Em reunião, ontem, no Ministério da Educação, a direcção da Associação de Estudantes estabeleceu o prazo-limite no dia 15 de Janeiro.

MAIS UM PRÉMIO GRANDE
VENDIDO PELOS
TRAVASSOS

45 622 — 3000 contos
Já sabe, não desista, insista
jogando sempre nos TRAVASSOS

X

Enviamos jogo pelo correio para Particulares e Revendedores
Pedidos para: Apartado 2038 — 1101 Lisboa Codex
N. B.: Este número foi recebido por troca
do Café Luso de Alcanena

RAUL DA SILVA AVELÃS
AGRADECIMENTO

A família de Raul Silva Avelãs agradece por este meio a todos as manifestações de pesar por motivo do seu falecimento.

TRIBUNAL TRIBUTÁRIO DE 1.ª INSTÂNCIA DE LISBOA

1.º JUÍZO

ARREMATAÇÃO
2.ª Praça

Faz-se público, que pelo 1.º Juízo do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, no dia 21 de Janeiro de 1986, pelas 10 horas, neste Tribunal Rua Braamcamp, n.º 5-4.º, vão à praça os bens móveis abaixo descritos, penhorados a: TRANSPORTES J. NEVES, LDA., com sede na Av. Almirante Reis, n.º 237-B r/c, dt.º, em Lisboa, no processo de execução fiscal n.º 6252/81.

BENS PENHORADOS

Verba n.º 1 – Um minicomputador da marca Olivetti Audit 5 com o n.º 045964, no valor de 175 000$00.

Verba n.º 2 – Um monta-cargas da marca Toyota de 2 toneladas no valor de 750 000$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 7 de Janeiro de 1986.

O Juiz de Direito,
(Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O Liq. Trib.
(F. Lopes)

DL 11-1-86

os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva

Portugal não é apenas uma Nação europeia e tende, cada vez mais, a sê-lo cada vez menos.

Na sua publicação mensal «Os Pontos de Vista», Bernardo Guedes da Silva, uma voz corajosa e descomprometida, aborda e analisa os pontos mais candentes da actual situação política nacional. Se quer conhecer «Os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva», silenciados, habitualmente, pela Comunicação Social, Você pode, agora, fazer a sua assinatura.

Carta a Sua Excelência o Presidente da República

Excelentíssimo Senhor
General António Ramalho Eanes
Presidente da República Portuguesa

Senhor Presidente:

Perdoe-me Vossa Excelência o tempo que vou subtrair aos seus inúmeros afazeres com a leitura desta carta que, embora reduzida, é necessária e, sobretudo, a minha consciência me impõe que lhe dirija. Ao fazê-lo, tento, Deus me permita o consiga, ser fiel à amizade e estima que Vossa Excelência desde o princípio dos seus dois mandatos me inspirou, sobretudo, no que, ao relacionamento de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, respeitava.

Também, por que não afirmá-lo agora e aqui, a consideração que Vossa Excelência me dispensou em momentos difíceis e dolorosos da minha vida profissional, quando tantos e foram muitos me deixaram cair, mais por omissões do que por afirmações e aonde, em Vossa Excelência, encontrei sempre um apoio que Vossa Excelência perante mim sempre recatou e eu, pela minha parte, nunca solicitei.

A política africana que Vossa Excelência foi capaz de tão bem quase parecendo a voz Portugal

ticou Em termos de um passado recente – tudo certo, tudo bem.

Lembro-me de uma noite, na residência do Senhor Presidente, em Belém, no regresso de uma viagem ao Japão, lhe ter afirmado a minha mágoa relativamente à qualidade moral de algumas pessoas que se apropriaram da "ideia" do "Partido do Presidente", na perspectiva de uma minha possível adesão. Lembro-me da resposta de Vossa Excelência e fiquei tranquilo. Eu tinha, Senhor Presidente, uma grande confiança em Vossa Excelência. No entanto, a data das eleições presidenciais aproximava-se e, a partir daí, uma certa mudança

BOLETIM DE ASSINATURA

Desejo assinar "Os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva".
(12 números = 600$00). Assinatura a enviar para:

Nome: _____

Endereço: _____ Código Postal _____

Enviar este cupão, ou fotocópia, acompanhado da importância respectiva (em dinheiro, cheque ou vale postal) para:

"Os Pontos de Vista de Bernardo Guedes da Silva"
Rua Latino Coelho, 1, 12.º-Dto. — 1000 LISBOA

Publicação mensal. Director, Editor e Proprietario B. P. Guedes da Silva Impresso na Grafitécnica Rua José Duro, 24-A 1700 LISBOA
Preço por exemplar 100$00

D. L.

TEMAS DE ACTUALIDADE

Poder-se-á em 1986 avaliar a eficácia das «medicinas

Controvérsia so

Jean-Yves Nau
Serviço «Le Monde»/«DL»

Janeiro verá surgir duas fundações para a avaliação das técnicas médicas. Duas fundações que correspondem a duas contribuições. A criação da primeira foi anunciada por Edmond Hervé, secretário de Estado da Saúde. Ela baseia-se no modelo americano das «conferências de consenso» **e tem por objectivo definir em dado tema, um terreno de entendimento no seio da profissão médica.**

As possibilidades crescentes das técnicas terapêuticas e sobre, tudo diagnósticas, as dificuldades encontradas pelos médicos generalistas para se manterem correctamente informados da

Homeopatia: o

Hugues Gounelle de Pontanel (*)

Há vários anos, um entusiasmo do grande público e de certos médicos, principalmente entre os mais jovens, por vezes encorajado com uma bela segurança pelos medias afirma-se a favor da homeopatia.

A eficácia específica da homeopatia nunca foi demonstrada desde que Hahnemann lhe declarou os princípios no fim do século dezoito. O método não tem no seu activo nenhuma cura de doença. Mais ainda à medida dos conhecimentos médicos, as pretensões homeopáticas recuam. Não se trata, como no século passado, de a utilizar para tratar a raiva, já não se contestam de um modo tão sistemático e global as vacinas e chega-se agora a apresentá-la como um complemento da alopatia.

No espírito do público a homeopatia atribuiu-se a si mesma o mérito de só empregar doses muito pequenas, o que deixa pensar **a contrário** que não acontece o mesmo com a alopatia. Quando 1 miligrama de sulfato de estriquinina é prescrito por um alopata a um homem de 70 quilos, não se trata em definitivo de uma diluição corporal de 1,4.10 8. Há receptores no organismo que reagem a doses da ordem do picograma. É pois abusivo identificar doses mínimas, e até infinitesimais, com doses homeopáticas, ou então todos os médicos seriam homeopatas.

A homeopatia afirma-se medicina da pessoa, adaptando a medicação ao sintoma. Tomemos um exemplo num livro do secretário-geral da Liga Homeopática Internacional: a prescrição homeopática na crise de asma da criança será diferente segundo intervem «**depois de um eczema aparentemente curado, ou em tempo de chuva, ou depois de uma contrariedade, ou depois de uma refeição, ou se a crise melhorou quando a criança está inclinada para diante, ou de joelhos com a cabeça no chão na posição da oração muçulmana, ou ainda melhorou se a criança está estendida de costas com os braços em cruz, ou em caso de ressonar de modo a ouvir-se à distancia, etc.**» Paremos aqui.

Como reconhecer uma eficácia específica a produtos que não possuem mais moléculas da substância dita activa, isto é, quando a diluição ultrapassa 12 CH? Mesmo os homeopatas convictos contestam a concepção da «dinamização» do solvente, que teria adquirido, durante a preparação, propriedades quase mágicas. J.B. Fabas ergue-se contra a «**utilisação de uma força imaterial, crescendo indefinidamente à medida que as multiplas diluições se sucederiam, sem referência às leis físico-químicas universalmente admitidas, que negam essa possibilidade, e sem ter em conta as impurezas que se encontram no produto...** «Estamos em plena magia e sem ir até ao obscurantismo medieval encontramos o mesmerismo e o magnetismo do início do século XIX.

Não recusamos por isso as afirmações de milhares de indivíduos que se consideram curados pela homeopatia. Conhecemos os efeitos do placebo de que beneficia todo o medicamento alopático ou não. De resto, não será a própria pessoa do prescritor que desencadeia esse efeito placebo?

Pacientes não empurrados

Ter podido calmamente expor as suas queixas ao médico, ter o sentimento de ser compreendido, de que a sua mensagem foi recebida, já traz consigo esperança e segurança. Este efeito não é o apanágio desta ou daquela medicação, mas o privilégio de todas. O médico deve evitar o que Jean Bernard chama muito bem «**a medicina de empurrão**».

De resto, não se deve perder de vista que a evolução de numerosas afecções é espontaneamente favorável com ou sem medicação.

Estas razões, no estado actual

suaves» ou «alternativas»? Georgina Dufoix pensa que sim. A sua iniciativa suscita numerosas reacções.

bre a eficácia das medicinas suaves

evolução da investigação médica e do custo progressivamente insuportável das despesas de saúde nos países industrializados são outros tantos elementos que justificavam a criação de uma tal estrutura. Resta, em todo o caso, saber se os animadores dessa Fundação saberão, na verdade, vencer os freios que uma tal iniciativa em certos aspectos revolucionários, não deixará de encontrar.

A Fundação para a avaliação das terapêuticas alternativas, cuja criação foi anunciada no passado dia 10 de Dezembro, pela senhora Georgina Dufoix, ministro dos Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional, porta-voz do governo, suscita, ao contrário da primeira, numerosas reacções. O entusiasmo do ministro por um tal projecto e o carácter por vezes passional do debate que opõe partidários e adversários das «medicinas suaves» bastam para o explicar.

«Fenómeno de sociedade», o entusiasmo de uma grande parte da população pelas práticas terapêuticas não ensinadas nas faculdades de medicina, prestava-se perfeitamente a uma exploração política. Em todo o caso ainda ninguém ousara arriscar-se em tal terreno. A senhora Dufoix é portanto uma inovadora. Não sem riscos, como o testemunham vários pontos de vista — por vezes críticos — endereçados ao **Monde** sobre esse tema.

Desde a União Racionalista que **«exprime a sua profunda inquietação perante a situação e pede que sejam retiradas as medidas que levariam a uma reabilitação do obscurantismo».** Até à sociedade médica de bioterapia cujo presidente, o doutor Max Tetau homeopata e adepto da acupunctura, alegrando-se com a iniciativa da senhora Dufoix, vê nessa Fundação **«uma amálgama mantida entre duas terapêuticas antigas e provadas, muito amplamente praticadas pelo corpo médico, como a homeopatia e a acupunctura, e uma multidão de terapêuticas «nimbadas de suavidade» que estão longe de ter feito as suas provas científicas e que têm muitas vezes pretensões terapêuticas para além das suas reais possibilidades.»**

O doutor Jean-Pierrs Muyard, presidente dessa futura Fundação deve entregar, no fim de Janeiro, um relatório ao ministro definindo principalmente as modalidades de funcionamento dessa nova estrutura.

No fundo, a iniciativa da senhora Dufoix, por mais sedutora que seja choca num obstáculo importante: na mesma altura oficializa-se o ensino de práticas até agora consideradas marginais, e desenvolvem-se as investigações que tendem a estabelecer a sua base racional. Uma falha metodológica na qual partidários e adversários encontrarão, evidentemente, novas razões de se enfrentar.

zero e o infinitesimal

dos nossos conhecimentos, incitaram a Academia Nacional de Medicina a recomendar às faculdades que não entregassem atestados universitários de homeopatia, o que podia fazer pensar que a eficácia do método era oficialmente reconhecida. Ela também pediu que o medicamento homeopático fosse submetido às mesmas exigências impostas aos outros medicamentos. Deseja que uma informação e não um ensino seja dada ao estudante e que sejam feitas experimentações. Em suma, a Academia mantém-se fiel à tomada de posição já expressa em... 1835 e 1867, segundo pedido dos poderes públicos ou do ministro da instrução pública.

Os laboratórios homeopáticos subiram bem alto e um deles perdendo o sangue frio não hesita em escrever, numa revista francesa embora em inglês, que a posição académica pode ser **«má fé ou incompetência».** Veremos.

Fizeram-se vários estudos a este respeito. O único de nível internacional publicado até agora **(The Lancet,** a 15 de Julho de 1983) mostrou que, numa população de osteo-atríticos, uma preparação homeopática tem os mesmos efeitos de um placebo.

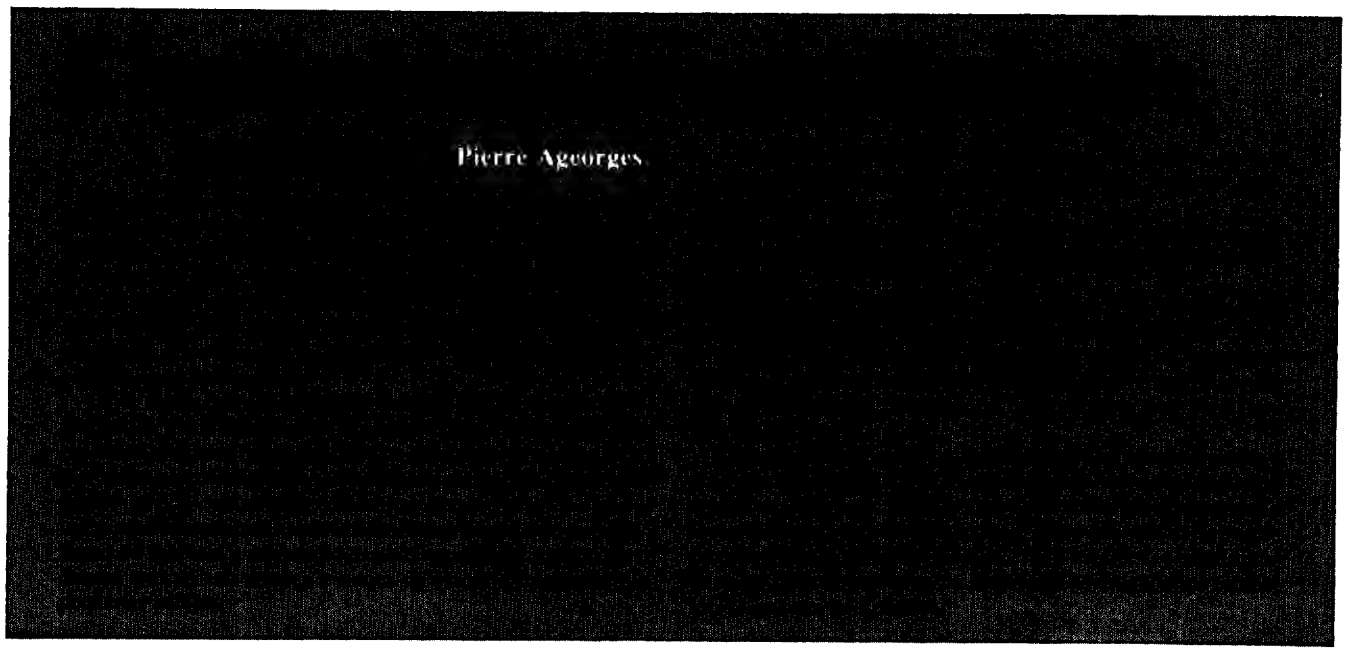
A charrua à frente dos bois

Sublinhemos enfim algumas incoerências dos poderes públicos.

Assim, o ministro dos Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional declarou, durante uma recente conferência de Imprensa, querer oficializar um ensino sobre a homeopatia, e ao mesmo tempo suscitar — como o reclamou a Academia Nacional de Medicina em 1984 — trabalhos tendentes a demonstrar uma eficácia específica. A lógica teria sido esperar os resultados desses estudos antes de oficializar um ensino cujas bases científicas não estão, de modo algum, estabelecidas.

Enquanto a homeopatia não der a prova de uma eficácia biológica e curativa específica, ela não poderá ser considerada mais do que a doutrina praticada por uma seita.

*** Antigo presidente da Academia Nacional de Medicina.**



Patasocialismo

Marcel-Francis Kahn

Os manes do **Père Ubu**, inventor da patafísica, terão bruscamente inspirado a senhora Geordina Dufoix? Depois do golpe da ciclosporina, era de esperar um período de repouso. Mas, dopada pela homeopatia, encorajada, penso eu, pelos trabalhos mundialmente conhecidos (?) do Instituto (cevenol) de investigação sobre os ritmos biológicos, a senhora ministra reincide na espectacular emocional.

Se só se tratasse de avaliar calmamente resultados objectivos das medicinas ditas suaves e principalmente da homeopatia, aplaudiríamos com entusiasmo. Mas é evidente que o objectivo procurado é outro e tem em vista o reconhecimento **a priori** dos aspectos mais contestáveis da patamedicina. Querem uma prova? A composição do grupo «de estudos» que se reuniu no ministério para aconselhar a senhora Dufoix. Para além de um eminente estatístico não médico, este grupo só comportava pessoas conquistadas para o reconhecimento da homeopatia ou que trabalhavam para ela. A minha candidatura (a título de médico interessado pelo problema) foi considerada sulfurosa, e rejeitada, e informaram-me de que tinham sido dadas ordens de discrição aos membros do grupo cuja composição devia ser desconhecida o mais tempo possível.

Mas onde a senhora Dufoix ultrapassa os limites é quando credita um «governo de esquerda» para que tome em conta pela primeira vez e sem tabu o fenómeno médico e social que as medicinas ditas alternativas representam. Na verdade, uma tal atitude tem antecedentes: dirigindo-se aos homeopatas alemães em 1938, Rudolph Hesse, representante do Fuhrer e ministro do Terceiro Reich, dizia: **A nova Alemanha considera que é politicamente necessário proceder à verificação de todos os fenómenos, quais quer que sejam, a fim de determinar em que medida eles podem ser úteis ao povo**

Nos anos 50, para além dos de Lyssenko, Estaline procurara impor os trabalhos da «doutora» Lepechinskaia, que gabava a penetração balnear transcutanea de oligo-elementos e sais benéficos. Mais perto de nós, também na União Soviética, Brejnev tinha a sua curandeira. Para equilibrar, sabe-se que Pio XII se fazia injectar, para rejuvenescer, com as células de frango do médico suíço Neehans. Como se vê, a patamedicina não tem pátria, e a sua defesa não é apanágio da rosa.

Coabitação

Mas não é tudo. Para defender a todo o custo o seu bebé, a senhora Dufoix utiliza todos os ingredientes, mesmo os que constituiam, em 1981, nas propostas do candidato Mitterrand, a água suja do banho. A referência benevolente e apoiada na Ordem dos Médicos cuja colaboração e espírito aberto se opõem à limitação de «alguns espíritos sectários» vai dar prazer a todos os médicos que, à esquerda, acreditaram nos empenhamentos do PS e ainda esperam a prometida dissolução.

É certo que a senhora Dufoix recusou toda a representatividade ao único sindicato médico de esquerda que existe. Em suma, a senhora Dufoix prepara-se para coabitar com muitos, e, porque não com Rika Zarai. Notemos que, nem o **Quotidien du medecin** nem o **Humanité** reagiram até agora violentamente às palavras aberrantes da Senhora ministra.

Penso que contra a união sagrada do obscurantismo deve constituir-se uma união não sagrada mas determinada dos que se exasperam com o amadorismo, a incompetência e o **parti pris**. E também dos que acham que um certo patassocialismo não é um valor atractivo para quem tem uma esperança cuja raiz não se arranca facilmente.

(1) In **l'Homéopathie**, J — J. Aulas e colecção, edições médicas Roland Bettes, Lausanne, Paris, 1985.

(Le Monde)

suaves» ou «alternativas»? Georgina Dufoix pensa que sim. A sua iniciativa suscita numerosas reacções.

[...]bre a eficácia das medicinas suaves

[illegible] dução da investigação médica e do custo progressivamente insuportável das despesas de saúde nos países industrializados e outros tantos elementos que justificavam a criação de uma tal estrutura. Resta, em todo o caso, saber se os animadores desta Fundação saberão, na verdade, vencer os freios que uma tal iniciativa, em certos aspectos revolucionários, não deixará de en[illegible].

A Fundação para a avaliação das terapêuticas alternativas, cuja criação foi anunciada no passado dia 10 de Dezembro pela senhora Georgina Dufoix, ministro dos Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional, porta-voz do governo, suscita, ao contrário da primeira, numerosas reacções. O entusiasmo do ministro por um tal projecto e o carácter por vezes passional do debate que opõe partidários e adversários das «medicinas suaves» bastam para o explicar.

Fenómeno de sociedade [illegible] o entusiasmo de uma grande parte da população pelas práticas terapêuticas [illegible] faculdades de medicina [illegible] política [illegible]. A senhora Dufoix é portanto [illegible]. Não se [illegible] como o testemunham vários pontos de vista [illegible] Monde [illegible].

Desde [illegible] União Racionalista que «**exprime a sua profunda inquietação perante a situação e pede que sejam retiradas as medidas que levariam a uma reabilitação do obscurantismo**». Até a sociedade médica de fitoterapia cujo presidente, o doutor Max Tétau, homeopata e adepto da acupunctura, alegrando-se com a iniciativa da senhora Dufoix, vê nessa Fundação «**uma amalgama mantida entre duas terapêuticas antigas e provadas, muito amplamente praticadas pelo corpo médico, como a homeopatia e a acupunctura, e uma multidão de terapêuticas «nimbadas de suavidade» que estão longe de ter feito as suas provas científicas e que têm muitas vezes pretensões terapêuticas para além das suas reais possibilidades.**»

O doutor Jean-Pierre Mayard, presidente dessa futura Fundação, deve entregar no fim de Janeiro um relatório [illegible] detalhando principalmente as modalidades de funcionamento dessa nova estrutura.

No fundo, a iniciativa da senhora Dufoix [illegible] que se choca num obstáculo importante: na mesma altura oficializa-se o ensino de práticas até agora consideradas marginais, e desenvolvem-se as investigações que tendem a estabelecer a sua base racional. Uma falha metodológica na qual partidários e adversários encontrarão evidentemente novas razões de se enfrentar.

[...] zero e o infinitesimal

[illegible] dos nossos conhecimentos [illegible] a Academia Nacional de Medicina [illegible] que não entregassem atestados universitários de homeopatia e que podia fazer [illegible] que a eficácia do método [illegible] oficialmente reconhecida. Ela também pediu que o medicamento homeopático fosse submetido às mesmas exigências impostas aos outros medicamentos. Deseja que uma informação e não um ensino seja dada ao estudante e que sejam feitas experimentações. Em suma, a Academia mantém-se fiel à tomada de posição já expressa em 1835 e 1867 [illegible] pedido dos poderes públicos ou do ministro da instrução pública.

Os laboratórios homeopáticos subiram bem alto e um deles [illegible] não hesitou em escrever numa revista francesa embora em inglês que [illegible] académica pode ser **má fé ou incompetência**. Vejamos.

[illegible] **The Lancet** [illegible] 1983 [illegible] população [illegible]

A charrua à frente dos bois

Sublinhemos, enfim, algumas [illegible] dos poderes públicos.

A senhora ministro dos Assuntos Sociais e da Solidariedade Nacional declarou durante uma recente conferência [illegible] quer oficializar um [illegible]

[illegible]

Antigo presidente da Academia Nacional de Medicina

A legitimidade de uma fundação

Pierre Ageorges

Ao criar uma fundação sobre as medicinas suaves, a senhora Dufoix corre ela própria riscos, mas também faz com que os outros os corram. A senhora Dufoix é uma mulher encantadora e inteligente. Eu sei, conheço-a. Utiliza e a sua família também, a homeopatia. Todos o sabem. Ela disse-o e tem razão. Mas na sua preocupação, decerto louvável de proteger a população dos «charlatões» corre riscos e fá-los correr àqueles a quem quer proteger.

Corre riscos porque as possibilidades de demonstrar a homeopatia é mais eficaz que um placebo, não ultrapassam uma em mil. Criar uma fundação, levar a cabo estudos de avaliação são coisas que custam caras. Demasiado caras para demonstrar aquilo que a comunidade científica já sabe, isto é, que o interesse das medicinas suaves diz sobretudo respeito às qualidades do médico, à adaptação da sua linguagem, à ideia que o doente tem da sua doença e nunca na eficácia intrínseca das pequenas pílulas.

A senhora ministra faz correr riscos aos outros porque quando a fundação tiver demonstrado à evidência, apresentar-se-ão três casos.

Primeiro: uma parte da população não acreditará nessa demonstração e continuará a recorrer à hemeopatia. É a melhor solução.

Segundo caso: os pacientes, convencidos da ineficácia da homeopatia, exigirão ao seu médico medicamentos de eficácia já demonstrada. Ora todos sabem que cuidar os pequenos males com grandes remédios é aumentar a frequência dos efeitos secundários, incómodos, por vezes graves para uma vantagem mínima.

Enfim, terceiro caso: os que desejarem outra medicina suave e a procurem noutro lugar. E se entretanto os médicos não têm tempo, no intervalo, de criar uma nova medicina que responda às necessidades da nossa sociedade, esses doentes irão consultar especialistas de medicina suave, não médicos, e terão então perdido o que tinham antes: a segurança do diagnóstico estabelecido por um profissional.

Patasocialismo

Marcel-Francis Kahn

[illegible] **Père Ubu** [illegible] a senhora Georgina Dufoix [illegible] Mas [illegible] homeopatia [illegible]

[illegible] medicinas ditas suaves [illegible] com entusiasmo. Mas [illegible] **priori** dos aspectos [illegible] contestações da paramedicina [illegible] tem uma prova? A composição [illegible] para aconselhar a senhora Dufoix [illegible] homeopatia ou que trabalhavam para [illegible] médico interessado pelo problema [illegible]

Mas onde a senhora Dufoix ultrapassa os limites [illegible] governo de esquerda [illegible] medicinas ditas alternativas [illegible] antecedentes [illegible] 1938. Rudolph Hess [illegible] Terceiro Reich [illegible]. **A nova Alemanha considera que é politicamente necessário proceder à verificação de todos os fenómenos, quais quer que sejam, a fim de determinar em que medida eles podem ser úteis ao povo.**

[illegible]

Coabitação

[illegible] PS [illegible] Médicos [illegible] do PS [illegible]

[illegible] a senhora Dufoix [illegible] **Quotidien du médecin** [illegible] **Humanité** [illegible]

[illegible] **parte** [illegible]

[illegible] **l'Homeopathie** [illegible]

Le Monde

"Brigada do Reumático" também regressa aos quartéis

Reintegrados nas Forças Armadas os saneados pela revolução de Abril de

Kaúlza de Arriaga: *Recusa-se a regressar às Armas porque o saneamento foi para si «mais honroso» do que a «passagem à reserva por simples e natural avanço de idade».*

José Manuel Saraiva

A recente reintegração nas Forças Armadas de centenas de oficiais e sargentos dos três ramos das Forças Armadas que haviam sido saneados na sequência do 25 de Abril de 1974, desencadeou nas últimas semanas uma onda de repulsa entre muitos militares, que ao longo destes últimos anos nunca chegaram a sair dos quartéis e se mantiveram fiéis à ordem instituída.

Não é que a maioria dos reintegrados esteja em condições de poder regressar ao activo. Pelo contrário. Em qualquer um dos três ramos são até muito poucos os que ainda não atingiram o limite de idade imposto na tropa para a passagem à situação de reserva. O argumento de quem contesta o regresso dos saneados assenta sobretudo em questões de natureza ética, de moral e de justiça. Por isso há ainda hoje, no seio da própria instituição, quem se recuse a aceitar a razão por que se corrigem as carreiras dos militares afastados das unidades após o 25 de Abril e, ao mesmo tempo, se mantenha ignorada a situação dos militares de Novembro.

Neste complicadíssimo processo de reintegração, existem, porém, assinaláveis diferenças entre o que se passa no Exército e o que ocorre na Marinha e na Força Aérea. No Exército, por exemplo, o processo de reconstituição de carreiras (reintegração) está praticamente concluído. De acordo com informações por nós recolhidas, não há, neste momento, mais do que 15 casos em relação aos quais não haja despacho favorável do CEME. Trata-se de 14 oficiais e de um sargento que têm na sua folha de serviços punições disciplinares. Em relação a estes irá agora o Conselho Superior de Disciplina apreciar os respectivos «dossiers» e pronunciar-se sobre a oportunidade ou inoportunidade da reintegração de cada um, individualmente.

Ironia do destino

Do total dos oficiais-generais saneados após a Revolução só dois não foram agora reintegrados por não quererem regressar às Armas. Trata-se de Kaúlza de Arriaga e de Silvino Silvério Marques. Um e outro quiseram dispensar «**favores**» que lhe pudessem ser feitos pela actual chefia do Exército.

Ainda não há muitos dias, os dois oficiais prestaram declarações a um matutino de Lisboa, através das quais justificam as razões por que não requereram a reintegração no ramo das FA's a que ambos pertenciam. Disse Silvino Silvério Marques que a «**reparação de agravo**» que lhe fizeram os «**rapazes**» do MFA «**deveria decorrer, agora, da iniciativa da hierarquia, e incluir desculpas**».

Por seu turno, Kaúlza de Arriaga considerou que o decreto-lei que permite aos saneados do 25 de Abril requererem o regresso às Armas «**é insuficiente e não anula por forma capaz a iniquidade e prepotência verificadas, nem permite reparação moral bastante**». Lembra ele que não foi sequer o MFA a entidade saneadora, mas sim a Junta de Salvação Nacional que «**promoveu e executou o acto impensável**» de o fazer «**transitar compulsivamente para a situação de reserva**». E conclui: «**O saneamento, não reparado no bastante, e realizado pela JSN, é certamente mais honroso para mim do que a passagem à reserva por simples e natural avanço de idade**».

Importa lembrar que os saneamentos que ocorreram na instituição militar foram praticados ao abrigo de um decreto-lei que permitia afastar da tropa aqueles que fossem considerados «**profissionalmente incompetentes**», que não tivessem «**idoneidade moral**» e se manifestassem contra o «**espírito do 25 de Abril**». Por força da redacção deste diploma acabaram por ser afastados das fileiras das Forças Armadas centenas de oficiais e sargentos e mais de três dezenas de oficiais-generais do «Exército de terra». Entre estes incluiam-se os irmãos Eduardo Luz Cunha e Joaquim Luz Cunha, Bettencourt Rodrigues, Arnaldo Shultz, Rafael Alves, Pinto Bessa, Moreira da Câmara, Alberty Carreira, Hipólito, Louro de Sousa e o brigadeiro Junqueiro dos Reis.

Além do decreto-lei que saneava os militares do regime anterior, a tropa de Abril criou um outro que facultava aos oficiais e sargentos dos três ramos a possibilidade de serem eles a escolher a passagem à situação de reserva, na hipótese de discordarem da nova ordem instituída pela Revolução. Este diploma viria depois a funcionar a favor de quem preferiu «**sanear-se**» do que se ver «**saneado**».

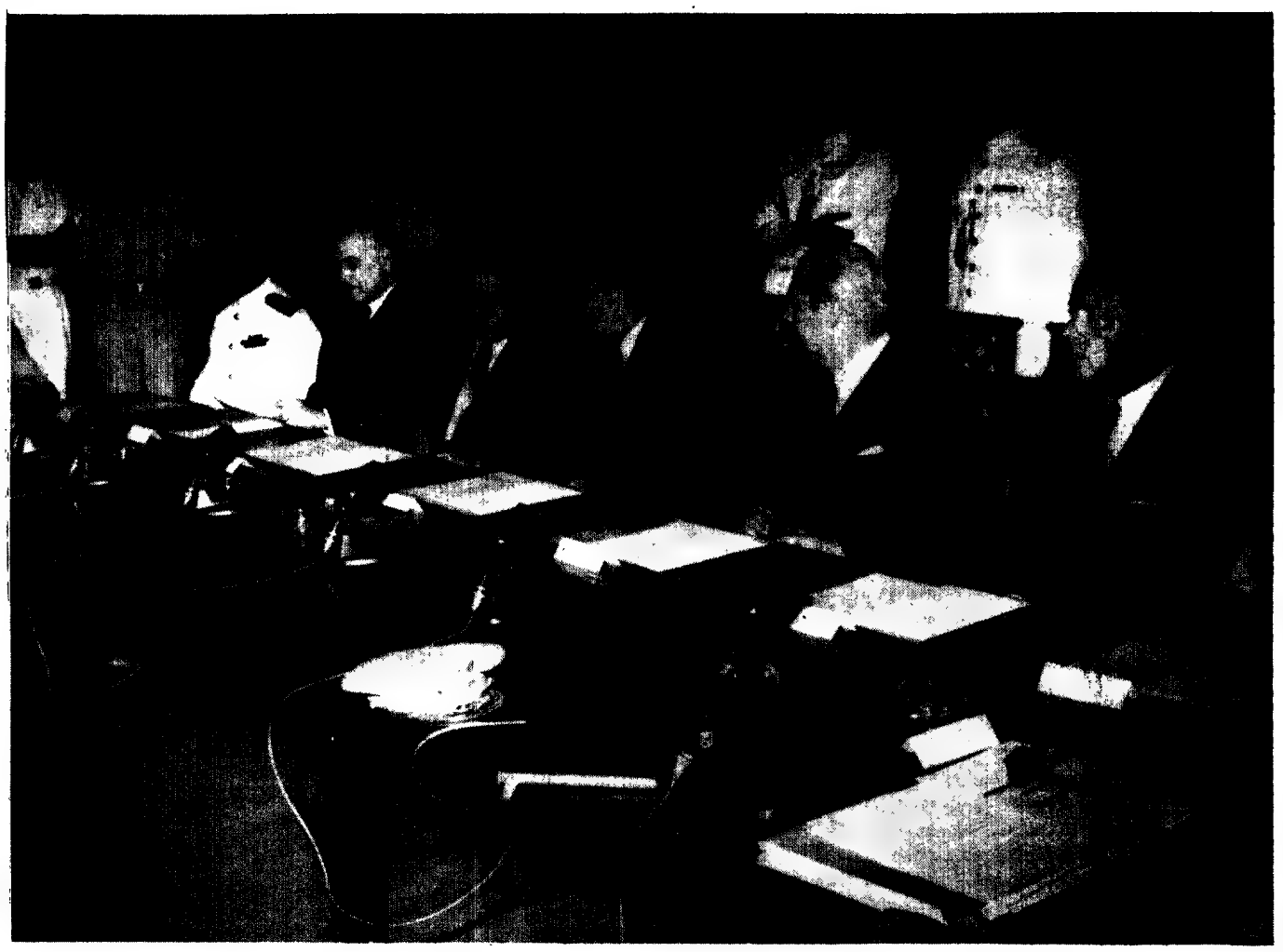
Curiosamente, foi também por via deste diploma (que o MFA criou com objectivos acentuadamente revolucionários) que foram mais tarde afastados os militares de Novembro. O decreto fazia excluir das fileiras das Forças Armadas os «**incapazes**» e os «**incompetentes**» e aqueles sobre quem recaísse a suspeição de se voltarem contra a ordem estabelecida. Foi, de resto, no dia 29 de Abril de 1974, que mais de 700 oficiais da Armada, reunidos na Casa da Balança, aprovaram uma moção que esteve na origem do decreto-lei que determinava o saneamento moral e profissional da Marinha. Mal sabiam eles que tal moção, que contou inclusivamente com os votos favoráveis de alguns militares que por via dela foram imediatamente afastados, se viraria, meses mais tarde, contra muitos dos que a subscreveram.

Promoções geram controvérsia

O processo de reconstituição de carreiras dos oficiais e sargentos afastados na sequência do 25 de Abril está pois numa fase de considerável adiantamento em qualquer um dos três ramos das Forças Armadas. No Exército, contudo, e apesar de

Silvino Silvério Marques *nos tem*

os militares e 1974



Marcelo Caetano no Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola. Muitos dos oficiais que dele fizeram parte e que foram saneados, regressaram agora às fileiras.

serem mais numerosos os «dossiers» sobre este assunto, de serem mais heterogéneas as estruturas do suporte desta Arma, o modo como se vem desencadeando a reintegração tem sido mais rigoroso do que na Força Aérea e, sobretudo, na Marinha. Uma fonte militar confiava-nos, ainda recentemente, que em todos os casos foram **«observadas as normas que regulam a actividade militar»** e levados em consideração elementares regras de **«justiça e de rigor»**.

Outras fontes da instituição garantiram-nos entretanto que reintegração e as promoções concedidas aos oficiais que agora regressam **«não são tão pacíficas como imaginar se possa»**. No Serviço de Material, por exemplo, ninguém é promovido. Em Infantaria e Cavalaria também o critério de promoções é diferente do da Armada: é feito selectivamente, ouvidos os conselhos de Armas.

Do total de 221 oficiais reintegrados, há nove que podem a qualquer momento abandonar a situação de reserva e requererem o regresso aos quartéis. Trata-se de três coronéis, dois tenentes-coronéis, três majores e um capitão. Qualquer um destes militares, ao contrário de todos os outros que com eles foram saneados, ainda não atingiu o limite de idade estabelecido para cada um dos postos que ocupam na hierarquia. Por esta circunstância estão assim em condições de regressar à vida militar — se o entenderem.

Uma outra fonte militar garantiu-nos que nenhum destes oficiais deverá requerer a sua passagem ao activo: não só por razões de ordem psicológica, mas também por razões de ordem profissional. A eles, dever-lhes-á bastar a **«reparação de agravo»** e a simples reconstituição das carreiras. Do Exército poder-se-á dizer também que a chefia já reintegrou todos os oficiais e sargentos que haviam sido afastados na sequência do 25 de Novembro. Nas suas fileiras foram reintegrados oficiais pára-quedistas que, pelas mesmas razões, foram saneados, em 1975, pela Força Aérea.

Marinha e a guerra das promoções

O que acontece no Exército não acontece, porém, na Marinha, cuja administração — segundo nos confiaram — sempre se recusou a chamar às fileiras os militares de Novembro. Ao contrário, já reintegrou 106 oficiais e sargentos saneados pela Revolução de Abril. Mas, pior do que a reintegração, o que mais polémica tem suscitado no seio daquele ramo das Forças Armadas, é a guerra das promoções.

De acordo com informações por nós obtidas e constantes até de ordens internas de serviço, o vice-almirante Chambel de Vasconcelos, ex-vice-chefe do Estado-Maior da Armada e ex-presidente do Conselho de promoções, que passou à reserva no dia 24 de Novembro, por limite de idade, foi um dos principais responsáveis pelas promoções dos oficiais e sargentos da Armada que agora foram reintegrados.

Muitos destes militares viram-se de resto promovidos um e dois postos acima das patentes que detinham à data do 25 de Abril de 1974. Estas promoções foram feitas poucos dias antes de o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão, o exonerar do cargo de vice-CEMA, por ter atingido a idade limite. Logo após abandonar funções na vice-chefia da Armada, o almirante Chambel de Vasconcelos, já na reserva, foi ocupar o cargo de presidente da comissão de aquisição das fragatas. (!)

Poucos dias após esta mudança na hierarquia do Estado-Maior da Marinha, o almirante Sousa Leitão foi reconduzido pelo Governo no cargo que ocupa deste há sete anos (CEMA), que é de resto uma situação inédita naquele ramo das Forças Armadas. Segundo as nossas fontes, nunca até hoje, na história da Armada, houvè oficial que ocupasse por mais tempo o cargo de CEMA — nem mesmo o almirante Reboredo, um dos homens fortes do anterior regime.

Na Marinha, tanto quanto sabemos, está praticamente concluído o processo de reintegração dos oficiais e sargentos saneados por Abril. Muitos destes, que agora regressam — e ao contrário do que acontece no Exército — vão ocupar postos acima das patentes que já detinham e, consequentemente, passar à frente dos militares em cujas folhas de serviço consta a indicação de que no passado (referência feita aos anos 74/75) foram **«elementos desestabilizadores»**. É, pois, no estrondo deste choque entre os que **«estão»** e os que **«regressam»** que se está a criar na Marinha um certo mau-estar e também — como nos dizia há dias um oficial responsável — o **«desânimo e desalento no qual se afundará qualquer tentativa de trabalho profissional»**.

Forte oposição na Força Aérea

Na Força Aérea, porém, as situações são diferentes das do Exército e Armada. São menos os militares a reintegrar e são naturalmente menos a pedirem a passagem ao activo. Por outro lado, registam-se fortes oposições por parte de muitos oficiais que não consentem que haja quem regresse ao cabo de onze anos de inactividade profissional **«com mais galões e menos experiência»**.

Importa dizer que neste ramo os militares saneados na sequência do 25 de Abril são muito mais novos em idade do que eram os militares oriundos do Exército ou da Marinha. Quer isto dizer que é assim maior o número de oficiais que poderá, se cada um deles o entender, regressar ao activo sem estar sujeito à alínea que determina a passagem à reserva por força do limite de idade.

Segundo as nossas fontes, há Armas que não só não consentem a reintegração dos saneados, como não aceitam a execução de eventuais promoções dos oficiais regressados ao activo.

Enfim! Muita água correrá sob as pontes até este problema estar definitivamente resolvido em cada um dos três ramos das Forças Armadas. No Exército, a situação de cada um dos oficiais ou sargentos que pretendem regressar aos quartéis é menos conflituosa e a que tem levantado menos controvérsia. Tal como nos foi confirmado, houve regras na apreciação dos processos e critérios estabelecidos para um melhor juízo por parte das hierarquias, sobretudo no que diz respeito aos militares que só não foram reintegrados por penderem sobre eles penas disciplinares. A questão das promoções que não foram feitas, não levantou, obviamente, quaisquer problemas.

Quanto à Marinha, o processo terá sido mais arbitrário e menos justo, portanto. Não há, por exemplo, ao contrário do que acontece no Exército, um só caso pendente para reapreciação. Todos foram julgados capazes de regressar, muitos irão ser promovidos e passar até à frente dos mais antigos e dos que sempre se mantiveram perfilados nas suas unidades, ao longo destes anos todos.

Na Força Aérea, finalmente, o processo de reconstituição das carreiras dos militares saneados por Abril está menos adiantado. Esse processo está nesta situação precisamente porque tem havido dos oficiais deste ramo, principalmente dos pilotos e oficiais de Engenharia, forte oposição não só ao regresso dos saneados, mas, sobretudo, às eventuais promoções que se possam distinguir ou premiar.

s tempos em que era Governador-Geral de Angola

Os malefícios do tribalismo

Jacques de Barrin
Serviço «Le Monde»/«DL»

Como um verdadeiro cancro o tribalismo corrói a África, não se preocupando com os Estados e com as suas fronteiras, quase sempre artificialmente traçadas pelo colonizador. Os recentes choques tribais em Durban testemunhariam, se tal fosse necessário, que mesmo nessa África do Sul regida pelo «apartheid», o sentimento de pertencer a uma tribo é tão forte como a vontade de luta contra o domínio branco.

Ser «tribalista» só acontece aos outros... Os poderosos do momento — é claro — só se preocupam com a procura do bem comum. Os que combatem a ideia que têm são muitas vezes suspeitos de utilizar em seu proveito a arma étnica. Como outrora, os colonizadores que a tinham descoberto em África; eram mestres na arte de a manejar. **A minha tribo é o Quénia,** afirmava recentemente Daniel Arap Moi, chefe desse Estado, para melhor denunciar **a Universidade, laboratório do tribalismo...**

Tribalismo é uma palavra tabu, se se trata de esclarecer a política dos homens no poder. **Explicação demasiado curta e demasiado fácil,** objectam africanistas distintos. Deus sabe, no entanto, se de um ponto ou outro do continente, os acontecimentos se encarregaram amplamente de provar o contrário, sendo o último em data o golpe de Estado militar no Uganda, nascido de divisões étnicas n próprio seio do Exército.

Inútil voltar atrás, alargar o horizonte para evocar as guerras civis na Nigéria, nos Camarões, no Chade, que foram outras tantas guerras tribais ferozes e sem piedade. Só a África do Leste basta hoje para fazer tal demonstração. O Uganda é exemplo acabado de conflitos e subconflitos étnicos que levaram à decomposição do Estado e cujo fim não se vê razoavelmente. Graças a um «putsch» ou a uma simples revolução de palácio, uma tribo expulsa a outra.

Mudança de papéis: Os opressores tornam-se vítimas daqueles que perseguiram. Os Banyarwandeses pagaram muito cara a sua «colaboração» com a ditadura de Idi Amim Dada, assim como os Bougandeses a sua hostilidade ao regine de Milton Obote.

Foi a vez dos Langs, hoje em desgraça, de pagar duramente o preço dos seus múltiplos abusos do poder. A roda gira...

No Burundi, a «tragédia de 1972» custou a vida a mais de cem mil Hutus. A lição desses massacres, desse verdadeiro genocídio, não podia ser mais clara: não se tratava, para a minoria Tutsi, de se deixar afastar do poder, como aconteceu em 1969, no vizinho Ruanda. Se, em Bujumbura, os «altos» utilizam toda a espécie de subterfúgios para se manter nos negócios, em Kigali, os «baixos» jogam jogo franco para evitar surpresas desagradáveis. Não criaram eles um cartão de identidade étnico a fim de poder entregar-se mais facilmente a dosagens hábeis, principalmente em matéria de emprego?

Outro ponto negro: o Zimbabwe, onde o conflito entre dois homens — Robert Mugabe e Joshua Nkomo — e entre os seus dois partidos — o ZANU e o ZAPU — têm fortes ressonâncias tribais, mesmo que uns e outros se esforcem por elevar — ou antes, deslocar — o debate de fundo. Por um lado os Shonas, por outro, os Ndebeles. Consequência: uma vasta região — o Metabeleland — cujo poder local central tenta em vão, reduzir a «dissidência» empregando a força. No fim de contas, centenas de vítimas inocentes e, nas recentes «legislativas» um difícil problema eleitoral, visto, nenhum dos candidatos oficiais ter conseguido pôr o pé neste bastião.

Mosaicos

Muitos países constituem um mosaico de tribos nenhuma das quais está em situação de confiscar o poder em seu proveito. Daí um jogo de coligações tão complicadas como frágeis. No Uganda, a santa aliança dos «nordistas» Acholi e Langi, formada à volta de Obote, acaba de se dissolver. Na Somália, a «coabitação» é difícil entre os dois movimentos de oposição ao regime do general Syaad Barre, um de étnia mijertein e outro de étnia issak, cujas tentativas de unificação têm até agora fracassado.

Quando Jomo Kenyatta era vivo os Kikouyous —tribo maioritária no Quénia — dominaram largamente a paisagem política. Saído do clã muito minoritário dos kalenjnis, Daniel Arap Moi, o sucessor do «pai da independência», tem a tarefa menos fácil para assegurar as bases do seu poder, o que o obriga a manobrar com prudência entre as diferentes etnias, poupando as susceptibilidades de uns e acalmando os apetites dos outros. Durante o recente congresso do seu próprio partido, Mugabe teve de proceder a uma hábil dosagem tribal à frente do «bureau» político. Os quatro primeiros dirigentes da ZANU representam as quatro principais etnias do Zimbabwe, entre outras os Zezurus, os Karangas, os Manicas e os Ndebeles.

Também acontece que estas rivalidades étnicas ignoram as fronteiras muito apressadamente traçadas no tempo da colonização. Assim, as autoridades de Mogadíscio mantiveram durante muito tempo o sonho de uma «Grande Somália» que teria «mordido» não só o Nordeste do Quénia, mas também e principalmente a parte do Ogadan situada em território etíope, a pretexto de que estas regiões são habitadas por tribus somalis. Se elas normalizaram recentemente as suas relações com Nairobi, estas mesmas autoridades continuam, desde o conflito de 1977-1978, a manter uma guerra larvar com Addis-Abeba.

Conotações racistas

Muitas vezes, as clivagens tribais têm conotações racistas na medida em que as etnias claras – por vezes as mais industriosas e as mais evoluídas — têm em pouca estima os seus compatriotas de pele mais escura. Em Madagáscar, os Merinas dos altos planaltos desprezam os naturais da costa, de origem africana.

Na Etiópia, os Amharas, na sua maioria cristãos, desconfiam dos Gallas, que nos primeiros tempos da revolução de 1974 tinham visto na chegada ao poder de um dos seus, o tenente-coronel Menguintu Hailé Marian, «o imperador vermelho», símbolo da sua vingança sobre séculos de humilhação.

Poder-se-ia imaginar que a abertura destes mundos fechados sobre o exterior tenha tido um efeito decapante, que tenha vencido comportamentos irracionais ou, pelo menos, mal adaptados às exigências dos tempos modernos. Se a «civilização», ouvida no sentido amplo do termo, agitou as estruturas étnicas, não desorganizou um sistema de referências em relação à moral, à realidade e à cultura, um conjunto de atitudes face à vida e à morte. Mesmo esvaziada das suas tradições, a crisálida tribal mantém-se vivaz.

É significativo constatar que nos países onde o multipartismo sobrevive de qualquer modo, as divisões étnicas vencem por vezes as clivagens políticas. No Zimbabwe, a ZAPU de Nkomo, que recruta essencialmente as suas tropas entre os Ndebeles, não tem com a ZANU nenhum contencioso ideológico. No Uganda, o Partido Democrático, a principal formação da oposição sob regime nordista de Obote, tem sólidas lições no antigo reino do Buganda. O sistema do partido único como antídoto contra o tribalismo nada mudaria, no fundo, ao contrário do que pensa Mugabe. Ele teria por única «virtude» ocultar a realidade.

Estragos impressionantes

Solidariedades étnicas que não surgem à primeira vista trazem por vezes uma luz nova e inédita a determinado comportamento ou acontecimento. Entre os doze membros do exército do ar queniano próximos do golpe de Estado falhado de 1 de Agosto de 1982 que

foram condenados à morte e teriam sido enforcados no início de Julho, dez eram da etnia luo, a que diz pertencer Oginga Odinga, o velho chefe socialista que há três anos, na véspera do «putsch» abortado, exprimira a intenção de criar um «partido do povo» que continua hoje a ser o símbolo de uma oposição surda ao regime de Arao Moi.

Como conduzir uma guerra sem mercê contra o tribalismo, que entrava o desenvolvimento económico? Como eliminar este flagelo, «sinal, segundo alguns, de uma sociedade primitiva», que dita, conscientemente ou não, a conduta de todos, inclusive nos altos níveis do Estado? Muito recentemente, um deputado queniano depôs no «bureau» do Parlamento uma proposta de lei com vista a nomear um mediador — um «ombudsman» — cuja missão seria recolher as queixas dos cidadãos de base — os wananchi — lesados por práticas tribalistas, e tomar as medidas disciplinares necessárias. A pedido do govero esta proposta foi retirada da ordem do dia porque só concorreria, ao que parece, para aumentar as divisões.

Calculam-se sem dificuldades os estragos do tribalismo. Estragos tanto mais impressionantes e inquietantes quanto se ignora quase tudo dos meios de conseguir aquilo a que os mais lúcidos dos africanos comparam a um «cancro terrível».

Hersant desafia Governo socialista

"Citizen Kane" francês alarga monopólio da Imprensa

A compra de um influente jornal regional francês pelo barão da Imprensa, Robert Hersant, em desafio a uma nova lei antimonopólio, colocou o homem conhecido como o «Citizen Kane Francês» em choque com o Governo socialista.

Jean-Charles Lignel, proprietário de «Le Progress», de Lyon, o quinto diário regional com maior expansão em França, anunciou, relutante, no dia 4, que ia vender o jornal, com um passivo acumulado de 120 milhões de francos, a Hersant, o seu azedo rival.

A venda representou uma vitória total para o magnate de Imprensa, numa guerra de circulação que dura há dois anos e meio entre o seu próprio grupo, «Dauphine Libéré», sediado na vizinha Grenoble, e o «Progrès», de Ligner, o jornal mais vendido na segunda cidade da França.

Devido às promessas de Lignel de nunca se render na batalha travada com Hersant, o negócio caíu como uma bomba: tal como o magnate da Imprensa norte-americana protagonizado no filme de Orson Welles, «Citizen Hersant» vibrou novo golpe sem pré-aviso.

O primeiro-ministro Laurent Fabius descreveu a venda como uma grave ameaça à liberdade de Imprensa e deste modo à liberdade em geral. «Só há uma atitude a ter em conta pelo governo — ninguém está acima da lei», disse.

Mesmo antes da compra do «Progrès» por Hersant, com a sua tiragem de 300.000 exemplares e das suas publicações locais associadas, a sua posição na Imprensa regional em França era de quase 20 por cento.

Graças à sua bandeira, «Le Fígaro», e ao vespertino «France Soir», Hersant já controla cerca de 38 por cento do mercado nacional de jornais. Mesmo os seus críticos admitem que a sua gestão salvou do colapso publicações em falência.

Administra também uma florescente banca de semanários e revistas, várias estações de rádio locais e candidata-se a adquirir um dos três canais de televisão francesa, propriedade do Estado, se um futuro Governo decidir privatizar um deles.

Agora Hersant enfrenta, às claras, um desafio de força com o Governo, furioso pela sua determinação em desafiar a sua nova lei destinada a diminuir os monopólios da Imprensa.

Hersant ignorou o Governo, ao omitir a informação, que deveria ter prestado a uma comissão estabelecida pela lei de Imprensa de 1984, de que estava a comprar o «Progrès».

A lei, originalmente destinada pelo então primeiro-ministro, Pierre Mauroy, a desmantelar o império de Hersant, limita os grupos de jornais regionais a 15 por cento do mercado nacional e os grupos sediados em Paris a 10 por cento.

Foi finalmente aprovada em Setembro de 1984, depois de uma furiosa batalha parlamentar.

Mas foi uma vitória ilusória para o governo quando o Conselho Constitucional determinou que ela não se podia aplicar aos impérios da Imprensa existentes, mas apenas a futuras aquisições.

A lei confere aos tribunais poder para impor pesadas multas e impedir quem infringir a lei de gerir qualquer publicação até 10 anos.

O senador Henri Cavaillet, presidente da Comissão de Imprensa, disse da nova aquisição de Hersant: «Isto é uma provocação... Já não existe mais liberdade de Imprensa. Ela está em perigo».

Se Hersant não for travado, acrescentou, a fraqueza crónica de muita da Imprensa francesa, acentuada pela perda de anunciantes para a Rádio e Televisão, permitir-lhe-á expandir o seu império ainda mais.

Jean-François Kahn, director do semanário «L'Evénement du Jeudi», comparou o avanço irresistível de Hersant à anexação da Áustria pela Alemanha nazi, em 1938 por Adolfo Hitler. «Os jornalistas e leitores estão a ser comprados e vendidos como escravos» disse.

Apesar das ameaças de perseguição pelo governo, a maioria dos comentadores duvida que Hersant tenha que se preocupar com a lei.

Primeiro, é membro do Parlamento Europeu estando assim a salvo de perseguições, a menos que a sua imunidade seja levantada.

Em segundo lugar, as suas poderosas ligações com os partidos da oposição de direita garantem-lhe que os processos não irão para a frente e que a lei de Imprensa será revogada se, tal como é esperado, a direita regressar ao poder nas eleições parlamentares de 16 de Março.

Apesar da sua azeda discussão com o governo, o império privado dos meios de Comunicação de Hersant e a sua riqueza conquistaram-lhe o título não oficial de o homem mais poderoso da França.

Segundo o semanário «L'Expansion», Hersant é o quinto cidadão mais rico da França, com uma fortuna particular de mais de dois mil milhões de francos. Mas Hersant rejeita a comparação com «Citizen Kane»: «Não tenho nenhumas minas de prata ou poços de petróleo», disse uma vez, embora não faça segredo das suas opiniões de direita e das suas ambições políticas.

Hersant publicou o seu primeiro jornal, «Jeunes Forces», durante a ocupação nazi de França. Foi o órgão do movimento de juventude do governo de Vichy. Desde então desempenhou uma carreira política intermitente e parece procurar o regresso ao lugar na Assembleia Nacional, em Março, na lista da oposição pelo departamento d'Oise.

A nova Assembleia Nacional deverá incluir 13 deputados que de alguma maneira estão ligados a Hersant — quer jornalistas adoptados como candidatos ou políticos que escrevem para os seus jornais.

Registaram-se protestos dispersos na direita contra a crescente influência de Hersant, e os políticos da oposição que não o apoiam, geralmente, lamentam-na. Florence D'Harcourt, por exemplo, um deputado da oposição que derrotou Hersant em Neully, subúrbios de Paris, nas eleições de 1978, afirma que o seu nome tem sido sistematicamente excluído desde então do noticiário de «Le Figaro».

A Europa dos 12

• *320 milhões de latinos e de nórdicos face a 280 milhões de eslavos do Leste*

Camille Helgue
Serviço Ardopress/«DL»

Na inicial Europa dos Seis (França, RFA, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), início do Mercado Comum, os latinos (franceses, italianos, valões) estavam em nítida maioria, mais de 56 por 100, em face de menos de 44 por 100 de germânicos (alemães, holandeses, flamengos). A admissão da Grã-Bretanha, da Irlanda e da Dinamarca inverteu totalmente a situação, tendo os nórdicos passado para 58-59 por 100. A chegada da Grécia, pertencente a uma terceira etnia, não modificou os dados.

O Sul

Desde o dia 1 de Janeiro, os ibéricos (espanhóis e portugueses) voltam a dar a maioria aos latinos. Dos 320 milhões da Europa dos Doze, eles são agora 51 por 100, contra 3,3 por 100 de gregos e 45,7 por 100 de nórdicos.

A vantagem dos «sulistas» é infinitamente mais forte no plano da superfície, visto que a RFA, a Grã-Bretanha, a Irlanda, a Dinamarca, a Holanda e as Flandres belgas só representam 666,1 mil quilómetros quadrados, e a França, a Itália, a Espanha, Portugal e a Valónia ocupam 1456 quilómetros quadrados. Mais do dobro sem contar com os 132 000 quilómetros quadrados da Grécia.

Como a natalidade é muito mais forte nos países latinos do que no Norte, essa desproporção numérica só poderá agravar-se nos anos próximos.

Os imigrantes

É certo que, como o fez notar um comentário da CEE sobre estes números demográficos, é também preciso ter em conta a presença dos estrangeiros não membros da Comunidade, no seu território. Dos 55 milhões de habitantes da França, há, pelo menos, dois milhões de maghrebinos, de negros, de asiáticos, mais, de jugoslavos, polacos, russos, etc. — que seria difícil qualificar de «latinos».

É certo que os 1,5 milhões de turcos, os gregos, polacos, húngaros, asiáticos, etc. da República Federal também não são germânicos. Assim como os paquistaneses, negros, balcânicos, etc. da Grã-Bretanha, ou os indonésios e antilhanos da Holanda, que não são anglo-saxões nem nórdicos.

A Oeste do Ural

Em contrapartida deste bloco latino-nórdico de 320 milhões de almas, os eslavos da Europa Central e de Leste. A URSS primeiro, os seus quase 200 milhões de eslavos a Oeste do Ural, desfalcando da população global os baltas, os arménios, os romenos da Bucovina e da Bessarábia, o que resta dos alemães do Volga e outras nacionalidades não eslavas.

Pelo contrário, é preciso acrescentar 37 a 38 milhões de polacos, uns 20 milhões dos 30 milhões de jugoslavos, 14 milhões dos 15,5 milhões de checoslovacos (o resto são húngaros e alemães) e 9 milhões de búlgaros, um total de 282 a 284 milhões de eslacos.

Em todo o caso, uns vinte milhões dos 24 milhões de habitantes da Roménia contam oficialmente para os latinos (mesmo que a sua ascendência seja discutida e discutível) e 17 milhões de alemães de Leste são evidentemente, germânicos.

Tendo em conta a sua contribuição, dos 8,5 milhões de suecos, de 5 milhões de noruegueses, de outros tantos finlandeses, de 7 milhões e meio de austríacos e, finalmente, dos 4 milhões de suíços alemânicos e 2 milhões de helvetas franceses e italianos, o bloco anglo-saxão nórdico, de uns 200 milhões de habitantes, é mais forte do que os latinos, 190 milhões, mas os dois são, separadamente, inferiores aos 280 milhões de eslavos.

Perspectivas

Razão de mais, como o afirmam, há já muito tempo, os «europeus» para que o Norte e o Sul da parte Ocidental do nosso continente se unam, a fim de se poder opor, se necessário, ao Leste que, para além dos eslavos, comporta 20 milhões de romenos, 10 milhões de gregos, e 13 a 14 milhões de húngaros, contando igualmente os da Transylvânia (Roménia), da Eslováquia e da Voivodine jugoslava, e ainda os albaneses inclassificáveis e, na extremidade sudeste, os turcos.

É pouco provável que a Europa dos Doze ainda venha a aumentar depois do 1 de Janeiro, visto nem a Suíça, nem a Áustria, a Suécia a Noruega ou a Finlândia estarem interessados em aderir. Este conglomerado, hoje heterogéneo só poderá solidificar-se com o tempo, primeiro economicamente — o que já está a acontecer — depois política e militarmente. Pelo contrário, a Leste, na desensiva, o Comecon económico é cada vez pior suportado pelos «satélites» da URSS cuja hegemonia militar e política só se mantém — ninguém tem ilusões a este respeito — graças à presença ou à ameaça do Exército Vermelho.

Perspectivas muito desiguais: favoráveis a Oeste, desde que um conflito armado não comprometa tudo — coesão, unidade, o necessário para atrair e desestabilizar estes Estados tampões que Moscovo criou e mantém com tanta dificuldade há já quarenta anos, em «interdependência» ou, por outras palavras, em total satelização.

Assembleia aprovou ontem orçamento suplementar

O Orçamento suplementar para 1985 foi ontem aprovado na Assembleia da República por unanimidade graças à mais polémica das medidas propostas pelo Governo: a regularização de operações de tesouraria do Estado.

O Governo levou para apresentação na Assembleia da República uma proposta referente a 58,4 milhões de contos de operações de tesouraria da qual viu aprovada a regularização de operações que ascendem apenas a cerca de 7 milhões de contos.

Para o ministro das Finanças, Miguel Cadilhe, o que aconteceu (a regularização de algumas operações de tesouraria) «é inequivocamente um sinal positivo».

Embora considere que o que foi aprovado está longe de ser «tudo o que o Governo pretendia», Miguel Cadilhe não hesitou em considerar a votação deste Orçamento suplementar como «um marco histórico na história das finanças públicas portuguesas».

Também os partidos da oposição se manifestaram, desde o princípio, a favor da iniciativa do Governo para regularizar as operações de tesouraria em atraso só discordando do facto de o Governo não apresentar a sua totalidade.

Mas aqui as opiniões dividem-se: o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, garantiu quarta-feira no Clube Português de Imprensa que os 58,4 milhões de contos constituem o total das operações de tesouraria existentes, 28,8 milhões das quais vindas do período entre 1976 e 1984 e 29,6 milhões de Janeiro a Novembro de 1985.

O Primeiro-Ministro considera que as afirmações de deputados que apontam para operações de tesouraria num montante de 400 milhões de contos são inexactas e assentam num erro técnico.

Cavaco Silva sustenta que as outras operações existentes constituem operações activas, ou seja, vêm do pagamento pelo Estado de dívidas de empresas pelas quais era avalista e passaram a ser dividas dessas empresas ao Tesouro.

Os vários grupos parlamentares da oposição sustentam que existem muitas mais operações de tesouraria que o Governo não mostrou ao Parlamento e pediram ao ministro das Finanças que as mostre todas para poderem ser regularizadas.

Nogueira de Brito, do CDS, citou um relatório apresentado no início de 1985 pelo anterior Governo e estima que as operações de tesouraria só para pagar dívidas de empresas públicas ascendem a 400 milhões de contos.

Mais cauteloso, o deputado comunista Octávio Teixeira precisou que, só em 1984, as operações financeiras activas do tesouro ascenderam a 182 milhões de contos.

Também o ministro das Finanças admite a existência de outras operações não regularizadas e, na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano citou mesmo o caso das dívidas da Região Autónoma da Madeira que ascendem a 30 milhões de contos e da barragem de Cahora Bassa, responsável por mais 7 milhões.

O problema agora é saber se essas operações financeiras activas do Tesouro vão ou não acabar por ser transformadas em despesas efectivas do Estado e por isso regularizadas de uma vez através da sua inscrição no Orçamento.

Neste ponto, a Assembleia da República aprovou, no âmbito do Orçamento suplementar, uma resolução de âmbito fiscal que permite ao Governo regulamentar a forma de transformar as dívidas que pagou por empresas públicas e participadas em «aumentos de capital estatutário ou pela emissão de obrigações ou outros certificados de dívida».

Todos os grupos parlamentares e mesmo o Governo estão de acordo num ponto: a grande discussão está guardada para o Orçamento de Estado de 1986 quando tiverem de ser totalmente apresentadas as contas, das quais, nas palavras do centrista Nogueira de Brito, «o Governo levantou, por agora, só uma ponta do véu».

A outra grande questão levantada pelo Orçamento suplementar de 1985 é a que respeita ao financiamento do seu défice fixado em 89 milhões de contos.

A Assembleia da República acabou por autorizar o Governo a emitir dívida num montante de 58,4 milhões de contos a partir de uma proposta conjunta do PS, PCP, PRD e MDP que sustenta existirem ainda na Secretaria de Estado do Tesouro 30 milhões de contos.

EUA: organização de defesa dos direitos humanos adverte para uma catástrofe

Anne Manuel IPS

Colocar o exército colombiano sob controlo civil e reavivar um agonizante processo de Paz são uma necessidade para evitar que o sangrento acontecimento do Palácio da Justiça, em Novembro último em Bogotá, «seja o prelúdio de uma catástrofe», adverte uma organização norte-americana de defesa dos direitos humanos.

Num relatório de 144 páginas, o grupo «Américas Watch» responsabiliza as forças de segurança por uma crescente campanha de violações dos diruitos humanos, que inclui execuções sumárias, torturas e desaparecimentos na Colômbia.

Os militares também tentaram bloquear o processo de Paz iniciado pelo governo com vários movimentos insurgentes de esquerda, sustenta o relatório a que a IPS teve acesso.

As múltiplas organizações guerrilheiras de esquerda da Colômbia são culpados pela realização de vários sequestros e morte de civis, enquanto grupos paramilitares de direita aumentaram os seus assassinatos, sem controlo por parte do governo, diz o documento.

O «Américas Watch» considera, no entanto, meritório o trabalho do governo do presidente Belisário Betancur pelos seus esforços sem precedentes visando pôr termo ao ciclo de violência que o país vive desde há várias décadas.

Adverte, contudo, que a ausência de acções decisivas para salvar o processo de Paz «poderia conduzir a uma era sem precedentes no que se refere ao não respeito dos direitos humanos».

Critica também o governo do presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos.

Washington não apoiou o processo de Paz desde o seu início, em 1982, e pelo contrário aumentou a assistência militar ao exército colombiano numa altura em que as autoridades civis se mostravam incapazes de controlar os abusos que se cometiam contra os direitos, diz o «Américas Watch».

O pedido feito pela Casa Branca de 20 milhões e 900 mil dólares de ajuda militar para a Colômbia em 1986, comparado com os oito milhões e 900 mil dólares no ano passado, constitui uma «mensagem directa aos militares de aprovação, ou ao menos de tolerância» à sua oposição ao processo de Paz e às suas graves violações dos direitos humanos, diz o relatório.

O documento foi redigido por membros do «Américas Watch» que se deslocaram por duas vezes à Colômbia desde Agosto passado e surge na sequência de uma investigação levada a cabo pelo governo de Betancur sobre os vínculos dos militares com o esquadrão da morte de direita «Morte aos sequestradores».

Motivo de esperança

A Colômbia, quiçá o país latino-americano que mais violência viveu ao longo deste século, constituiu um motivo de esperança pela possibilidade de conseguir uma solução negociada que segundo funcionários em Washington poderia ter significado um modelo para os países centro-americanos.

Essas esperanças esfumaram-se em 6 de Novembro último, quando um grupo de membros do movimento 19 de Abril (M-19) capturaram o Palácio da Justiça e exigiram um julgamento público acerca do tratamento dado por Betancur ao processo de Paz.

A resposta do governo, segundo o «Américas Watch», foi «espectacularmente violenta».

«Mais do que pretender ganhar tempo e salvar vidas os militares tomaram o edifício de assalto e de facto lutaram até ao último refém», segundo o documento.

Mais de 100 pessoas morreram nesta acção, incluindo 12 magistrados do Supremo Tribunal de Justiça, entre os quais se encontrava o seu presidente, Alfonso Reyes Echandia.

Desde a tragédia do Palácio da Justiça, as violações dos direitos humanos aumentaram «de maneira dramática», registando-se por outro lado acções de guerra aberta em zonas como o Vale do Cauca.

Embora tenha sido a sua rotura mais visível, o incidente do Palácio da Justiça constituiu apenas o culminar de um longo processo de erosão da iniciativa de Betancur.

Os militares opuseram-se ao processo de Paz desde o princípio e a Betancur faltou-lhe apoio político para se impor, assegura o «Américas Watch».

Tanto os rebeldes como o exército devem compartilhar a responsabilidade das esporádicas mas sangrentas violações do cessar fogo negociado com quatro grupos guerrilheiros, diz o documento.

Vários dos principais dirigentes rebeldes que apoiavam o processo de Paz foram assassinados, incluindo Carlos Toledo Plata, co-fundador do M-19, Oscar William Calvo, dirigente político do Exército Popular de Libertação (EPL) e numerosos membros da União Patriótica (UP), braço político das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o maior dos grupos de guerrilha.

De acordo com o governo, 1123 pessoas morreram em consequência da violência política desde a assinatura do acordo de Paz, em Agosto de 1984, incluindo 275 civis.

No entanto, o processo de Paz «não está morto», indica o «Américas Watch» ao referir que um acordo com as FARC conseguido o ano passado continua a manter-se, enquanto duas colunas do Exército de Libertação Nacional (ELN) assinaram recentemente outro acordo.

Apesar disto, porém, o relatório do «Américas Watch» mostra-se pouco optimista, advertindo para o facto de Betancur «ter diminuído no último ano da sua administração o poder político que lhe permitiria conseguir o apoio dos colombianos em torno de uma visão de paz».

CARTÃO JOVEM
ENERGIA RENOVÁVEL

Cada ano tem o seu Cartão Jovem.
1986 não foge à regra.
Compra o teu, sem demora, e multiplica as tuas viagens durante a primeira quinzena de Janeiro.
Aproveita já o teu Cartão Jovem.
A tua energia renovável.

Leixões: treinador demite-se

O treinador de futebol do Leixões, António Teixeira, rescindiu o contrato com o clube matinhense devido aos maus resultados obtidos pela equipa nos últimos jogos do campeonato.

Apesar das diversas tentativas da direcção do Leixões no sentido de o demoverem das suas intenções, António Teixeira considerou a sua posição «irreversível». Depois de ambas as partes terem chegado a acordo, António Teixeira ainda orienta amanhã a equipa frente ao Lourosa, em jogo da 15.ª jornada do campeonato nacional de futebol da segunda divisão Zona Norte.

A partir de segunda-feira, o «capitão» Fernando substitui interinamente António Teixeira, mantendo-se na equipa técnica o preparador físico Fernando Luís.

Futebolistas voltam a reunir-se

O Sindicato Nacional de Jogadores Profissionais de Futebol apresenta segunda-feira o seu projecto de revisão da portaria reguladora de trabalho, em conferência de Imprensa, no Porto.

Após a divulgação do projecto destinado àquela classe profissional, será ainda anunciado o «jogador do ano 85», eleito pelos jogadores profissionais — afirma a organização sindical em comunicado.

AF Faro: curso de treinadores

A Associação de Futebol de Faro vai organizar durante o primeiro trimestre do corrente ano um curso distrital de treinadores, para o qual se encontram abertas as inscrições até ao final do mês de Janeiro.

O curso será ministrado em cerca de 50 horas, nos fins-de-semana e dias feriados, com sessões de manhã, tarde e noite.

A avaliação dos candidatos a treinadores de futebol será feita através de provas escritas, orais e práticas.

Mary Decker: gravidez impede vinda às Açoteias

A campeã mundial dos 1500 e 3000 metros, Mary Decker, não vai participar na próxima edição do Cross Internacional das Amendoeiras por se encontrar grávida.

Decker, dos EUA, actual recordista mundial da milha e atleta imbatível em provas de pista, em 1985, tinha inicialmente confirmado a sua participação no 10.º Cross Internacional das Amendoeiras em Flor, que se realiza anualmente na Aldeia das Açoteias, no Algarve.

Benfica vai à Madeira

Em jornada sem "pontos quentes"

A 17.ª jornada do nacional da 1.ª divisão terá na tarde de hoje dois encontros antecipados com a realização dos confrontos Boavista-Penafiel (15 horas) a ser arbitrado por Mário Luís, de Santarém, e Sporting-Desportivo das Aves (15.30) que será coordenado pelo setubalense Ezequiel Feijão.

As notas dominantes da jornada — cujo programa citamos — consistem no possível reaparecimento do benfiquista Carlos Manuel num jogo em que o Marítimo «aposta» ser o da recuperação. Curiosas poderão ser as partidas Belenenses-Chaves, Portimonense-V. Setúbal e Académica-Braga, enquanto Guimarães e FC Porto não terão grande dificuldade em averbar os pontos em disputa. Vejamos o programa:

Rosa Santos, de Beja, é o árbitro nomeado para o encontro Marítimo - Benfica, a contar para a décima sétima jornada do campeonato nacional da primeira divisão, no próximo fim-de-semana.

Os juízes destacados para os encontros da primeira e segunda divisões são os seguintes:

Campeonato nacional da primeira divisão: Portimonense - Vitória de Setúbal, Sepa Santos (Lisboa); Vitória de Guimarães - Covilhã, Isidro Oliveira (Poro); Marítimo - Benfica, Rosa Santos (Beja); FC Porto - Salgueiros, Manuel Correia (Funchal); Belenenses - Chaves, Miranda Dias (Coimbra); Académica - Sp. Braga, Manuel dos Santos (Porto).

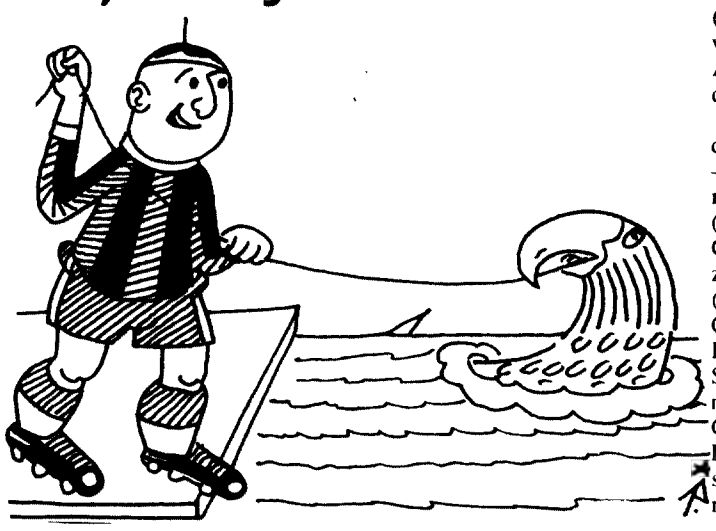
Campeonato nacional da 2.ª divisão (décima quinta jornada) — Zona Norte: Espinho - Moreirense, Xavier Oliveira (Porto); Rio Ave - Famalicão, Carlos Valente (Setúbal); Varzim - Fafe, António Marçal (Lisboa); Leixões - Lourosa, Carlos Esteves (Lisboa); Paços Ferreira - Paredes, Gonçalo Silva (Braga); Amarante - Vianense, José Silvano (Vila Real); Gil Vicente - Felgueiras, Raul Ribeiro (Aveiro); Vizela - Tirsense, Evaristo Faustino (Leiria).

Zona Centro: Caldas - Águeda, Jorge Coroado (Lisboa); Almeirim - Torriense, Gil Rosa (Setúbal); Elvas - Mangualde, Heliodoro Saraiva (Setúbal); Alcobaça - Viseu e Benfica, Soares Dias (Porto); Acad. Viseu - U. Leiria, João Mesquita (Porto); U. Coimbra - Est. Portalegre, Fortunato Azevedo (Braga); Feirense - U. Santarém, Aníbal Pereira (Porto); Beira-Mar - Peniche, Sérgio Miranda (V. Setúbal).

Zona Sul: Torralta - Silves, Bento Marques (Évora); Farense - Montijo, João Rosa (Évora); Lusitano Évora - Oriental, Henrique Santos (Santarém); U. Funchal - Est. Amadora, José Guedes (Porto); Estoril - Nacional, Joaquim Gonçalves (Porto); Atlético - Juv. Évora, Agostinho Santos (Leiria); Barreirense - Olhanense, Júlio Mouco (Leiria); Cova da Piedade - Sacavenense, Serafim Alvito (Évora).

Valdemar Custódio «puxa» pelos seus comandados

O traço de Pargana



Marítimo: pescaria ou bicada?

Modalidades

Actividade desportiva decorre durante este fim-de-semana com a costumada intensidade e cada vez maior expectativa e interesse já que os campeonatos começam a ver definidas as posições na pauta classificativa.

No basquetebol a relevância vai para as deslocações do F. C. do Porto a Queluz e à Luz, enquanto o andebol é dominado pelos confrontos Benfica -Sporting (hoje) e Sporting - Belenenses (amanhã) cujos desfechos poderão provocar alterações na tabela.

Eis o programa:

Basquetebol

Grupo A — hoje: Benfica -Illiabum, às 15 e 30, Queluz -FC Porto, às 17.30 e Sangalhos - Barreirense, às 21.30; **amanhã**: Benfica - Futebol Clube do Porto e Queluz - Illiabum, ambos às 17 e 30.

Grupo B — hoje, às 17 e 30: Sanjoanense - Ovarense e Académica - Ginásio Figueirense; às 17 horas: Imortal de Albufeira - Olivais; **amanhã**: Ovarense - Ginásio Figueirense, às 17 horas; Olivais - Sanjoanense, às 17 e 15 e Imortal - Académica, às 17 e 30.

Andebol

O calendário completo das 21.ª e 22.ª jornadas é o seguinte:

Hoje: São Mamede - Académico de Braga (21 e 30), FC Porto -Sanjoanense (18 horas), Belenenses - Encarnação (21 horas), Vitória de Setúbal -Boa-Hora (21 e 30) e Benfica - Sporting (18 horas).

Amanhã: Sanjoanense -Salgueiros, Académico de Braga - FC Porto, Encarnação - Vitória de Setúbal, Sporting - Belenenses e Boa-Hora - Benfica, todos às 18 horas.

Râguebi

Hoje— Universitário de Lisboa: Universidade Livre - CDUP, às 14 horas, e Direito--Agronomia, às 15 e 30; Campomaiorense - CDUL, às 14 e 30; Universitário de Coimbra: Académica -Cascais, às 14 horas. **Amanhã** — Universitrio de Lisboa: Benfica - Belenenses, às 15 e 30.

Hóquei em patins: Belenenses vence na Amadora

O Belenenses venceu ontem a Académica da Amadora, no recinto desta, por 10-5, em jogo antecipado da 8.ª jornada do Campeonato Nacional de Hóquei em Patins da Primeira Divisão.

«Marchantes» em Madrid

Cinco atletas portugueses participam amanhã nos 20 quilómetros de marcha do Grande Prémio de Moratalaz, arredores de Madrid, anunciou a Associação de Atletismo de Lisboa. O atleta José Pinto, do Belenenses, detentor do recorde nacional na distância com 1.25,19 horas, vai tentar melhorar esta marca, pois dois dos participantes são os espanhóis Miguel Angel Prieto e Samuel Gines, respectivamente com 1.24,04 e 1.25,14 nos 20 quilómetros marcha.

Os cinco portugueses são José Pinto (Belenenses), José Urbano (Benfica) e Francisco Reis (Benfica) em representação da Associação de Atletismo de Lisboa, e Hélder Oliveira (Louletano) e Jorge Esteves (Belenenses) em representação dos clubes.

Tiro com arco: acção

A secção de tiro com arco do Lisboa Ginásio Clube promoveu o Torneio «Ano Novo», que proporcionou os seguintes vencedores em **Plumas:** Gustavo Lopes (Sp. Tomar); **Flechas** — Pedro Henriques (Sp. Tomar); **Robins**: Marco Leite (Sp. Tomar); **Iniciados Masculinos:** Vítor Hugo (Sporting); **Juvenis masculinos/femininos:** Bruno Gonçalves (Sp. Tomar); **Aspirantes masculinos:** Ricardo Neves (Lisboa Ginásio Clube); **Aspirantes femininos:** Isabel Brissos (Benfica); **Juniores masculinos:** Tico Carrelhas (Externato Marquês de Pombal); **Juniores femininos:** Ana Sousa (Ginásio Clube de Queluz); e **Seniores masculinos:** Eduardo Santo (Ginásio Clube de Queluz). O Troféu «Challenge» foi ganho pelo Ginásio Clube de Queluz.

Golfe: Torneio Palmarés

Sebastião Gil comanda, com 216 pancadas, o Primeiro Torneio de Golfe do Circuito Profissional Português de 1986.

Nas posições imediatas encontram-se Rogério Valente, com 220 pancadas e Luís Espadinha, com 224.

Na sua agenda

União Atlético Povoense

Organizado pela sua secção de atletismo, vai, o UA Povoense, realizar a VI edição das «Três Léguas da Póvoa» no próximo domingo e destinada às categorias de juvenis, juniores, seniores e veteranos (populares e federados). A prova tem a colaboração da DGD, Associação de Atletismo de Lisboa, Câmara de Vila Franca de Xira, Junta de Freguesia e comércio e indústria locais. Os prémios são aliciantes e haverá taças, medalhas, medalhões e diplomas para os concorrentes.

SOCIEDADE DE PLANEAMENTOS E INVESTIMENTOS URBANÍSTICOS E INDUSTRIAIS, SARL

CONVOCATÓRIA

SOPLAN – SOCIEDADE DE PLANEAMENTOS E INVESTIMENTOS URBANÍSTICOS E INDUSTRIAIS, SARL

Sede: Av. Marquês de Tomar, 33, 3.º – LISBOA

Caoital: 20 000 000$00

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos legais e estatutários, convoco a Assembleia Geral da Sociedade para reunir em segunda convocação, dado não ter podido funcionar em primeira convocação por falta de número de accionistas, em sessão ordinária, na sede social, no dia 29 de Janeiro de 1986, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º – Discutir, aprovar ou modificar o Relatório do conselho de administração, balanço e contas e Relatório e parecer do conselho fiscal referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1984.
2.º – Proceder à eleição dos corpos sociais para o triénio de 1985-87.
3.º – Ratificação da deliberação do Conselho de Administração de substituição do Presidente do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas por uma Sociedade de Revisores, por aquele membro não ter chegado a tomar posse.

Lisboa, 3 de Janeiro de 1986.

O Vice-Presidente da Assembleia Geral

Dr. José Miguel Nobre Ferreira

Futebol

Comissão técnica revela programa

A lista definitiva dos 22 jogadores que se deslocam ao México para a fase final do «Mundial» de Futebol só será divulgada no fim do Campeonato Nacional, disse o seleccionador José Torres.

Falando em conferência de Imprensa na sede da Federação Portuguesa de Futebol, José Torres referiu que a equipa tem garantidos já cinco jogos-treino antes do «Mundial», disputando-se três encontros em Portugal e dois no México.

No dia 22 a selecção nacional defronta a Finlândia em Leiria, e no dia 5 de Fevereiro recebe o Luxemburgo em local ainda a designar mas possivelmente em Lisboa. No dia 19 de Fevereiro defronta a selecção da República Democrática Alemã no Estádio Primeiro de Maio em Braga, enquanto os jogos no México se realizarão nos dias 24 e 28 de Maio com adversários ainda a designar.

A selecção portuguesa segue dia 14 de Maio para o México, não podendo antecipar a partida devido à possibilidade de o Benfica ou o Sporting chegarem à final de uma das competições europeias em que estão envolvidos. A comitiva, de cerca de 40 pessoas, inclui além dos jogadores, técnicos e dirigentes, uma equipa médica de três elementos, pois além do dr. Camacho Vieira, médico da selecção, acompanham a equipa ao México o bioquímico Carlos Silveira e Maldonado Simões, especializado em electrocardiografia.

A direcção da federação estuda a possibilidade de incluir cozinheiro na comitiva, tendo Amândio de Carvalho referido que foram já recebidas muitas ofertas de chefes de cozinha interessados em acompanhar a selecção ao México.

●

Referindo-se à não-convocação de **Manuel Fernandes**, «capitão» do Sporting e um dos melhores marcadores do Campeonato, José Torres diz que o jogador não faz parte dos seus planos para a equipa nacional por uma «questão de coerência». Armando, do Salgueiros, foi convocado depois de contactados o jogador e o clube sobre o interesse do futebolista em treinar na selecção e de eventual naturalização portuguesa.

José Torres admitiu também a possibilidade de os brasileiros Paulinho Cascavel (Guimarães) e Tonanha (Boavista) adquirirem a nacionalidade portuguesa e integrarem a selecção.

O técnico nacional lamentou não ter podido contar anteriormente com Fernando Chalana, referindo que se o jogador regressar aos estádios e recuperar a boa forma poderá ser chamado à selecção.

●

Na reunião com os jornalistas participaram, além de José Torres, o coordenador das selecções e vice-presidente federativo Amândio de Carvalho, o secretário-geral César Grácio e o médico Camacho Vieira.

Amândio de Carvalho salientou não existir qualquer «barreira de silêncio» entre a FPF e a Imprensa e referiu, por outro lado, que foi já feita a reserva de 30 quartos destinados aos jornalistas, para o hotel onde a selecção vai ficar no México.

A equipa técnica salientou as «excelentes condições» do local escolhido para o estágio no México, em Saltillo, a 80km de Monterrey e a uma altitude de 1600 metros, num complexo que dispõe de campos de ténis, basquetebol, campo relvado, piscina, sauna, etc.

Foi referido na reunião o desagrado com que a Imprensa mexicana e a comunidade portuguesa no México interpretaram as referências na Imprensa portuguesa à cidade de Monterrey, que coube a Portugal no sorteio de 15 de Dezembro.

Amândio de Carvalho e José Torres salientaram que a Imprensa portuguesa se militou a transcrever os recios manifestados à sua partida para o México, sobre as condições climatéricas existentes na região de Monterrey.

O presidente do Centro Português do México, José António Duarte de Sousa, enviou mesmo um telegrama ao presidente da FPF, Silva Resende, onde manifesta «o mais profundo desagrado» da colónia portuguesa naquele país pela forma como se aludiu à cidade de Monterrey, salientando que artigos da Imprensa portuguesa foram transcritos em jornais locais. Amândio de Carvalho e José Torres salientaram ser necessário desfazer o mal-entendido, pois as referências negativas a Monterrey referiram-se exclusivamente ao clima da região, quente e húmido, que não agradava a nenhuma das selecções finalistas do mundial. Os responsáveis fizeram notar, pelo contrário, a forma calorosa como foram recebidos pelas autoridades e entidades de Monterrey e a cooperação que lhes foi prestada na sua visita para escolha do local de estágio.

O médico da selecção, Camacho Vieira, afirmou ser de opinião que o «tempo de estágio no México será suficiente para ambientação», pois irá decorrer à altitude média de 1600 metros.

Os próximos jogos de preparação das selecções adversárias de Portugal no Mundial do México serão observados por José Torres ou pelos seus adjuntos. A 29 de Janeiro, o encontro Egipto-Inglaterra será observado por Jaime Graça, enquanto Marinho vai assistir ao torneio do Qatar, entre 13 e 22 de Fevereiro, em que participam as selecções da Argélia, Brasil, Uruguai, Marrocos, Itália, RFA e Egipto, assistindo também ao Israel-Inglaterra a 26 de Fevereiro, e Jaime Graça será o observador do União Soviética-Inglaterra a 26 de Março, e do Polónia-Checoslováquia a 9 de Abril.

O seleccionador José Torres desloca-se a Londres para assistir a outro jogo da Inglaterra, em data e com adversário ainda não indicados.

Brasil prepara viagem

A selecção do Brasil, finalista do campeonato mundial de futebol, vai levar cozinheiros, alimentos, leite, água e outros produtos para o México, a fim de evitar problemas com os seus jogadores, anunciou Dilson Guedes.

O director da Confederação Brasileira de Futebol, responsável pelo programa da selecção, salientou que a equipa chega no dia 1 de Maio a Guadalajara, e cinco dias depois segue para Guanajuato, a quatro horas de autocarro, onde vai efectuar um estágio de adaptação à altitude.

Estes são os únicos pormenores já definidos para a selecção, pois o plano completo e definitivo só será conhecido após a eleição dos novos dirigentes da Confederação, dia 16 de Janeiro, em que João Medrado Dias (Rio de Janeiro) e Nabi Abi Cheid (S. Paulo) são os candidatos à substituição de Giulite Coutinho.

O novo presidente da CBF irá então designar o treinador e os jogadores que irão ao México tentar ganhar o quarto campeonato mundial de futebol para o Brasil.

A selecção canarinha tem prevista uma digressão pela Europa no mês de Abril, onde defrontará as selecções da Inglaterra, Alemanha Federal e Hungria. «A Espanha será um dos principais obstáculos do Brasil no Mundial do México», afirmou Dilson Guedes, salientanto que estas serão as duas equipas a qualificar pelo grupo «D» para os quartos-de-final do mundial, eliminando a Argélia e a Irlanda do Norte.

Telé Santana «fora da corrida»

Telé Santana anunciou que não aceitará ser o técnico da selecção brasileira para o Mundial de Futebol do México, no caso de ser convidado pelo próximo presidente da Confederação da modalidade.

Zagalo e Telé Santana eram os nomes mais falados para a direcção da equipa nacional, num cargo cujo preenchimento deverá ser anunciado no próximo dia 16. Telé Santana foi o técnico da selecção do Brasil no Mundial de Espanha em 1982 e em Junho passado foi chamado de urgência para conseguir a classificação nas eliminatórias para o México-86.

Argentina prepara-se

A selecção de futebol da Argentina prepara-se para o Mundial do México, no estágio a decorrer na localidade de Tilcara, a 2468 metros de altitude, anunciou a Federação argentina.

O treinador Carlos Bilardo escolheu Tilcara Jujuy, no Norte da Argentina, para «aclimatar» os jogadores à altura, pois devem jogar no Estádio de Cuhautemoc, em Puebla, a mais de 2000 metros de altitude. «Alguns jogadores da selecção sofreram dos sintomas provocados pela altura, mas todos ultrapassaram a situação sem problemas», salienta a Federação.

A equipa, composta actualmente só por 14 jogadores, efectuou quinta-feira um intenso treino físico em Humahuaca (a 42 km de Tilcara) a uma altitude de 2839 metros.

Para combater a SIDA

Sócrates aconselha preservativos

O futebolista brasileiro Sócrates surgirá em anúncios televisivos governamentais este mês promovendo o uso de preservativos no carnaval para impedir o alastramento da SIDA, anunciaram as autoridades.

Sócratres, que regressou ao futebol brasileiro no ano passado após ter jogado no clube italiano Fiorentina, é também médico e as autoridades sanitárias entenderam que convenceria mais facilmente os ouvintes a

tomarem precauções durante o carnaval, quando as inibições são postas de parte e as pessoas se envolvem em múltiplas ligações sexuais.

O «Jornal do Brasil» informou que as fábricas locais de preservativos foram instruídas para prepararem um volumoso «stock» para o carnaval.

As autoridades temem que o SIDA — que já atingiu 438 pessoas e matou 231 no Brasil — aumente durante o carnaval, a menos que as pessoas adoptem especiais precauções, como utilização de perservativos e limitação dos seus contactos sexuais.

Há meses atrás, a Junta de Turismo disse que estava a considerar a exigência aos turistas estrangeiros da apresentação de certificados que atestassem a ausência do SIDA durante a quadra carnavalesca, mas as autoridades abandonaram a ideia, receando que viesse a prejudicar a indústria turística, mas continuam preocupadas com a chegada de pelo menos três aviões Charter dos Estados Unidos com homossexuais.

Durante a quadra, os foliões participam em dezenas de bailes, incluindo um chamado «O Baile Gay», assistem a dois dias de paradas das escolas de samba e participam em paradas de travestis nas ruas.

A epidemiologista do Ministério da Saúde, Iolanda de Oliveira disse esperar que a mensagem sanitária de Sócrates vá para o ar no final deste mês e convença os foliões a precaverem-se. «O melhor preventivo é estar informado», afirmou.

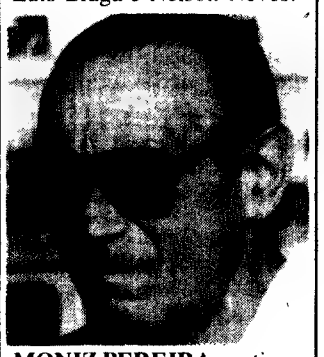
Passarella ajuda os pobres

A vedeta do futebol argentino Daniel Passarella ofereceu cerca de 15 mil dólares (cerca de 2500 contos), para um programa de auxílio destinado a «alimentar os necessitados». A quantia, correspondente ao que Passarella ganhou após a qualificação da Argentina para a fase final do Mundial-86 no México, destina-se, segundo os dirigentes argentinos, a contribuir para minorar os efeitos da fome que se faz sentir em algumas regiões daquele país sul-americano.

Passarella, que integra actualmente a equipa italiana do Fiorentina, foi «capitão» da selecção da Argentina no Mundial de 1978, e desempenhou um papel-chave na qualificação da Argentina para o Mundial-86.

Colunáveis

ACÁCIO ROSA, velho e prestigioso dirigente desportivo que ao longo de sessenta anos tem vindo a dedicar ao clube da sua afeição (CF Belenenses), foi uma das figuras (e entidades) que ontem foram galardoadas pelo Governo em cerimónia que se realizou no Palácio Foz. Além de Acácio Rosa foram condecorados: Ginásio Clube Português, Sporting, Ateneu Comercial de Lisboa, Herculano Pimentel, António Castro, Mário Barros, Matos Costa, Manuel Basílio, Bernardino Machado, António Crespo, Faial, V. de Setúbal, José Galvão, Guilherme Oliveira, CA Queluz, Associação Natação do Porto, Kyoshi, Manuel Lousada, Jaime Azevedo, Geza Torok, Luís Braga e Nelson Neves.



MONIZ PEREIRA continua a ver reconhecido pelos diversos países a sua inquestionável competência como mestre do atletismo e, a confirmar o apreço em que é tido, partiu ontem para Moçambique a convite do governo daquele país para dirigir duas conferências na cidade do Maputo. Moniz Pereira, que recentemente estivera no Brasil, Espanha e França em idênticas missões, vê o seu prestígio em lugar relevante do desporto mundial.

JOÃO GONÇALVES conseguiu obter a necessária autorização da sua entidade patronal para integrar a selecção portuguesa de andebol que, como é sabido, disputará no próximo mês o campeonato mundial do agrupamento «C». Trata-se duma excelente notícia, já que João Gonçalves é um dos mais categorizados andebolistas nacionais. Aquele atleta chegará a Lisboa na próxima segunda-feira, partindo imediatamente para Setúbal, onde os seus companheiros iniciam uma fase de estágio a anteceder a partida para a Bulgária onde participará num importante torneio internacional.

Do Zero ao Infinito

Neves de Sousa

Nossos futebóis em causa: carta (quase aberta) ao dr. Silva Resende

Os atletas, corpo médico, técnico e dirigentes que representaram o nosso futebol de salão, recentemente, em terras brasileiras (São Paulo, Sorocaba, São José de Campos e Rio de Janeiro). De pé: Eduardo Ramos, presidente da Associação de Futebol de Salão de Lisboa, já indigitado por diversas associações distritais para chefiar a próxima Federação Portuguesa da modalidade

Ressalvado o grande respeito que a generalidade dos desportistas amantes do futebol outorgam ao esforço do dr. Silva Resende em bem trabalhar no topo da nossa Federação de Futebol, é inegável (também) que os seus múltiplos afazeres (profissionais e laborais, particulares e federativos, como gestor de empresas e jurisconsulto creditado, como membro da UEFA e, até, como sportinguista intimamente ligado ao quotidiano do seu emblema) por vezes o obrigam a não estar tão «a la page» como desejava com aquilo que vai correndo neste mundo terreno.

Assoberbado por uma infinidade de compromissos (selecção nacional qualificada para o México e com necessidade de todos os cuidados, turma chefiada por José Augusto ainda envolvida nas altas cogitações do junior futebol europeu, Benfica e Sporting marchando em frente dentro do jogo-rei uefeiro e, portanto, a mais cercearam o plano de preparação do «onze» de José Torres, aquela da dita «Sociedade de Promoção do Futebol Português» a exigir uma pública e clara explicação — definição para que se não fiquem pensando cobras e lagartos em relação a desconfiado «saco azul» que estivesse ao dispor para arregimentação de um qualquer árbitro em fim de carreira e desejoso de fazer algum favorzinho ou até de uma qualquer senhora ser inoculada para meter cunha, junto dos altos cadeirões onde impera o futebol mundial, a Associação de Setúbal a querer trazer para a luz do dia a transparência das contas federativas que sei eu ou que se diz por aí: é um mundo de tantos pesos a perturbarem o espírito do nosso querido amigo dr. Silva Resende, sempre legitimamente desejoso de tudo bem esclarecer e a todos conceder (igualmente) a honra de uma resposta perfeita, que ficamos sem saber se foi por deficiência de informação — suporte ou exclusivamente por falta de tempo para bem se debruçar sobre o assunto que o intocável e intangível presidente da Federação da Alegria teve a pouco feliz afirmação pública de que **aqui ao lado, na vizinha Espanha, também os tribunais tinham dado razão à Real Federacion de Futebol**, agregando ao seu seio o domínio e tutela sobre o futebol de salão.

Ora, meu muito admirado doutor, o senhor pecou (evidentemente que apenas por qualquer acessória influência extra) ao não ter cuidado, como óptimo jurista que é, de se ter previamente informado da verdade. E, envolvido numa guerrilha trivialíssima de Alecrim e Manjerona, subitamente atirado por quem quer que seja para a pressurosa linha de caminho-de-ferro em que marcha o universal futebol de salão, o dr. Silva Resende procura, com todo o afã, encontrar um motivozito para o ajudar a fazer grudar à FIFA do chefão Havelange, quando muito bem sabe que os argumentos que a isso poderiam conduzir estão todos calcados e reduzidos a cisco.

Isto é: se o senhor presidente fifeiro João Havelange, que foi o primeiro presidente da FIFUSA (Federação Internacional do Futebol de Salão) não conseguiu permanecer no cargo e dele foi destituído por vontade dos seus próprios compatriotas, que, escolhendo deliberadamente a autonomia (de ideias e propósitos) o jogaram pela borda fora, colocando no lugar o senhor Januário de Alessio, que comanda hoje o futebol de salão, não apenas no mesmo Brasil de Havelange, mas em outros 45 países espalhados por quatro continentes, se o grande patrão do futebol ao ar livre não consegue mandar em casa própria porque raio é que lhe deu agora na telha de querer entrar em seara alheia para vir implantar uma lei que não foi votada pelos principais interessados?

Quanto ao caso espanhol (e aqui é que bate o ponto, caro dr. Silva Resende) a verdade, mais verdadinha, é que foram os Tribunais de alta instância que, recentemente, deram toda a razão à «Federacion Española de Futebol Sala» para encabeçar aqui nos vizinhos o movimento dessa disciplina do jogo-espectáculo mais bonito do mundo, conferindo-lhe personalidade própria e considerando que nem umbilicalmente tem alguma coisa a ver com o futebol praticado nos grandes relvados. Assim a modos que diferenciar o ténis do ténis de mesa: cada qual tem vida tão própria, como o hóquei em campo e o hóquei em patins que (ao que me conste) também nunca quiseram misturas, sendo um pobrezinho e outro ricaço.

O douto presidente da nossa Federação de Futebol, que é um investigador profundo e, certamente, tendo percorrido todas as escalas da ascensão gestora do jogo dominante das plateias sabe, não apenas como antigo director de jornal desportivo ou como ex-dirigente de cúpula de partido político mas, especialmente, dentro do seu debruçar sobre o passado da FIFA e da UEFA que nunca estas organizações se preocuparam, minimamente que fôsse, em disciplinar e moralizar, legislar e apoiar o futebol de salão. Nem, tampouco, o futebol feminino: que é outro bastardo à espera de quem lhe deite a mão, uma vez que já por aí vemos disputar campeonatos nacionais e, até com presença de individualidades de relevo, ter ocorrido na Tapadinha um jogo internacional em que um grupo de meninas surgiu a defender «as cores da Portugal», ao que sei sem qualquer enfeudamento à Federação da Alegria.

Mas, voltando a falar no tal futebolzinho de salão que tantos engulhos está a fazer passar pela garganta de bons amigos só porque é uma espécie de pedra filosofal ou de ovo de Colombo, porque raio de razão é que só dezenas de anos depois de andar por aí ao Deus dará é que surge uma paizinho aflito a querer reconhecer no mocetão o filho de uma qualquer senhora com quem vagamente trocou dois beijos? A não ser que seja (ainda) ramificação directa daquele torneio que, uma vez, a Associação de Futebol de Lisboa pretendeu levar de fio a pavio e, subitamente, emperrou por «erros de contabilidade».

Caríssimo doutor Silva Resende: deixe que lhe recorde que é sempre bom ir consultando, não apenas quem mora na nossa casa mas também os amigos lá de fora, para evitar estarmos desactualizados e imaginarmos que vivemos no século de Péricles ou nalguma República bananal onde se prometem açoites e a miudagem logo foge espavorida. Caso se dê à perda de um pequeno espaço do seu tão precioso e racionalizado tempo de agenda logo saberá encontrar quem lhe diga por que razão está de pé (firme como uma rocha e contemplada com todos os reconhecimentos oficiais) a «Federacion Española de Futebol Sala» que, tal como a jovenzinha Associação de Futebol de Salão de Lisboa, em nadinha depende de FIFAS ou UEFAS, tal como cá, por nossa banda, também o organismo da Rua Cidade de Liverpool, comandado pelo aguerrido e indomável Eduardo Ramos, não está subjugado a qualquer outra lei que não seja a que vigora na generalidade do país, dado ser **entidade publicamente reconhecida como pessoa jurídica**, com registozinho devidamente publicado no nosso «Diário da República» e com filiação igualmente a tempo concretizada junto da FIFUSA (Federação Internacional do Futebol de Salão). Uma casinha modesta (v. ex.ª quando dá a honra da sua visita?) mas que não pediu ainda um centavo aos poderes públicos, não multa atletas nem treinadores, massagistas ou guardas de campo, não tem qualquer elemento itinerante para facilitar a escolha de árbitros que marquem castigos máximos a nosso favor nem meninas para acompanhar os juízes nas suas afadigadas deambulações, não reside em palácio de mármore antes em casinha de pobretanas mas de vidro em todas as janelas e portas abertas para o corredor.

A Associação de Futebol de Salão de Lisboa tem vida e estatuto próprio, apenas ficou subordinada à entidade que já organizou dois campeonatos mundiais de futebol de salão, vive paredes meias e em excelente ligação com a «Federacion Española de Futebol Sala» e com as demais congéneres já sediadas pelo mundo, está prestes a dar origem a uma Federação (já existem, como o dr. Silva Resende talvez já tenha tido conhecimento, diversas Associações regionais interessadas nessa cúpula) e procede com honestidade a uma tarefa que iniciou há cerca de um ano: incrementando a modalidade do futebol de salão, não apenas com os torneios que estão culminando com o primeiro campeonato a nível nacional mas, igualmente, promovendo cursos para técnicos e árbitros, planificando para erguer dentro de poucas semanas um movimento de ensino e divulgação nas escolas e liceus, respeitando tudo e todos para igualmente ter o seu lugar na grande família desportiva. Recorde-se que na própria Assembleia da República é ouvida com o mesmo atento respeito a palavra do representante do grupo parlamentar mais numeroso como a voz da solitária senhora deputada de «Os Verdes»; e não me consta que nem ela tenha sido obrigada a mudar de símbolo político nem que o senhor presidente do conclave a tenha remetido para a despensa.

Por outro lado (e sempre lamentando a falta de actualização da maioria dos que deveriam ser responsáveis pelo que falam ou dizem deste novo «boom» que é futebol de salão) quer recordar aqui palavras escritas, a 13 de Abril do último ano, nas páginas do nosso prezado e honrado colega que é o «Diário de Notícias», pelo decano dos jornalistas desportivos portugueses, por esse admirável Manuel Mota que, tal como o também tão admirado José Alves dos Santos ainda não foram correctamente homenageados pelo futebol a que tanto ofertaram. Pois, escreveu aqui há nove meses o prestigiado jornalista Manuel Mota exactamente a seguinte:

Em matéria de futebol de salão, FIFA e UEFA culpadas da sua ultrapassagem. Era o título de um magnífico e elucidativo artigo onde, nomeadamente, se pode ler: **a FIFA parece não ter levado muito a sério o futebol de salão, ainda que tomasse para ele algumas disposições. Efectivamente, o «FIFA News» de Novembro de 1983 informava que o Comité Executivo se ocuparia, na reunião de 8 de Dezembro, do campeonato de futebol de salão, mas a verdade é que a edição de Dezembro dava conta das decisões tomadas** (nessa reunião) **e nelas não havia uma palavra quanto ao caso. Em 30 de Novembro de 1984, o Comité efectuou a habitual reunião de fim de ano e nas decisões havidas não figurou o futebol de salão...**

Conclui, perfeitamente senhor da matéria, o nosso Manuel Mota:

— Não deixo de reconhecer o que se apresenta como um facto singular e uma verdade incontroversa: a FIFA e a UEFA foram ultrapassadas por culpa própria!

Exacto. Andaram anos e anos a prometer que reconheciam o possível filhote e só agora, que ele se estabeleceu por conta própria, querem ser herdeiros universais. Se isto já se viu, dr. Silva Resende, se isto já se viu!

Sabe que mais? O senhor presidente do futebol com grandes estádios nunca queira, por um minuto sequer, ser porta-voz do despeito ou veículo de estrangeiros ou portugueses que o pretendam utilizar como peão do Licas. O doutor Silva Resende, jurisconsulto inteligente e hábil, conhecedor profundo de tudo o que é lei e direito do cidadão de se associar **legalmente** a quem bem entender, certamente que já mandou enterrar a fisga com que a Federação do nosso querido futebol de onze queria alvejar um futebolzinho de fim-do-dia, praticado ainda de fraldas e com dentes de leite mas, tão digno de ser respeitado como aquele que, com bilheteiras de milhões, é cobiça para os assaltos de toda a índole, tantas vezes descamba em incontrolada violência e, quotidianamente, transporta para a luz do dia desconfianças entre parceiros do peito, divergências em torno dos poleiros, mesquinhas vinganças pessoais e, não raro, acusações das mais graves à honestidade de cidadãos que dão o melhor esforço em prol de uma causa que nem sequer facilita uma viagenzinha ao estrangeiro com despesa por conta desta imensa Sociedade Anónima de Responsabilidade Ilimitada que se chama Portugal, de um passeiozito que valha ao menos um postal para a família recordar. Num país de tristes e macambúzios, só de vez em quando sacudido pelos feitos dos artistas do desporto ou com os jogos políticos eleiçoeiros que vão fazer rir a bandeiras despregadas os nossos vindouros, permitam os deuses que o nosso futebol de salão cresça e continue sonhando.

Já agora, doutor Silva Resende, sabia que, depois de várias digressões a Espanha e de uma série de jogos no Brasil, de uma presença no 2.º campeonato mundial realizado aqui ao lado (com o beneplácito e «bênção» de figuras como o Rei de Espanha e o professor Tierno Galván, «alcalde» de Madrid) e de muitos convites para intercâmbio com outras formações estrangeiras, já de gabarito, o grupo representativo do nosso futebol de salão está de malas feitas para, a 19 de Fevereiro, actuar nos Estados Unidos? E olhe, meu ilustre amigo, que até calha bem e não rouba bilheteira a ninguém: o nosso grupo de «infantes» estará nesse dia perante a RDA e, tal como aconteceu quando da vitorioso golo de Carlos Manuel em Estugarda, lá de longe todos continuarão torcendo pelo melhor que de bom possa suceder na caminhada triunfal até ao pódio mexicano. Só que, pelos vistos, não há no futebol de salão quem possa ser «pescado» para o futebol de onze: por esse lado, desde praticantes a dirigentes, é tudo malta que até paga para estar entretida. Seu, com todo o respeito e admiração.

P.S. — No fim de contas, o doutor Silva Resende já tem tantas chatices para resolver que bem pode deixar esta para outro qualquer bem intencionado. E há voluntários amadores, que querem jogar só por amor à camisola. Deixe-os sós, que estão bem acompanhados.

XXIII—Inglaterra e Alemanha, símbolos do futebol-força

Pedro Escartín
EFE/DL em exclusivo para Portugal

Boby Charlton, o «mago» britânico que com a sua característica careca prematura dava também nas vistas pela maneira elegante de jogar

Neste momento, futebol-arte dos latinos e futebol-força assimilaram um do outro aquilo que lhes convinha. O futebol artístico, bonito mas anárquico e sem base física para desenvolver as suas ideias, não serve, como ficou demonstrado na Alemanha em 1954, na Inglaterra, em 1966, e de novo na Alemanha, em 1954.

Nestes três Mundiais, a América Latina foi arrasada, em termos de futebol, por adversários que jogavam sem deixar jogar. Nos restantes nove Mundiais aconteceu o contrário e o futebol artístico, compacto, eficiente e rápido impôs-se às ideias baseadas na força, sem qualidade nem recursos.

Nos seus inícios, o futebol era um desporto baseado na capacidade física, na corrida, na resistência, no choque, mas o grande aviso das ideias novas chegou do Uruguai quando pouco antes dos Jogos Olímpicos de 1924, em Paris, Urdinaran, Scarone, Petrone, Cea, Romano e companhia advertiram a Velha Europa de que o futebol devia também ser arte eficaz.

Nesse tempo, a Inglaterra, berço do autêntico desporto da bola, desdenhava do futebol dos outros países, considerando-os simples discípulos sem qualidade.

Mas o Uruguai fez ver até aos britânicos que algo de novo, futebolisticamente falando, estava a surgir; e quando os uruguaios, pouco antes do Jogos Olímpicos de 1924, actuaram em Vigo, um jornalista escreveu uma profecia: «Passou por aqui o furacão olímpico.»

Futebol-força

Britânicos e alemães simbolizam melhor do que ninguém o respeitável futebol-força e a prova disso está em que os alemães federais ganharam os Mundiais de 1954, na Suíça e de 1974, em Munique. Os ingleses triunfaram em Londres no Mundial de 1966.

O futebol-força perdeu as finais de 1978 em Paris, onde a Hungria foi derrotada pela Itália (tal como em Roma, quatro anos antes, os checoslovacos tinham sido derrotados pelos transalpinos); em 1958, na Suécia, o país anfitrião baqueou na final diante do Brasil; em Santiago do Chile, em 1962, a Checoslováquia perdeu na final com os brasileiros.

No Mundial de 1978, a Holanda perdeu para os argentinos a final de Buenos Aires, embora deva dizer-se que os holandeses não estavam exactamente dentro das ideias do futebol-força; mas a Alemanha Federal de 1982 estava, e perdeu em Madrid com a Itália.

O torneio de Verão de 1985, no Estádio Asteca da Cidade do México, reuniu brilhantes conjuntos europeus mas pouco quis dizer quanto ao Mundial futuro.

Numa comparação entre alemães federais e britânicos diria que os primeiros, dentro de um estilo semelhante, seriam o algodão, e os segundos a seda, pois quando o futebol inglês desenvolve as suas ideias é muito mais bonito e positivo que o teutónico, apesar de este contar com duas vitórias em Mundiais contra um dos homens das ilhas Britânicas.

No Mundial de 1970 presenciei uma grande partida Brasil-Inglaterra, com vitória tangencial dos sul-americanos. Eram dois estilos distintos e o jogo foi extremamente competitivo. Sem o tremendo calor de Guadalajara, que desidratou os britânicos, o resultado poderia ter sido outro ao fim de 90 minutos de incrível beleza.

O estilo europeu é mais materialista, joga-se para o golo, não se importa com a arte; enquanto os latino-americanos se deleitam com as jogadas que fazem, os europeus têm os olhos na baliza. Uma boa prova disso é a relação dos «onze magníficos» quanto a golos marcados — sete são europeus: «Torpedo» Muller (RFA) com 14 tentos em dois Mundiais, Fontaine (França), com 13 num só torneio, Kocsis (Hungria), com 11, Rahn (RFA), com 10 nos torneios de 1954 e 1958, Eusébio (Portugal), com 9, Lato (Polónia) e Seeler (RFA), também com 9. Junto a eles, apenas quatro latino-americanos: Pelé, com 12 golos em quatro Mundiais, Cubillas (Peru), com nove, tal como Vavá e Jairzinho, ambos brasileiros.

Escandinavos e holandeses, força com ideias

O futebol da Suécia e da Dinamarca, ainda que seja do mais puro estilo europeu, faz uma concessão à flexibilidade de ideias e sistema de jogo. A potência física é a base, mas existe agilidade mental.

É de recordar o jogo recente em que os dinamarqueses aplicaram 3-0 aos soviéticos, mostrando estes o futebol mecanizado de sempre, baseado na força, com um conjunto mecânico. Os dinamarqueses foram ágeis, flexíveis, móveis e têm grandes hipóteses de estar no México.

A Suécia, tal como a Dinamarca, possui um futebol de aspectos latinos. Assim acontece ainda com a Holanda.

A grande final do Mundial de 1966, entre os dois países representantes do futebol-força, Inglaterra e RFA, foi um choque físico frontal entre os colossos da especialidade, embora os ingleses sejam mais dúcteis e inteligentes e os alemães mais nervosos. Houve um prolongamento, favorável aos ingleses, em que foi mostrada dureza, muita classe.

Outra grande final no mesmo género foi a disputada entre RFA e Holanda. Foi das mais bonitas e espectaculares e os alemães, sob a genial batuta de Beckenbauer, conseguiram o título, frente a um inimigo que esteve longe de ser fácil porque os holandeses tinham tudo, força, arte, velocidade mental e jogadores como Johan Cruyff, Rep, Krol, Neeskens, Rensenbrink e outros.

A anexação da Áustria pela Alemanha permitiu a esta utilizar, em 1938, os melhores futebolistas austríacos. Foi um fracasso a mistura da força alemã com a habilidade vienense e o seleccionador teve de fazer marcha atrás perante o divórcio dos dois estilos, opostos e incapazes de se entenderem.

Quando Cruyff, no Barcelona, conquistou o campeonato espanhol, o seu futebol hábil, intuitivo, veloz na corrida e no pensamento, integrou-se sem dificuldade com os dos companheiros. Porquê? Johan Cruyff, génio do futebol, tinha nascido na Holanda, mas a sua forma de jogo era latina . . .

O caso da URSS

O futebol na União Soviética é o desporto e espectáculo de máxima popularidade. Os soviéticos têm mais federados do que qualquer outro país, cuidam com extraordinária atenção do futebol jovem e, nos Jogos Olímpicos de Moscovo, as maiores receitas foram as conseguidas com o futebol.

Mas apesar de um trabalho tão consciencioso, não há progresso. O seu futebol, menos mecanizado do que antes, mais rápido, porque fazem correr a bola, continua a dar mostras de falta de lucidez mental. E correm os riscos de não se qualificar para o México.

Recordo-me de que em 1966, em Moscovo, durante uma reunião da comissão de árbitros da FIFA, fui recebido por um delegado nacional de Desportos.

Os soviéticos acabavam de perdeu, em Madrid, diante da Espanha, o título europeu e esse responsável soviético perguntou-me as causas da derrota, pedindo-me sinceridade na resposta.

Afirmei-lhe: «A Espanha ganhou porque jogou com ideias latinas. A URSS foi uma máquina perfeita, mas sem velocidade mental para improvisar durante o jogo. 'Ver' o jogo é básico para ganhar e sem a dupla velocidade, física e de ideias, o fracasso é certo.»

Olhou-me fixamente e respondeu-me: «Estou de acordo consigo.»

Um dos muitos golos que marcou ao longo da sua carreira Gerd Müller, o genial marcador da selecção da Alemanha Federal

NA SENDA DO CORPO

João Vieira: o mistério das letras

Lurdes Feria

Com este título, «João Vieira», sem mais nada, elaborou-se o livro, na oficina de António Inverno, sobre um pintor. Já agora: português, transmontano, 51 anos, sujeito cordial. Não posso evitar cair na tentação, nostálgica e didáctica, de contar a sua história, ou biografia, se quisermos. O resumo da sua vida articulado com as fases artísticas que atravessou. Foi pintor de letras, se superficialmente lido, o escândalo da performance, **se entendido com preconceitos estéticos e, finalmente, o artista que numa conjugação de experiências retoma o figurativo — o corpo. Isto numa total indiferença pelas modas e conveniências de mercado.**

Na sua obra não há pontos mortos nem cristalização. É como um rio que corre permanecendo, contudo, o mesmo rio: dentro do mesmo leito, na mesma direcção. As águas é que mudam, são outras. João Vieira, desde pequenino, como ele diz, que detesta o **religioso** da pintura, pelo que assumiu uma atitude iconoclasta. «**Há quem pense que a arte pictórica deva ser icónica, admito o sagrado mas numa outra dimensão. Vêem-se, com efeito, artistas modernos tomar atitudes religiosas com o que isso comporta de conservardor, de regressivo, de respeitador dos cânones clássicos**».

Assim, recusa a sacralização da pintura que, a seu ver, é «**a maneira de não a discutir**», o que não se coaduna com o espírito crítico de João Vieira, forjado na aventura surrealista que na juventude viveu. Mas que impulso o atira para a tela? Que pulsão o anima? «**Uma tentativa de ultrapassar a morte ou os efeitos negativos dela. Ao fazer uma afirmação de vida utilizo tudo o que tenho dentro, as minhas reservas mentais. Certamente que há coisas que ignoro e que se manifestam, vindas do inconsciente.**»

Foram os anos cinquenta determinantes no desenvolvimento intelectual do artista; e depois os sessenta que produziram frutos, os rasgos de ousadia, a construção do artista e a sua definição. Filho de professores primários, no seio de uma família remediada ou talvez menos, ainda o universo fechado do bairro, (o Conde de Barão), onde vivia, a tolher-lhe os voos. Eram os amigos da pastelaria e a actividade na Sociedade Guilherme Gossoul os seus pólos de interesse. A seguir, a descoberta de um mundo clandestino, guiado por Rogério Ribeiro, companheiro de atelier e das Belas-Artes, escola com que depressa rompeu. «**O meu pai era o director da escola n.º 2 e morávamos na Rua das Gaivotas, no próprio edifício onde decorriam as aulas. Nessa época dava-me com o Jacinto Ramos e o Sá Caetano, malta lá do bairro, só mais tarde me relacionei com os políticos activos. Reuníamos no atelier com o Carlos de Brito até que o meu pai, avisado não sei por quem, me proibiu de andar nessas vidas perigosas...**»

Exílio

Temos João Vieria deportado para Trás-os--Montes por um pai temeroso de que lhe acontecesse algum percalço. Ei-lo, numa aldeia perto de Vidago, tentando aguentar a monotonia do campo. Salvaram-no, do tédio, os livros dos existencialistas franceses que devorava e os namoricos, inocentes, com as meninas da terra. Não muda de ideias políticas mas a fase neo-realista parecia definitivamente encerrada. «**Respeito o neo-realismo na medida em que foi a grande escola da resistência. A crise sobreveio quando conclui que não gostava de fazer o fácil, em síntese, executar coisas em que intervinha apenas a minha habilidade de «mão, o que não significa que todos os pintores neorealistas sejam maus.**»

Com outra perspectiva de pintura, Oroscos e Siqueiros não o entusiasmavam, João Vieira envolve-se com a tertúlia surrealista do café Gelo, onde pontificava o poeta Mário Cesariny. «**Tínhamos uma atitude anarquista e contestatária que não agradava nem aos da direita nem aos da esquerda, à excepção de casos como o de Manuel Pedro, um comunista bastante aberto; quanto aos outros, provavelmente, não nos achavam muito progressistas. Aí recomecei a pintar, fazia uma pintura simbolista e figurativa, enquanto discutia à mesa do café, o surrealismo. Sabíamos o que não queríamos, muito mais do que o que queríamos. Andávamos numa busca permanente... até hoje**».

Quando lhe pergunto se mudou, João Vieira cita-me Camões: «**Toda a vida é composta de mudança**». Mudou, portanto, na medida em que se muda. Atraídos pela boémia e pelo radicalismo cultural, tesíssimos, sem um tostão para mandar cantar um cego, os surrealistas procuram evasão na poesia e no brandy Constantino, bebida proletária, baratinha na altura. «**Em matéria de informação política líamos o Avante, o contraponto do Diário de Notícias... mas o País sufocava-nos, nem sequer se podia entrar num cinema, Verão ou Inverno, sem casaco e gravata.**»

João Vieira, cada vez mais próximo da poesia. No grupo de pintores a que pertencia, entre os quais se distinguiam Escada, René Bertholo, Gonçalo Duarte, João Rodrigues, etc., costumava dizer que o caminho teria de ser buscado na poesia, nada de seguir a tradição da pintura. Mitos e preferências poéticas abarcavam Cesário Verde, Camilo Pessanha, modernistas como Fernando Pessoa, Sá Carneiro, Almada e os surrealistas, evidentemente, Mário Cesariny e António Maria Lisboa. «**Havia uma correspondência entre a maneira de escrever dessa gente e a nossa atitude de contestação sistemática**».

Paris

Mudou de gostos? «**Tenho os mesmos com outros que, entretanto, adquiri**». Contudo, em Outubro de 1957, mudou de sítio. Paris, sonho de qualquer artista, tão longe, tão inacessível a um jovem português sem dinheiro. Não havia bolsas da Gulbenkian, vieram dois anos depois da partida do pintor. João Vieira ainda beneficiou de uma, já em França, por sua conta e risco. Conseguiu um conto de reis, graças ao amigo Sá Caetano que trabalhava na TAP, e lá partiu com a malinha de cartão e o enxoval feito pela mãe. «**Saí à emigrante. Durante três meses fui operário fabril, e depois encaixei-me num atelier onde se pintavam tecidos**».

Com a bolsa garantida, larga a tinta da china, as camélias e rosas que pintava, e trata de cumprir os seu destino de pintor. Monta atelier em S. Germain, feliz da vida num Paris de após guerra que acolhia artistas de todo o mundo, muitos deles na prospecção do êxito. «**A nota dominante era a guerra da Argélia, vivia-se um clima de guerrilha urbana. Ao princípio, no regresso de Portugal, (queimado da praia e vestido à portuguesa), a polícia francesa mandava-me parar, julgando que eu era argelino. O dinheiro não abundava, pois o milagre francês só se deu com De Gaule, e havia ainda restos de existencialismo. Lembro-me de ouvir a Barbara, cantora desconhecida, no Cabaret, na margem esquerda do Sena.**»

Com René Bertholo, Lourdes Castro, Escada, Gonçalo Duarte — os amigos das afinidades reveladas em Lisboa — e Christo (o famosíssimo homem dos embrulhos) e Jan Voss funda o grupo **KWY,** seguindo as pisadas dos espanhóis Saura, Millares e Feito que tinham, entretanto, fundado o grupo «**El Paso**». Núcleos que conviviam fraternalmente com os artistas da América Latina, cubanos e venezuelanos, sobretudo. «**Quando ocorreu o golpe, em Cuba, estava eu a trabalhar numa serigrafia e logo que Fidel avançou para Havana os cubanos desapareceram de Paris, tendo regressado mais tarde com bolsas de estudo. Entre eles destacava-se um pintor, menino rico, companheiro de Fidel na entrada em Havana e que depois se zangou. Esse tipo viria a morrer na Baía dos Porcos ao lado dos que se opunham a Castro**».

Anos cinquenta coincidem com a explosão da arte americana, enquanto a Escola de Paris agonizava num academismo constrangedor. A velha **senhora** da cultura reagiu mal, mostra-se ciumenta: quem são os bárbaros que me vêm disputar o lugar? «**Foi de tal maneira que o governo francês impediu que se fizesse, imediatamente, uma exposição de Pollock. Dantes ninguém ligava aos Estados Unidos, quem quisesse ser alguém na pintura tinha de passar por Paris. Com a promoção que o Estado americano fez dos seus artistas o mercado desenvolveu-se em menos de um fósforo, sendo hoje um dos maiores do mundo. A França só começa a recuperar do abalo com o ministro Jack Lang...**»

Inteligente, o governo americano investe nos artistas, porque os acha capital precioso. «**Convinha-lhes transmitir uma certa imagem da América e aproveitam-se dos artistas para isso. Com os expressionistas abstractos houve algo que escapou ao controlo. Neles predomina**

Continua na pág 26

O essencial não são as correntes que se formam...

Na senda do corpo

Continuação da pág. 25

emoção e os sentimentos sobre a razão, uma espécie de humanismo que contrariava a rigidez bem comportada do bloco do Leste. Em 58, observam-se na exposição de Bruxelas duas atitudes opostas. Quem visitasse o pavilhão americano deparava com uma arte livre, imaginativa e desrespeitadora, o contrário do pavilhão soviético que exibia coisas convencionais e académicas a par dos retratos de Lenine.»

Em 60, os americanos inventam a «pop-art», o cúmulo da superficialidade, com artistas bastante mais medíocres que os antecessores, da Action Painting. **«Arte pop como o nome indica estava voltada para o popular, mas não no bom sentido da palavra. Os mais espalhafatosos expoentes do pop talvez sejam Andy Warhol e Lichtenstein, este com as suas bandas desenhadas, bem de acordo com os mitos americanos. No auge da guerra do Vietname surgem os conceptuais, mais sérios e intelectualizados. Obviamente que nada disto nasce por acaso... Agora está na moda o mito americano da administração Reagan. Os artistas presentes na última Bienal de Veneza estavam orientados para aí. Era artistas da série B, banais e sem pretensões estéticas, a veicular a ideia do sonho americano que é o nivelamento por baixo. Representavam o homem comum americano, em contra-ponto com a pintura europeia que era erudita. Ora, isto é impecável no plano ideológico...»**

Colonização

Apesar da Europa espernear contra a ditadura cultural americana, apressa-se a apanhar o tom. **«Os europeus têm o fascínio do gigantismo americano, do best-seller feito em computador...»** Actualmente nos Estados Unidos pinta-se lambidinho, à margem da vida, da dureza da crise económica e das cidades. Ao que consta na Europa recupera-se o terreno perdido. Os pintores europeus (os que estão empenhados numa nova dinâmica) transmitem as tensões do momento histórico e uma urgência de retorno às raízes. **«Com efeito, em França, apregoa-se essa recuperação do nacionalismo, como reacção ao colonialismo americano, em termos artísticos. Na Itália os neoromânticos baseiam-se na cultura nacional, futuristas e matafísicos, e na Alemanha as referências dizem respeito aos expressionistas.»**

E nós? Em que meandros nos movemos? **«Como provincianos que somos continuamos muito internacionalistas...»** Não olham para os exemplos de Sousa Cardoso e Almada, bem nacionalistas, sem complexos na afirmação da sua nacionalidade. **«Foi indecente o que fizeram com a exposição do Almada, um grande artista em qualquer parte do mundo. Misturaram tudo: as obras do artista e os trabalhos que executou para ganhar a vidinha. A exposição de Almada, tal como estava organizada, só se pode explicar por ingenuidade ou perversidade, se calhar queriam prejudicá-lo, confundindo o trabalho de um artista maior com as coisas que fez por uma questão de sobrevivência. Afinal de contas o que interessa, para a obra de Pessoa, o copo de tinto no Vale do Rio?»**

O hoje — igual a uma sofisticação maneirista, balofa e circunstancial; o deslumbramento pelo que vem de fora, modelo que se copia de um modo pífio. **«De facto a Europa deslumbra-nos e da maneira mais errada, passa-se o mesmo com os empresários e os agricultores.**

Quanto a maneirismo, discordo. Há que distinguir entre maneirismo e amaneirado. Não misturar o maneirismo com os aspectos da moda, estes amaneirados, de gente que apanha a onda e apenas se preocupa com a projecção social.»

Deixemos as aves trepadoras, galgos em corrida pela fama e que demonstram especial talento para divulgar o que produzem. Os especialistas em operações de **marketing** podem ser eficazes, na hora, mas o tempo os julgará. Não possuem nobreza que é uma coisa perene. **«Com certeza. São pessoas sem convicção e sem convicções... só quando um indivíduo não tem vergonha de ser português consegue ser cidadão do mundo...»**

Como se situa João Vieira face aos jovens artistas? **«Um histórico. O novo também é uma questão de marketing, há artistas com qualidade e outros sem qualidade. Ser novo ou velho não importa, quando não se tem a força da juventude, tem-se outras. Dantes fazia-se arte informal, agora surgiu o neo-informalismo. Ora, penso que as razões, em ambos os casos, são vazias e destituídas de significado profundo. O essencial não é as correntes que se vão formando, mas sim agarrar os grandes problemas...»**

Desconstruir, palavra que João Vieira proferiu. O que é desconstruir em pintura? **«Analisar a construção, separar os elementos e, se necessário, colocá-los noutro sítio. Há uma arte que se constrói, cada tijolo é uma coisa que se acrescenta ao pré-existente.**

A construção de uma estética não me faz muito apelo. O movimento Dada, com que simpatizo, pretendia destruir uma estética e inventar outra. Vejo nisso sempre uma atitude redutora porque reduz uma determinada intervenção a uma ideologia estética como era o caso do cubismo e de todas as escolas. De resto, Picasso saiu do cubismo como o Marx Ernst saiu do surrealismo... na criação que os sumalistas propõem havia, porém, portas abertas para o acaso, o imprevisto.»

Escolas

Algumas questões, em directo:

— Bem sucedido?

— Por dentro sou... o que significa ser bem sucedido?

— Falo de dinheiro, sucesso, reconhecimento social...

— A escola portuguesa é modesta... mas vou ganhando uns tostões e tendo o meu prestigiozinho.

— Ainda mantem aquele pudor dos surrealistas, do evitar sujar as mãos?

— Julgo que sim. No meu grupo, de todos nós o mais virado para a publicidade era o René Bertholo, ora o engraçado é que quando obteve o sucesso se marimbou para a projecção internacional, e hoje o que mais lhe importa é a «reussite» pessoal...

— Aceita o revivalismo?

— Quando é crítico aceito... porque não?

— O revivalismo não traduz falta de criatividade?

— Pode-se pegar em certos aspectos da arte informal dos anos cinquenta e dar um passo em frente. Reviver para progredir, mas se o revivalismo for moda não interessa... todas as atitudes que não são reflectidas me repugnam.

— Como encara as escolas, em pintura?

— Desde a Renascença que havia um centro na composição, depois a grande revolução americana consistiu, precisamente, na desmultiplicação dos centros, o que corresponde a uma atitude nova...

— Mas é outra escola...

— Sim, mas não como as escolas do princípio de século. Efectivamente foi Picasso quem rebentou com isso, saiu do cubismo e nunca mais se soube qual era a sua escola...

— E você?

— Cada um tem a sua impressão digital, o seu nariz. Posso ter influências, a nível técnico, de um ou outro pintor mas julgo que o meu trabalho não se integra em nenhuma tendência.

— Então é original?

— Desde pequenino que procuro a originalidade... O importante é que cada um descubra a sua individualidade própria, esta será a melhor maneira de atingir o universal.

— Concorda com as condecorações que as entidades oficiais pespegam no peito dos artistas?

— Acho bem que os governos pensem nisso, mas parece-me indecoroso que os artistas andem à caça de condecorações. Um governo atribui uma medalha e o artista é que decide: aceitar ou recusar, conforme...»

— Preocupa-se com a parede onde os seus quadros vão parar?

— Não me impressiona, desde que as pessoas que os compraram gostem deles...

— Se for adornar a casa de um qualquer construtor civil que só pensa no bom investimento que fez?

— Ainda não há muito disso por cá.

— E os prémios oferecidos por empresas de detergentes, tipo Soquil?

— Acabaram, já era a indústria a investir, um **boom** que durou até Abril de 1974.

Retrato do artista quando menino...

— Como é que um artista atinge a cotação, um preço xis?

— O processo normal prende-se com o marketing. Há um outro que tem a ver com o que vai acontecendo, com a reputação que se consolida ao longo do tempo, através da oferta e da procura...

— Que tal o mercado português?

— Fraco. Penso que são ainda os colecionadores a comprar, mercado constituído por pessoas de profissões liberais, embora também comecem a mostrar-se interessados alguns pequenos e médios empresários, normalmente ligados à indústria.

— E os bancos?

— Os bancos, quando investem na arte, contribuem para valorizar um quadro, estimulam os coleccionadores, e por outro lado valorizam o investimento. Os espanhóis já perceberam essa dinâmica há muito tempo.

Aqui, que se saiba, os bancos não organizam exposições nem sequer museus próprios... a não ser a Caixa Geral de Depósitos que anda a fazer um museu.

Letras

Em Paris, João Vieira, é aluno de Arpad: Aí sente que está a estudar pintura porque a passagem pelas Belas Artes de Lisboa não a considera como tal. Os alfabetos, as letras, acontecem-lhe sem explicação, em finais de 1959. Talvez que as remeniscências da **primária,** pai e mãe professores, e o jeito para desenhar letras perfeitinhas nos cadernos escolares, o tenham conduzido a essa experiência, quase obsessiva. **«São mistérios que nunca mais se decifram, é um impulso tão profundo que tenho de lhe obedecer. O que nas letras me atraiu foi o seu carácter abstracto, aliás têm origem no corpo humano e servem para uma comunicação universal. São coisas do corpo, estão com ele relacionadas.**

A fase do corpo, em que a figura se esboça, começaria a partir da exposição **«Mamografias».** Pensou, investigou para trás (os desenhos das Belas Artes, a cultura Transmontana, isso, experiências vivenciais); e apercebeu-se da importância do corpo. Nesta linha se inscrevem os trabalhos sobre os caretos, as más caras e o que estas ocultam. E a cor? **«Depende de um estado de espírito. Tanto faço expressionismo com preto e branco como a cor, de resto a cor não é para mim um dado estético fundamental...»**

Sempre me perturbaram os estúdios dos pintores. Há neles, uma acumulação de memórias: armazém de quadros de outras épocas, revistas e fotos em que o artista é protagonista; há espaço, puro espaço, esse segundo corpo em que se materializam como projecções de uma lanterna mágica, os sonhos, as coisas mentais, os curto-circuitos do sistema nervoso. Espaço que recorda temperaturas cheiros, **um tempo,** amizades, dificuldades e alegrias, lutas estéticas e sobretudo dúvidas, muitas dúvidas. O que se passará na cabeça de um pintor, frente a uma tela em branco?

Emoção? **«No meu caso, suponho que a emoção e a razão se corrigem reciprocamente. Há alturas em que registo e outras em que olho para o que fiz, a racionalizo e retoco. Quando se pinta um quadro aparecem lá coisas de que não temos consciência, e depois de pronto a pessoa já mudou. Não adiro aos artistas que dizem sempre o mesmo, que pintou o mesmo quadro com variantes. Julgo que o fazem por motivos de educação ou por questões de mercado. Por vezes, sucede terminar um quadro e, de seguida, deitá-lo fora por não ter gostado dele. Também me acontece deixar ficar os erros, os quadros errados no atelier... faz bem olhar para eles. Curiosamente, alguns desses falhanços foram vendidos na minha ausência e os compradores depois procuram-me para os assinar».**

Mais erros na juventude do que agora, na maturidade artística?

«Acontecem sempre. Só não erra quem não vive...»

Pinto quadros por letras, por sinais/Tão luminosos como os do levante/Nas tardes em que o sol é mais queimante/Na hora em que o calor aperta mais...

Cesário Verde

Jeremy Boultbee expõe em Coimbra

A escultura do artista canadiano Jeremy Boultbee vai ser apresentada em Coimbra, numa exposição na Galeria de Turismo, que ficará patente de 15 a 30 de Janeiro. Antigo jornalista, correspondente de vários jornais, nomeadamente do «Globe and Mail», o periódico de maior circulação no Canadá, ao serviço do qual realizou importantes coberturas em diversas paragens do Globo, Jeremy Boultbee vive em Portugal desde 1975, tendo leccionado inglês na Faculdade de Letras de Lisboa até 1982.

No seu atelier em Almoçageme, na região de Sintra, o escultor recria plasticamente o mundo de aventura que percorreu ao longo da vida, esculpindo e desenhando com fina ironia uma realidade feita de contrastes, em que o grotesco de certos tipos que ele critica se defronta com a simplicidade e a ternura do ambiente humano com que estabelece uma relação de forte empatia.

Na obra de Jeremy Boultbee, como escreveu Jorge Freire, no catálogo da sua última exposição, realizada em Lisboa em meados de 1985, «pode ver-se a mão forte capaz de transmitir uma vivência e um poder de observação muito pessoais: são máscaras, diabos, divindades retratando e misturando fantasiosamente as pessoas que com ele cruzam caminhos».

«Farto de sorrisos para retratos de família», Jeremy Boultbee justifica a seriedade dos rostos que esculpe afirmando: «faço caras porque é nelas que conheço as pessoas». E se, como diz o adágio, «ver caras não é ver corações», a verdade é que o artista consegue denunciar ou acentuar com ironia e sensibilidade os tipos e as personalidades que retrata, e «quem o conhecer aprenderá, certamente, muito além dos limites mentais e geográficos do rectângulo português», testemunha Jorge Freire.

John Jeremy Boultbee nasceu em Vancôuver, no Canadá, em 3 de Dezembro de 1935. O pai pertencia a uma velha família canadiana, descendente de ingleses e os antepassados da mãe são oriundos de Baden-Baden, a terra de Mozart.

Educou-se na Austrália, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, onde estudou desenho e pintura sob orientação de Henry Fabian Ware. Em 1971, graduou-se em **design** na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Victoria.

De 1975 a 1982, foi professor de inglês na Faculdade de Letras de Lisboa.

Exposições de desenho, pintura e escultura.

De 1970 a 1974 — Oito exposições no Canadá, em Victoria, Vancouver e Prince Rupert

1978 — Faculdade de Letras de Lisboa

1985 — LIBRIS em Lisboa.

Tem peças em colecções particulares no Canadá, Estados Unidos, Inglaterra, Espanha e Portugal.

"Grupo Teatro Hoje" ensaia "Bemvindo Sr. Sloane"

O Grupo Teatro Hoje tem neste momento em ensaios a peça «Bem-vindo Sr. Sloane», do autor inglês Joe Orton, com a qual inicia a nova temporada.

«Bem-vindo Sr. Sloane» é considerada hoje como uma das peças mais emblemáticas dos anos 60, devido ao seu estilo violento e contestatário, que é o retrato de um conjunto entre a hipocrisia de velhos valores e de ilusão de poder de uma juventude demasiado confiante em si própria.

A peça relata a história do sr. Sloane, um delinquente juvenil, quando se hospeda numa casa situada à beira de uma lixeira, propriedade de uma mulher de meia-idade sequiosa de companhia e algo mais.

Para completar e complicar o falso círculo familiar que acolhe o jovem conquistador, existem ainda um velho pai, testemunha ocular de um crime algures cometido, e um irmão que não desdenharia, também ele, «fazer companhia ao sr. Sloane».

É entre estas personagens que se vai trocar uma luta feroz e divertida, pela posse de carne jovem e apetecível do sr. Sloane, também ele convencido que pode ganhar este jogo sem regras onde vale tudo e onde todos jogam tudo por tudo para mutuamente se possuírem e devorarem.

A arte de Joe Orton consiste em transmitir uma visão cruel e desiludida da vida e da sociedade do seu tempo, através de um estilo literariamente forte e original, apoiado em «Bem-vindo Sr. Sloane» na forma e nos lugares comuns da comédia de Boulevard, que transforma corrompendo o carácter simpático e superficial das personagens habituais nesse tipo de teatro até à sua transfiguração em simpáticos monstros humanos.

Carlos Fernando e Filipe Domingues durante os ensaios da peça «Bem-vindo Sr. Sloane»

Duas peças do mesmo autor

Joe Orton, autor da peça que o Grupo de Teatro Hoje ensaia neste momento, esteve já em cena pela mão deste grupo, com as peças «O Rufia na Escada» e «Comédia dos Horrores».

«Bem-vindo Sr. Sloane» tem encenação de Carlos Fernando (que tinha já anteriormente dirigido as peças de Orton apresentadas). A interpretação está a cargo de Filipe Domingues, António Montês, Maria José e também Carlos Fernando. O cenógrafo e figurinista é Dalton Salem Asseff (que também assinou o mesmo trabalho nas peças anteriores), a tradução esteve a cargo de Manuel João Gomes, a montagem é de Manuel Ramalho, a iluminação de Mário Tojal e a assistência de encenação de Manuel Mendes.

"Ninguém pode parar" Robert Wyatt

«Nothing Can Stop Us» é o último álbum de Robert Wyatt e o primeiro depois de longos anos de ausência do vinil. São onze temas de esperança, muitas vezes sombreada pela tristeza. A diversidade das músicas que este disco apresenta consegue dar-nos uma ideia da sua versatilidade como compositor e intérprete.

Wyatt reúne aqui culturas tão diversas como o tradicional da América Latina, em «Caimanera», ao lado de «Shipbuilding» de Elvis Costello.

Uma curta biografia da sua carreira talvez ajude a compreender este seu trabalho. Em 1963 formou os Wilde Flowers com Mike Ratledge e Hug Hopoer. Em 66, é o cantor percussionista dos Soft Machine, juntamente com Ratledge, Kevin Ayers e Daevid Allen. É ele o responsável da linha jazz-rock e dos textos «avant-garde» do famoso grupo.

Após cinco anos de liderança e três álbuns gravados, em 1971 abandona o grupo por divergências musicais. Reúne músicos para o seu novo projecto a que dá o nome de Matching Mole. Em 1972, grava com a banda o Lp do mesmo nome.

Um ano depois, «Big Red Records» é o último trabalho do grupo, pois é o ano trágico de Robert Wyatt, em que um acidente o deixa com as pernas paralisadas. Em 74, durante a sua estadia no hospital, compõe «Rock Bottom», considerado o melhor disco do ano.

«Ruth Is Stranger Than Richard» é o álbum de 1975, e aparece como continuação do anterior. Nada de novo se nota. A partir de 1976 Wyatt vai viver com a mulher para Barcelona. Este ano regressa ao estúdio com «Nothing Can Stop Us», álbum que aparece pouco tempo depois da colectânea «Robert Wyatt 82-84», que iniciou um ciclo da editora dedicado à melhor música inglesa.

Exposição portuguesa em Bruxelas assinala adesão à CEE

Quarenta obras de artistas portugueses estão, a partir de hoje e durante três semanas, expostas em Bruxelas.

Trata-se de uma exposição destinada a marcar a adesão de Portugal à CEE organizada pela Feitoria de Portugal (Associação Cultural Portuguesa, de formação recente) com a colaboração da Embaixada de Portugal em Bruxelas e com a escola de arte belga La Cambre.

A exposição inaugurada ontem à noite pelo embaixador de Portugal, na capital belga, Lencastre da Veiga, inclui obras de serigrafistas portugueses que trabalham na Cooperativa Artística Árvore, da cidade do Porto.

Com esta exposição, a primeira manifestação cultural que assinala em Bruxelas a adesão de Portugal à CEE, desejam os organizadores contribuir para mostrar na Bélgica «a imensa riqueza cultural do nosso país».

Na cerimónia de abertura da exposição o embaixador Lencastre da Veiga referiu o significado da adesão de Portugal à CEE e a importância de que se revestem as relações bilaterais Portugal-Bélgica que — sublinhou — «estão destinadas a ser aprofundadas por esta e outras manifestações culturais».

Lencastre da Veiga aproveitou o ensejo para declarar que esta exposição, onde se encontram representadas obras de artistas como Calvet de Magalhães, Jorge Pinheiro, Eduardo Batarda e Lídia Vieira, entre outros, «constitui uma visão muito apreciável da pintura moderna portuguesa».

O embaixador referiu também a importância para os trabalhadores portugueses da adesão à Comunidade Europeia, insistindo na identidade de estatutos relativamente aos restantes trabalhadores dos outros estados membros.

Um dos membros da Feitoria de Portugal disse à Anop que esta exposição se destina essencialmente a estreitar laços entre Portugal e a Bélgica, e a melhorar o conhecimento mútuo dos dois povos, no quadro da adesão de Portugal à CEE.

A exposição, que se encontra aberta ao público durante as próximas três semanas é a primeira acção cultural portuguesa em Bruxelas após a adesão de Portugal à CEE.

Cornucópia: últimos dias de "Páscoa"

Termina já amanhã, domingo, a carreira do espectáculo «Páscoa» de Strindberg que o Teatro da Cornucópia tem vindo a apresentar no Teatro do Bairro Alto.

Seguindo a política de curtas carreiras que a companhia anunciou para esta temporada, a apresentação do espectáculo é já suspensa para dar lugar, ainda durante este mês, à estreia do segundo espectáculo do ciclo «A Ilha dos Mortos», dedicado a August Strindberg. «Pai» é a nova peça do grande autor sueco que a Cornucópia apresentará em breve e que está já em adiantada fase de ensaios. Nela participam Manuela de Freitas, Glicínia Quartin, Luís Miguel Cintra, Ruy Furtado, Luís Lima Barreto, Francisco Costa, Gilberto Gonçalves e a estreante Sandra Paula. A encenação é de Luís Miguel Cintra e de Anne Consigny, jovem actriz francesa intérprete de *Le Soulier de Satin* de Manoel de Oliveira e que o público português conhece também de «O Cerejal» de Tchekhov na encenação de Peter Brook que a RTP transmitiu há alguns meses.

Luís Barreto e Márcia Breia numa cena de «Páscoa» de A. Strindberg

Em «Pai» tal como em «Páscoa», os conflitos interiores que minam as relações familiares são os motores da acção. Com «Pai», no entanto, Strindberg quis escrever uma tragédia naturalista onde a luta de poder entre homem e mulher leva a protagonista à loucura e à morte. Os temas obsessivos da obra de Strindberg atingem em «Pai» a maior violência teatral.

Até amanhã, estará ainda em cena «Páscoa» com interpretação de Alda Rodrigues, Márcia Breia, Raquel Maria, Francisco Costa, José Manuel Mendes, Luís Lima Barreto, Luís Miguel Cintra e Ruy Furtado. Os espectáculos realizam-se de 3.ª a sábado às 21.30 e ao domingo às 16h no Teatro do Bairro Alto. De 3.ª a 5.ª preços reduzidos.

Exposição colectiva no Palácio de Cristal

A cooperativa «Árvore» inaugurou ontem no Palácio de Cristal do Porto uma exposição colectiva em que participam jornalistas, músicos e intelectuais.

Manuel António Pina, Germano Silva, Manuela de Melo, José Alberto Lemos, os músicos Rui Reininho, dos GNR e José Pinho Vargas e o advogado Jorge Strecht manifestam no certame as suas impressões sobre a cidade do Porto, do ponto de vista estético e cultural.

O presidente eleito da Câmara Municipal do Porto, Fernando Cabral, visitou a exposição, integrada na operação «Ensino Árvore» que engloba 240 quadros de artistas nacionais.

Hoje, na RTP/1

"Violência e Paixão"

de Luchino Visconti

A RTP, em matéria de cinema, continua a ter, por nós, desvelos que é justo reconhecer. Hoje traz-nos Visconti e o seu penúltimo filme, «Violência e paixão». **Realizada em 1974, estreada em Portugal quatro anos volvidos, esta fita pertence ao núcleo menos pacífico da obra de Luchino Visconti — aquela onde uns, eu incluído, teimam em ver a aguda permanência do talento e da lucidez e outros percebem academismo e cadeira de rodas.**
Se tiver videogravador faça o leitor a experiência: guarde este filme e reveja-o uma, duas, três vezes. Expero que concluirá, comigo, que se trata de uma das mais inquietantes reflexões sobre o princípio dos anos 70 em Itália. De chumbo eram, dizem.

É este filme o testamento do conde de Modrone, Luchino Visconti? É esta a sua confissão final de desajustamento ante um tempo que passara o seu próprio mundo? É, finalmente, a impotência assumida que aqui se encena ou a eterna questão da decadência que de novo volta?

... Mais do que folhear o breviário de piedosas intenções, mais do que interrogar os astros ou a vidente bola de cristal, mais do que fazer deste filme uma espécie de mausoléu condescendente ao príncipe morto, quer-me parecer que é necessário ver e falar de **Violência e Paixão** como um objecto até certo ponto insólito (**démodée**, dir-se-ia) e, muito provavelmente, mais complexo que a chã identificação protagonista/autor que limita a abordagem.

Não há, neste filme, a encenação de uma qualquer contradição entre um personagem cujos valores tivessem sido ultrapassados «pelo mundo». O que há, seguramente (e basta atendermos ao título original para o percebermos), é a encenação de uma «família», de um grupo social fechado, da aristocracia italiana, se quisermos. Tudo se passa em interiores no cenário de uma casa, entre personagens gravitando na órbita interna de uma classe (ou, talvez melhor, de uma facção particular de uma classe). A classe de origem de Visconti, é claro, a classe que ele conhece nos seus tiques e valores, desgostos e deslizes, glórias e abismos. Se Visconti se está a despedir de alguém (o que é matéria de oráculo) é da sua própria ambiência, esse mundo que outrora foi de ouro e talha e hoje é o mundo do subterrâneo, o lado de lá do escuro. O facismo, claro. A mentira, evidentemente. O desperdício e a violência já por inércia.

De súbito entra na obra de Visconti a perturbação do presente. Já não valores em abstracto, mortes em venezas magnificamente pestíferas, nazismos de outrora em travestis de horror, mas um presente violento (greves, Maio de 68, golpes fascistas) um presente onde já não existem valores (nem sequer valores burgueses), um presente de corrupção e de morte.

Se mais não fora a personagem de Burt Lancaster não poderia ser a do realizador porque aquele é uma testemunha já vencida e este é uma testemunha incómoda. Aquele sente a necessidade de afirmar que não é um reaccionário e este não necessitou (não necessitaria, ainda, para adaptar D'Annunzio ao écrã) de um álibi oral.

Haverá, por certo, quem conteste a este filme, o seu classicismo, a sua certeza e precisão, a sua ausência de riscos; haverá talvez, até, quem chame a esta obra de ocaso físico uma obra enquistada. São velhos, de anos, os sucessivos ataques aos filmes de Visconti. Dizer isso, porém, é, talvez, não querer ver a perfeita unidade de estilo que Visconti patenteia, não querer ver que as imagens encontram a simbiose perfeita com os cenários, que os actores são a exacta corporização destes, que tudo está de acordo com o espaço sufocantemente fechado e, até, com a insignificância social dos conflitos que nele se desenrolam. É que, se alguma coisa é clara neste filme, tal é a noção de precaridade de todas as coisas, a transitoriedade que acompanha os gestos. A morte não é uma tragédia mas uma figura de estilo literário. A vida pode sê-lo, mas não esta. As alvoradas estão lá fora, além da morte, além de tudo o que, neste filme, está. A última imagem do cinema de Visconti não é, lembremo-lo, a do velho leopardo agonizante. É a de uma jovem correndo numa álea de jardim em direcção ao sol que vem aí.

Helmut Berger e Silvana Mangano em «**Violência e paixão**» *de Visconti (hoje, ao fim da noite, na RTP/1)*

Teresa Berganza dá recital na Gulbenkian

A meio-soprano Teresa Berganza vai apresentar-se num recital no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, no próximo dia 14 do corrente, às 18 e 30, acompanhada ao piano por Alvarez Parejo. Interpretarão obras de Haydn (Cantata «Ariana em Naxos»); de Mussorgsky (O Quarto das Crianças); e Villa Lobos, de Turina e de Joaquim Nin.

Teresa Berganza, já conhecida do nosso público, recebeu uma sólida formação musical no Conservatório de Madrid e fez parte do Coro de Câmara dos «Cantores de Madrid». Com 18 anos, foi admitida nas classes de Lola Rodriguez de Aragón, aluna de Elisabeth Schumann, onde rapidamente se tornou aluna da grande pedagoga. Começaria depois a dar concertos nas escolas superiores e na Universidade de Madrid. Conquistou inúmeros prémios em Espanha. Começou depois a actuar em festivais estrangeiros e tem actuado nos melhores teatros de ópera da Europa, sendo ao mesmo tempo uma grande cantora de concerto. Além de ser considerada uma das melhores intérpretes dos compositores espanhóis Teresa Berganza tem um vasto reportório, do italiano ao russo e ao português, sem esquecer o italiano. Cantou no Teatro Nacional de S. Carlos e apresenta-se pela primeira vez na Fundação Gulbenkian.

Tem feito inúmeras gravações e actuado sob a direcção de grandes astros internacionais.

Alvarez Parejo, madrileno de nascimento, estudou em Madrid onde teve as melhores classificações. Em 1980 estreia-se em Valência com Teresa Berganza e obtém notável êxito. Intervem em diversos concertos de Televisão e é actualmente professor catedrático no Conservatório Superior de Música de Madrid.

Cinema para jovens em Tomar

De 27 de Janeiro a 1 de Fevereiro vai realizar-se, em Tomar, o 7.º Festival Internacional de Cinema para a Infância e Juventude que, neste Ano Internacional da Paz, abrirá, a propósito, com a longa metragem dinamarquesa «Samson & Sally».

O filme de Jannik Hastrup é uma alegoria da vida actual, mostrando que a Paz não é só a ausência de guerra, mas também, necessariamente, a garantia da vida terrestre e o equilíbrio natural entre as espécies que habitam o planeta.

Apoiado num grafismo cheio de comunicabilidade — que lembra as melhores produções dos Estúdios Walt Disney — «Samson & Sally» relata-nos a aventura de duas jovens baleias que em jornadas inesquecíveis, nos vão mostrando o maravilhoso mundo dos oceanos, mas também os dejectos radioactivos, as marés negras e a acção destruidora dos baleeiros.

Um filme alegre, que valoriza o que de maravilhoso existe na vida: o amor, a solidariedade, a alegria.

Seguramente, um bom começo para esta sétima edição do Festival Internacional de Cinema para a Infância e Juventude, que admitiu a concurso mais de oitenta filmes, inéditos em Portugal, e provenientes de vinte e quatro países.

Cinema português e cineclubes

A criação de cineclubes nas associações lusos-brasileiras pode contribuir, directa ou indirectamente, para o regresso do cinema português ao Brasil, defende o semanário «O Mundo Português», de São Paulo.

Segundo o semanário, através dos cineclubes poderiam ser exibidos os filmes portugueses do passado e do presente que «por falta de estímulo comercial deixaram de ser apresentados no Brasil».

Actualmente, refere ainda o jornal, «nem os amadores de cinema nem os espectadores comuns do Brasil conseguem ver filmes portugueses».

Região da Madeira já tem Instituto Superior de Artes Plásticas

O secretário Regional da Educação, Brazão de Castro, disse no Funchal que a cultura deve ser entendida como «um convívio entre um património de ideias e de expressões de uma mentalidade e de uma susceptibilidade colectiva e a capacidade de nova criação.

Aquele membro do executivo madeirense falava no decorrer da sessão solene de encerramento do período de instalação do Instituto Superior de Artes Plásticas da Madeira e considerou a cultura como «um sedimento de identificação e, por sua vez matriz de criatividade».

A propósito da cultura europeia disse que ela se caracteriza pelas diversidades dos povos que a constituem e pelas suas diferentes culturas. «É, afirmou, uma sociedade multicultural e tolerante que encontra na pessoa humana a sua dimensão.»

«Isto explica, adiantou, porque o Governo Regional fez nortear o seu programa numa visão personalista.»

Mais adiante, Brazão de Castro referiu que esta visão de cultura europeia fez surgir as regiões como os principais agentes culturais porque elas dão o sentido da identidade.

Depois de prestar homenagem a Peter Clode, Marques da Silva e Coutinho Gorjão, como iniciadores e impulsionadores do Instituto de Artes Plásticas, concluiu a sua intervenção afirmando que «a cultura se transmite através da educação mas esta não é só entendida num sentido escolar».

«A cultura produz-se numa diversidade de lugares, de métodos, de ambientes e de sistemas. Toda a sociedade é educadora e a família assume papel determinante no seu seio».

Alfas Triplex

— T. 806496

Alfa 1

REGRESSO AO FUTURO
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2

COTTON CLUB
(maiores 16 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 3

A FLORESTA ESMERALDA
(maiores 12 anos)
13.45, 16.15, 18.45, 21.15 e 23.45 h

Alfa Club

T. 763319

A CHORUS LINE
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Shopping Center de Lisboa

Amoreiras 1

REGRESSO AO FUTURO
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Amoreiras 2

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
(para todos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 23.30 h

Amoreiras 3

SILVERADO
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Apolo 70

COTTON CLUB
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Ávila

— T. 539930

OS GOONIES
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10 e 21.45 h

Avis

— T. 547163

AMÉRICA VIOLENTA
(maiores 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna

— T. 776098

HALLOWEEN III — REGRESSO ALUCINANTE
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Caleidoscópio

— T. 795093

BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
(para todos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Capitólio

— T. 372358

A CAIXINHA DOS PRAZERES
(maiores 18 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Castil

T. 530194

OS ESPECIALISTAS
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Uma cena do filme «Movimento em Falso», realizado por Wim Wenders, com Anna Schygulla, Nastassja Kinski e Rüdiger Vogler. Em exibição no Cinema Quarteto.

Cinebloco

— T. 556824

AMERICAN GIGOLO
(não acons. men. 18 anos)
14.30, 16.30, 18.30 e 21.30 h
FUGA PARA A VITÓRIA
(não acons. men. 13 anos)
24.00 h

Cine Camões

T. 324194

DUAS FACES DO AMOR
(n/acons. 13 anos)
14, 16.45 e 21.30 h

Cinemateca

SAPATOS VERMELHOS
(legendado) 15.30 h
— Os contos de Hodman
CARMEN JONES
(legendado) 21.30 h

Cine 222

— T. 579460

OS DOIS SUPER POLÍCIAS EM MIAMI
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
ESQUADRÃO SALAMANDRA
(m. 12 anos) 24.00 h

Cine Portela

— T. 2524761

Estúdio Anusha

O REI DE ALPHASET CITY
(maiores 16 anos)
14.45, 17 e 24 h

Estúdio Shezu

OS GANGSTERES MARADOS
(maiores 12 anos)
15, 17.15 e 21.30 h

City Cine

— T. 549999

ROSA PURPURA DO CAIRO
(maiores 6 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
O TUBARÃO
(não acons. men. 18 anos)
23.45 h

Condes

— T. 322523

A HONRA DOS PADRINHOS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Eden

— T. 320768

OS PUNHOS DA VINGANÇA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
O DRAGÃO VERMELHO
(não acons. men. 18 anos)
24.00 h

Estudio

— T. 555134

A LENDA DA FLORESTA
(M. 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Estúdio ACS

— T. 887255

A ESCOLHA DE SOFIA
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444

— T. 768078

OS BANDIDOS DAS BMX
(maiores 6 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h

Fonte Nova

— T. 7145109

Sala 1

JAMES BOND 007 — ALVO EM MOVIMENTO
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 2

LOVE STREAMS – AMANTE
(maiores 12 anos)
14, 16.30, 19 e 21.30 h

Sala 3

O ESPIÃO DO SAPATO VERMELHO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Forum Picoas

— T. 541037

TAMANHO NATURAL
(Int. 18 anos) 19.00 e 21.30 h
de Luís Garcia Benlanjuen

Gemini

— T. 734009

REGRESSO AO FUTURO
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 e 24 h

Hollywood

— T. 802859

Sala 1

O ESPIÃO DO SAPATO VERMELHO
(maiores 6 anos)
14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.45 h

Sala 2

COCOON — A AVENTURA DOS CORAIS PERDIDOS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 18.45, 21.30 e 24.00 h

Império

— T. 555134

OS ESPECIALISTAS
(maiores 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas

— T. 631162

Sala 1

COCOON — A AVENTURA DOS CORAIS PERDIDOS
(maiores 6 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Sala 2

A HONRA DOS PADRINHOS
(maiores 16 anos)
15.30, 18.45 e 21.45 h

Londres

— T. 801313

A HONRA DOS PADRINHOS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Mundial

— T. 538743

HALLOWEEN III — REGRESSO ALUCINANTE
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Nimas

— T. 574362

COTTON CLUB
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Odeon

— T. 326283

RAÇA VIOLENTA
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Olímpia

T. 325309

A ESTUDANTE SEXY
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
Filme pornográfico

Pathé

— 821933

DR. JENKEIL GOSTA DELAS QUENTES
(maiores 13 anos)
14.00, 16.30 e 21.30 h
O HOMEM DA PISTOLA DE OURO
(maiores 13 anos) 24.00 h

Politeama

T. 326305

OS ESPECIALISTAS
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto

T. 771378

Sala 1

COTTON CLUB
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
OS INCORRUPTÍVEIS CONTRA A DROGA (I parte)
(maiores 18 anos) 24.00 h

Sala 2

A CASA E O MUNDO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.30, 19.00 e 21.30 h
A GAIOLA DAS MALUCAS
(maiores 18 anos)
24.00 h

Sala 3

NOME: CARMEN
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.30 e 23.30 h
QUE SE PASSA DOUTOR?
(maiores 18 anos)
00.45 h

Sala 4

MOVIMENTO EM FALSO
(m. 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h
FANTASMA DO PASSADO
(m. 18 anos) 23.30 h

N'Gola

UTU, O ÚLTIMO GUERREIRO
(maiores 12 anos)
14.30 e 16.45 h
ANDREI RUBLIOV
(n/acns. 13 anos)
18.45 e 21.30 h

Restelo

T. 610375

FLORESTA ESMERALDA
(maiores 12 anos)
15.30 e 21.30 h

Cinema Rex

UTU, O ÚLTIMO GUERREIRO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45 h
JE VOUS SALUE MARIE
(m. 16 anos)
19 e 21.30 h

Roma

T. 889192

RAMBO — A VINGANÇA DO HERÓI
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Roxy

T. 548560

VAMOS A ISTO RAPAZES
(int. men. 13 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge

T. 579144

Sala 1

REGRESSO AO FUTURO
(maiores 6 anos)
15.30, 18.30 e 21.15 h

Sala 2

COCOON — A AVENTURA DOS CORAIS PERDIDOS
(maiores 6 anos)
14.00, 16.45, 19.00 e 21.45 h

Sala 3

CHORUS LINE
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

7.ª Arte

— T. 730715

SILVERADO
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Star

— T. 804210

DIVÓRCIO EM HOLLYWOOD
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
O HOMEM QUE SABIA DEMAIS
(maiores 12 anos) 23.45 h

Terminal

— T. 371573

OS GOONIES
(maiores 6 anos)
13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Tivoli

— T. 570595

A BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES
(para todos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Turim

T. 706666

O CLUBE
(maiores 12 anos)
15.00, 17.30 e 21.45 h
VITÓRIA EM ENTEBBE
(n/ acons. 13 anos) 24.00 h

Xenon

T. 368480

O DESPERTAR DA ADOLESCÊNCIA
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Zodíaco

— T. 570151

OS REPETENTES EM FÉRIAS
(maiores 6 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Linha de Sintra

AMADORA — Cinestúdio — «A Lenda da Floresta», às 15.30, 18.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)
AMADORA — Cineteatro Lido — «Chorus Line — O Filme», às 15.30 e 21.15 (maiores 6 anos)
AMADORA — Babilónia — «Silverado», às 14, 16.30, 19, 21.30 e 23.45 h (maiores 12 anos)
CACÉM — Cinestúdio Flores — «Rambo, a vingança do herói», às 15.00 e 21.30 h (maiores 12 anos) «O Violador», às 24.00 h (maiores 18 anos)
MEM MARTINS — Cine Teatro Chaby — «Fúria de Vingança», às 15.30 e 21.30 h (maiores 16 anos)

Linha de Cascais

CASINO ESTORIL — «Floresta Esmeralda», às 18.15 e 21.15 h (maiores 12 anos).
ALGÉS — Cinema 2000 — «A Chorus Line», às 14.15, 16.30, 18.30 e 21.30 h (maiores 6 anos)

Outra Banda

ALMADA — Academia — «Missão Final», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (maiores 12 anos). «O Elevador», às 24.00 h (maiores 16 anos)
ALMADA — Incrível — «Herbye no Rally de Monte Carlo», às 15.30 e 21.30 h (maiores 6 anos).
PAVILHÃO JARDIM (Trafaria) — «A Mulher Pública», às 16.00 e 21.30 h (maiores 18 anos).

Lisboa é sua
não deite lixo na rua

NÃO FUME EM RECINTOS FECHADOS

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE (Hoje) — ALVALADE - AVENIDA DO BRASIL: Marbel, Av. de Roma, 31-A (T. 776235); **BENFICA -BAIRRO DAS PEDRALVAS: Gouveia**, R. Augusto Costa (Costinha), lote 4, loja, Dt.ª (T. 707500); **CHELAS - COLÉGIO VANSASSINA: Santos Silva**, zona n.º 2, Chelas, bloco III, lote 226, loja 22 (T. 851265); **ENCARNAÇÃO: Ascenso**, P. do Norte, 11-A (T. 311216); **ESTRELA - INFANTE SANTO: Alb**, R. de Santana à Lapa, 156 (T. 663562); **INTENDENTE -CINEMA ROXY: Magalhães**, Av. Almirante Reis, 4-D-F (T. 549479); **LUMIAR: São Tomé**, E. do Desvio, lote 12-C (T. 790704); **POÇO DOS NEGROS: Modelar**, L. Dr. António Sousa Macedo, 7 (T. 608896); **REGO: G. Silva**, R. Francisco Tomás da Costa, 3-A-C (T. 771873); **RIO SECO: Biotifar**, R. D. João de Castro, 27-B (T. 638824); **ROMA - TEATRO MARIA MATOS: São João de Deus**, R. Pedro Ivo, 1-A-B (T. 885140); **SÃO VICENTE: Rosa & Viegas**, R. de São Vicente, 31-37 (T. 864351); **SALDANHA: Cardeira**, Av. Duque de Ávila, 32-C (T. 543495); **BRANDOA -AMADORA: Correia**, Urbanização Alfornelos, célula G, lote 137, loja B, poente (T. 990122); **ODIVELAS - PATAMEIRAS: Amaral**, R. Antero de Quental, 8-8-A (T. 9825455); **PONTINHA: Cruz Correia**, E. de Santo Elói, 41-A (T. 992453).

PERMANENTE (Amanhã) — AREEIRO - APEADEIRO: Chinde, R. Agostinho Lourenço, 6-B (T. 890331); **CAMPO DE OURIQUE: Castro Fonseca**, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857); **CAMPO PEQUENO - AVENIDA DE ROMA: Galeno**, Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A (T. 774920); CARNIDE: Guimarães Morais, R. Neves Costa, 33-35; **IGREJA DE ARROIOS -CHILE: Oriental de Lisboa**, R. Alves Torgo, 2-B (T. 545079); **JERÓNIMOS: Remísio**, R. dos Jerónimos, 14-C (T. 631699); **LUMIAR - QUINTA DAS MOURAS: Matos Viegas**, Av. Rainha D. Amélia, 34-B (T. 794174); **PAMPULHA - JANELAS VERDES: Nazário Pinto**, R. Presidente Arriaga, 39 (T. 667460); **SÃO SEBASTIÃO: Sá da Bandeira**, R. Marquês de Sá da Bandeira, 36-42 (T. 554672); **SAPADORES: Branquinho**, R. dos Sapadores, 87-89 (T. 842725); **SÉ: Santa Luzia**, R. da Saudade, 2-B (T. 869831); **TIVOLI - RESTAURADORES: Galénica**, R. das Pretas, 12-14 (T. 322588); **CODIVEL -ODIVELAS: Nabais Vicente**, R. A. lote 19-A (T. loja, Urbanização Codivel (T. 9816803); **PONTINHA: Pimentel**, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328).

Outra Banda — ALMADA: Macedo Henriques, R. Bernardo Francisco Costa, lote 1 T. 2751297). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Avelar da Silva**, R. Dr. Alberto Araújo, 9-A (T. 2750337). Permanente; **COSTA DE CAPARICA: Higiénica**, Av. da República, 23 (T. 2400020). Até às 19 horas; **MONTE DE CAPARICA: Guerreiro**, lote 21, IJ Moinho (T. 2950727). Até às 19 horas; **FEIJÓ: Tovar Chaves**, R. Dr. António Elvas, 104-D (T. 2296119). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Lopes**, R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028). Até às 19 horas; **LAVRADIO: Parreira**, R. D. Silva Cristino, 15-A (T. 2042016). Até às 19 horas; **BARREIRO: Piçarra**, Av. do Bocage, 65-A (T. 2074771). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Nova Fátima**, E. Nacional, 244-A (T. 2040141). Até às 19 horas; **CORROIOS: Universo**, E. Nacional, 10 (T. 2290084). Até às 19 horas; **AMORA: Matos Lopes**, R. 1.º de Maio, lote 401 (T. 2216355). Até às 22 horas; **TORRE DA MARINHA: Alves VELHO**, L. de Camões, 27 (T. 221132). Até às 22 horas; **MONTIJO: Moderna**, R. Bulhão Pato, 60 (T. 2310156). Até às 22 horas; **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Portugal**, Av. da Bela Rosa, 8 (T. 2040250). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Nunes**, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Cunha Pinheiro**, E. da Canarinha, 32 (T. 29215). Permanente; **Marques**, R. Arronches Junqueiro, 109 (T. 22783). Permanente; **Soromenho**, P. Machado Santos, 24 (T. 22691). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Cabrita, P. de Miraflores, lote 12 (T. 2101486). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Melo Almeida**, R. D. Diogo Couto, lote 182 (T. 4191697). Até às 19 horas; **CAXIAS: Nova**, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 2432839). Até às 22 horas; **OEIRAS: Alcântara Guerreiro**, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T. 2430691). Permanente; **CARCAVELOS: Vilar**, Av. Maria da Conceição, lote B (T. 2470777). Permanente; **PAREDE: Macau**, R. José Elias Garcia, 42 (T. 2471785). Permanente; **CASCAIS: Marginal**, Av. Marginal (T. 280078). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: Amadora, P. 25 de Abril, 3-A (T. 4935518). Permanente; **Campos**, R. Elias Garcia, 185 (T. 4930072). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 971023). Até às 22 horas; **QUELUZ: Gil**, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117). Até às 22 horas; **CAMARATE: Mendonça**, L. 25 de Abril, 135-C (T. 2573158). Até às 19 horas; **CACÉM: Central**, R. Elias Garcia, 55 (T. 9240034). Permanente; **MEM MARTINS: Química**, E. de Mem Martins, 285 (T. 9210012). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 6 (T. 9260144). Até às 22 horas; **SINTRA: Simões**, R. Heliodoro Salgado, 26 (T. 9230832). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290088).

Outras Farmácias — SACAVÉM: Maria, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Permanente.

Porto — DE DIA E TODA A NOITE — SANTA TERESA, P. Guilherme Gomes Fernantes, 100; **PADRÃO**, R. de Santo Ildefonso, 342; **SÁ**, R. de Vale Formoso, 181; **BOA-HORA**, R. da Boa-Hora, 80; **GUIMARÃES**, R. de Francos, 37; **QUEIJA FERREIRA**, R. Vasques de Mesquita, 32, às Antas.

Coimbra — PAIVA, P. do Comércio (T. 23231); **MONTES CLAROS**, R. Dr. António José de Almeida, 69 (T. 25904).

TEATROS

Teatro do Bairro Alto
R. Tenente Raul Cascais, 1-A — Tel. 66 15 15

«**PÁSCOA**» de August Strindberg. Encenação de Luís Miguel Cintra. Cenografia de figurinos de Cristina Reis.

Teatro Vasco Santana
Entrecampos — Tel. 76 86 09
De terça a sábado às 21.30, domingos às 16.00

«**JARDIM DE OUTONO**», de Lilian Hellman. Encenação de Luzia Maria Martins.

Teatro Aberto
P. de Espanha — Tel. 770969
De terça a sábado, às 21.45
Aos domingos às 16.00

«**TU E EU**», de Friechrichtk ZWaecher. Tradução de Vera San-Payo Lemos, José Fanha e João Lourenço. Cenografia de Ângelo Sousa. Música de Pedro Osório.

Grupo de Teatro Maizum
R. Poiais de S. Bento, 75
(Casa dos Tabuenses) Tel. 60 18 66

De 4.ª-feira a sábado, às 21.45

TUTANKAMON E A SUA RAINHA, de Adolfo Gutkin. Encenação de Adolfo Gutkin e cenografia de Ana Vieira. Intérpretes: Silvina Pereira e Carlos Paula Vasconcelos.

ABC
Parque Mayer — Tel. 36 67 45
Todos os dias às 21.45; sábados e domingos às 16.00

«**ARSÉNICO E RENDAS VELHAS**». Original de Joseph Kesulrind. Versão portuguesa de César de Oliveira, Gaspar Fiuza e Carlos César. Intérpretes: Maria Helena Matos, Carlos Quinas, Camacho Costa, Luísa Barbosa.

Teatro Maria Vitoria
Parque Mayer — Tel. 37 17 40
De terça a sábado, às 20.30 e 22.45, domingos às 16.00.

A nova fase da revista «**NÃO BATAM MAIS NO ZEZINHO**», original de Henrique Santana, Francisco Nicholson e Mário Zambujal. Interpretado por Eugénio Salvador, Ivone Silva, Henrique Santana, Linda Silva, Carlos Cunha e Maria Armanda.

Soc. Inst. Guilherme Cossul
Av. D. Carlos I, 61, 1.º
Sextas e sábados às 21.30
«**REI DA VELA**»

Teatro da Trindade
R. Nova da Trindade
(Tel. 32 00 00)
De 3.ª a 6.ª feira às 21.30
«**A QUEDA DUM ANJO**»

Teatro Variedades
Parque Mayer – Tel. 32 60 37
Todas as noites às 21.30

«**UM CORONEL EM 2 ACTOS**». Adaptação de Francisco Nicholson. Direcção e encenação de Varela Silva. Cenários de Octávio Clérigo. Interpretado por Camilo de Oliveira, Alina Vaz, António Feio, Paulo Marcelo, Dulce Guimarães e Francisco Nicholson (artista convidado).

Circo Chen
Praça de Toiros do Campo Pequeno
Todas as noites às 21.30; quintas e sábados às 16.00, domingos e feriados às 15.00 e às 17.30

«**O PRIMEIRO CIRCO DA EUROPA**» com a grande atracção mundial Família Zambo.

Circo Americano
Praça de Espanha
Todas as noites às 21.30; sábados e domingos, às 16.00

Jibóias, caniches, trapezistas-voadores, palhaços, salto mortal automóvel.

Teatro do Século
R. do Século, 41
De 4.ª a sábado, às 21.30; domingos às 17.30.

«**EMBALAGEM PERDIDA**» de Vera Feyder. Dramaturgia e encenação de Ricardo Marquez. Cenografia de Mário Jorge. Intérpretes: Lucindo Loureiro e Cucha Carvalheiro.

Comuna
P. de Espanha
— Tel. 72 08 18
De terça a sábado às 21.30
Domingos às 17.00

«**AMADIS**», de Abel Neves. Encenação João Mota. Interpretação: Abel Neves, Alfredo Brissos, Ameno Gonçalves, Amélia Varejão, Amélia Videira, André Nuno, António Melo, Carlos Paulo, Cecília Sousa, Isabel Medina, João Mota, Jorge Loureiro, José Pedro Gomes, Maria Marília, Marques Arede, e Paulo Ferreira.

Teatro Villaret
Av. Fontes P. de Melo — Tel. 53 85 86
Todos os dias, às 21.30, domingos às 16.00.

«**POUCO BARULHO**», de Michael Frayn. Encenação e direcção de Varela Silva. Com Nicolau Breyner, Manuela Maria, Morais e Castro, Guida Maria, Victor de Sousa, Rosa do Canto, Isabel Maria, Jorge Nery e Henrique Santos.

Feira Popular de Lisboa
CIRCO PAQUITO CARDINAL
Todos os dias às 21.30, domingos às 17.30

Teatro Ibérico
Tel. 63 99 74

De terça a sábado, às 21.30

«**BODAS DE SANGUE**», de Lorca. Encenação de Blanco Gil.

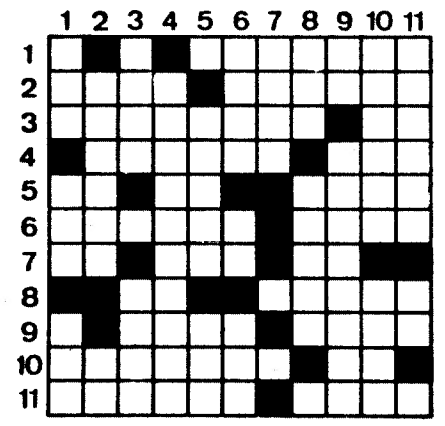
Porto — Campo Alegre
R. Camões, 312, 2.º-A — Tel. 38 21 31

A «Selva-Trupe» apresenta todas as noites às 21.45; domingos ás 16.00

«**OS AMOROSOS DA FOZ**» de Camilo Castelo Branco. Encenação de Norberto Barroca, cenografia de Manuel Passos e música de Paulino Garcia.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 15 630



HORIZONTAIS:

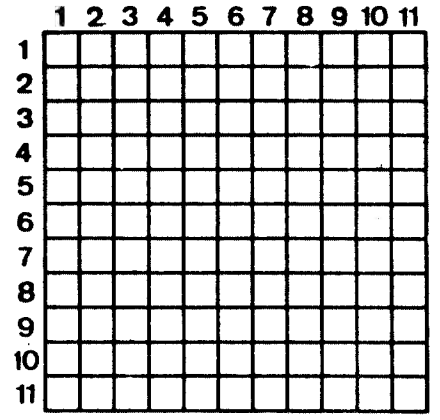
1 Artigo definido. Falsidade.
2 Pompa (fig). Vielas.
3 Poisaram no mar (o avião). Bário (s.q).
4 Odores. Acrescentando uma vogal é decote.
5 Níquel (s.q). Ruim. Corrente de água.
6 Caminhara. Fileiras.
7 O sono das crianças. Bigorna de ourives. Centiare.
8 Nota musical. Sórdido.
9 Sensação de azedume no estômago. Fechem as asas para descer mais depressa.
10 Vaguearas. Neste instante (inv).
11 Trituraras. Paixão.

VERTICAIS:

1 Nome de letra. Recusa. Possui.
2 Sereno (fig). Letra grega.
3 Prender com elos. Cure.
4 Perfumar.
5 Desejara. Tempo do verbo ir.
6 Engana. Alumínio (s.q). Colina na Suécia.
7 Despidas.
8 Possui. Nós.
9 Vi (inv). Guardariam segredo.
10 A cauda do peixe. Pudor.
11 Guarnecias de asas. Preposição.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 470



HORIZONTAIS:

1 Canto de muitas vozes reunidas. Apelido. Em as.
2 Mulher chinesa da classa baixa. Espantado.
3 Nota musical. Coragem. Níquel (s.q).
4 Içar. Tocar apito.
5 Ramalhetes. Época.
6 Cidade de Espanha. Consentimento.
7 Ralador. Autores.
8 Separarias.
9 Cério (s.q). Duma da Suécia.
10 Medida de superfície. Verdadeiro.
11 Nome de mulher. Mulher excessivamente gorda.

VERTICAIS:

1 Ocultar. Bolsas.
2 Pedras preciosas. Nome de fruto.
3 Letra grega. Estimara. Érbio (s.q).
4 Revestia de uma camada de crómio.
5 Rio de Itália. Desatas o que estava atado.
6 Nome de mulher. Rates.
7 Carta de jogar. Ponta aguda. Aqui.
8 Li. Artigo definido (ant).
9 Cidade de França. Apre!
10 Demorarias. Pronome pessoal.
11 Solitário. Ramada. Disrrito da ex-Índia Portuguesa.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA
N.º **15 629**

HORIZONTAIS:

1 DEPOIS. DA.
2 Eco. Teodora.
3 Luso. Im.
4 Tlim. Baeta.
5 Aatã. Corgo.
6 Ih. Um. Aca.
7 Cavala. Ar.
8 Hão. Noé. Se.
9 Ur. Pez. Mesa.
10. Vagira. Er.
11 Ao. Aa. Mossa.

VERTICAIS:

1 Delta. CHUVA.
2 Écula. Aarão.
3 Positivo.
4 Omaha. Pia.
5 It. Era.
6 Sem. Cuanza.
7 O. BOM.
8 Adiar. TEMPO.
9 Omega.
10 Dr. Tocasses.
11 Aa. Areara.

PROVÉRBIO: Depois da chuva o bom tempo.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA
N.º **14 469**

HORIZONTAIS:

1 Pargo. Agiam.
2 Ria. Sal. Mia.
3 Erno. Apar.
4 Sopra. Crise.
5 Animada.
6 Arate.
7 Marrã. Arpar.
8 Área. Riana.
9 Go. Piadas.
10 Ari. Roas. Da.
11 Reatas. Sãs.

VERTICAIS:

1 Preso. Mamar.
2 Airó. Bar. Re.
3 Ramp. Regia.
4 Ornarão.
5 Os. Aira. Ra.
6 Aí. Má. Pôs.
7 Al. Cataria.
8 Arderias.
9 Impia. Par.
10 Aias. Canada.
11 Marés. Rasas.

Radio

Antena Um

15.30: Vivósábado; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Som de sábado; **21.30**: Diálogo; **22.00**: Porto de honra; **23.30**: Último jornal; **23.45**: No estúdio e no estádio. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

14.30: A ópera «Genovena», de Schumann; **17.15**: Prelúdios, do 2.º volume, de Debussy; **19.00**: Música de câmara; **20.20**: Concerto, para oboé e orquestra, de Händel; **20.40**: Histórias de música e outras; **21.10**: Música portuguesa; **21.30**: Para além da leitura; **22.30**: Música sinfónica; **23.00**: Intercâmbio musical; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

15.00: Fim-de-semana; **19.00**: Quatro tempos; **20.00**: Quando o telefone toca; **21.00**: Tempo e resultado; **23.00**: Vigésima quarta hora; **01.00**: Concertos da Comercial; **02.00**: No calor da noite. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: A nossa turma; **16.00**: Pé de vento ao vivo; **18.00**: Tempo do TNT; **19.00**: Quatro tempos; **20.00**: Reticências e som da livre; **21.00**: Salto condicional; **22.00**: A luz de Edison; **01.00**: Concertos da Comercial; **02.00**: No calor da noite. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Onda Média

15.00: Música e desporto; **18.30**: Transmissão do terço; **19.30**: Quando o telefone toca; **20.00**: Conversa de amigos; **21.00**: Boa nova; **22.00**: Roteiro do Sul; **23.55**: Meditando. Noticiários de hora a hora.

Onda Média Regional (Évora)

13.30: Meio tom; **14.00**: Ligação à rede nacional.

FM-Estéreo

14.00: Dois tons; **19.30**: Transmissão do terço; **20.00**: Partituras; **21.00**: As fantásticas aventuras do Nautilus; **22.00**: Amigos de Alex; **23.55**: Boa noite. Noticiários de hora a hora.

TELEVISÃO

RTP 1

15.00 — Música Pop

15.50 — Desenhos Animados
«Dinky Dog»

16.10 — Panorama

16.35 — O Dia em que o Mundo Mudou
(8.º episódio)

17.35 — Fama
(5.º episódio) Os alunos da escola vão realizar o seu primeiro concerto da temporada perante uma audiência ao vivo no Anfiteatro Jones Blach.

A história do «Rock and Roll» nos anos 50 e 60, desde os Beatles até aos Beach Boys é o tema escolhido. Realização de Walter C. Miller.

18.25 — O Louvre
(10.º episódio) «A época de Rubens e de Rembrandt». Os quadros de dois dos maiores pintores de todos os tempos figuram em quase todos os museus do mundo e nesta série tomamos contacto com alguns aspectos da sua vida de homens e de artistas.

19.15 — Parlamento

19.45 — Totoloto

20.00 — Telejornal

20.27 — Boletim Meteorológico

20.30 — Campanha eleitoral para a Presidência da República
Período reservado aos candidatos.

21.15 — Rabo de Saia

21.55 — Aplauso
Com Fernando Pereira e a sua banda

23.20 — Telefilme
«O Verão Inteiro num Só Dia». Algures, no Espaço existe um planeta onde chove constantemente. O Sol só aparece uma vez de 9 em 9 anos e por breves horas.

Margot é uma pequena estudante desse planeta que já teve a felicidade de ver o astro-rei, quando habitava a cidade de Ohio no planeta Terra. Mas William, um seu amigo, está louco de inveja e decide vingar-se dela no dia em que a chuva vai parar: fecha-a num armário impedindo-a de participar na festa do Sol com os outros companheiros.

No fim do dia alguém encontra Margot e William é alvo de sérios castigos sendo punido pelos amigos.

Mss Margot perdoa-lhe e aceita as flores da reconciliação enquanto esperam pacientemente que passem, de novo, nove anos.

O telefilme foi baseado num conto de Ray Bradbury.

Título Original: All Summer is a Day. Duração: 25 minutos.

00.00 — Último Jornal

00.15 — Sábado Especial
«Violência e Paixão»: Num antigo palácio romano, vive um velho professor americano. Ao apartamento por cima do seu, adquirido por uma marquesa, chegam, como novos inquilinos, dois jovens ruidosos e escandalosos que perturbam irremediavelmente o sossego e isolamento do professor.

Uma obra melancólica e contemplativa, distante dos grandes frescos como «Senso» ou «O Leopardo», bem como das vigorosas observações sociais como «Rocco e Seus Irmãos», num estilo cuja serenidade é a de «Morte em Veneza» ou de «O Inocente». Ultrapassadas as fases do neo-realismo ou do «realismo romântico», este pelo menos na sua forma mais vincada, Visconti articula soberanamente as suas reflexões sobre o cinema e o teatro, propondo-nos um cinema de esplendorosa maturidade: tudo quanto de importante Visconti fez ao longo da sua carreira é incorporado num todo harmonioso.

Visconti: Em plena filmagem durante os anos 60

Com o seu verismo neo-realista, com as situações tendentes à universalidade, Visconti abriu de par em par as portas do romanesco cinematográfico sobre o conhecimento, através de uma obra em que os princípios que presidiam a «La Terra Trema» encontram o seu prolongamento natural, lógico e desejável em «senso», por exemplo, constituindo um dos mais interessantes e importantes pólos de evolução do cinema, de consequências bem mais profundas que tantos radicalismos mais espectaculares. O brilhantismo deste homem instável, hipersensível e atormentado, que incorpora o humanismo mais puro nas suas observações apaixonadas, está muito no facto de ter produzido uma obra tão diversa como coesa, tão soberba quanto despretensiosa, e que é uma constante profissão de fé no valor humano do cinema.

Título original: Grupo Di Famiglia In Un Interno. Realizador: Luchino Visconti. Intérpretes: Burt Lencaster, Helmut Berger, Silvana Mangano, Claudia Marsani, Romolo Valli. Duração: 125 minutos. Ano de estreia: 1974. Género: dramático. Fotografia: Cor. Origem: Itália.

RTP 2

16.55 — Troféu

20.00 — Animação
«História de Uma Cadeira»

20.30 — O Tempo das Catedrais

21.20 — À Sombra da Velha Árvore
(1.º episódio): O amor, a paixão e o drama vividos por uma família italiana da alta burguesia são o tema desta série escrita e dirigida por Alberto Gianett.

Alberto Caponegro, um homem de cinquenta anos, mas ainda muito ambicioso, é o chefe de família, em torno de quem giram os restantes personagens: a mulher, Helena, uma figura doce e atraente, os dois filhos, Massimo de 24 anos a Marina de 20 anos, e o seu pai já viúvo, o professor Riccardo. Marina tivera uma aventura com um homem casado e está grávida. E aqui principia a história! Toda a família, a começar pela mãe, acha que o melhor que Marina tem a fazer é apressar o casamento com Fábio, seu namorado há já muito tempo, e este, como não sabe nada, fica radiante por se ir casar com a filha de um homem rico. Mas Alberto já não é tão rico como se pensa, embora se recuse a aceitar a sua verdadeira situação financeira e minta a todos, incluindo à sua amante, Franca.

Apenas Massimo, que sempre mantivera com o pai uma relação de amor/ódio por saber da existência de Franca, se apercebe da verdade. Massimo gostaria que o pai confiasse nele, mas aquele, dominado pela ambição, continua a fingir. Até que um dia Alberto se envolve num negócio escuro e acaba por ir parar à cadeia, onde tem um ataque de coração. Entretanto a mulher morre; resta-lhe Massimo, um homem maduro junto de quem poderá acabar os seus dias.

Título original: «All'Ombra della Grande Quercia»

Intérpretes: Enrico Salero, Irene Papas, Massimo Ranieri, Francesca de Sapio Mino Belei.

Argumento e Realização de Alfredo Gianetti

AMANHÃ

RTP 1

10.30 — Eucaristia Dominical
11.30 — 70 Vezes 7
11.55 — Tempo dos Mais Novos
13.15 — TV Rural
13.45 — Tempo dos Mais Novos
15.05 — Sessão da Tarde — «Servidão Humana»
16.55 — A Amazónia de Cousteau — A expedição do século
17.50 — O Outro Lado da Crise
18.40 — Top Disco
19.35 — Como? Quem? Porquê?
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Campanha Eleitoral para a Presidência da República
21.00 — Crónicas de Bem Dizer
21.30 — Uma Mulher de Corpo Inteiro
22.25 — Domingo Desportivo
23.30 — Último Jornal

RTP 2

19.30 — Novos Horizontes
19.55 — Adágio
20.25 — Nós Por Cá
21.00 — Cineclube — «Sapatos Vermelhos»

CLÍNICA DE TELEVISÃO A CORES SOS CTC
A MELHOR ASSISTÊNCIA AO SEU TELEVISOR E VIDEO
GARANTIMOS RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
ESTAÇÃO DE SERVIÇO PERMANENTE
T. 88 27 86 - 89 98 26
Av. S. João de Deus 3 B e R. de Macau 8-1.º LISBOA

MELO INFORMÁTICA
SPECTRUM 48K
FABRICO INGLÊS
20 900$00
OFERTA MANUAL PORTUGUÊS
JOSÉ DE MELO & SILVA, LDA.
Escritório: R. Bernardim Ribeiro, 15 – cave/dt.º
Loja Zodíaco: R. Condo Redondo, 5 Loja C
Loja Melo: R. Gonçalves Crespo, 18-C (Clube Vídeo)
Tel. Zodíaco: 54 90 04 – Tel. Melo: 52 56 00 – 1100 LISBOA
Demonstrações 3.ª e 5.ª das 18 às 20 horas

GRUNDIG a segurança de um grande nome
seleccionou para si...
RTP 1 — 23.45. Sábado Especial
RTP 2 — 18.30 Troféu
Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO
Rua Bento Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada – Telef. 4197570

DL
PORTE PAGO
Fundador

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
03.30 **4,30 m**	09.19 **0,90 m**
15.59 **4,00 m**	21.29 **1,00 m**
Dia 12	
04.16 **4,40 m**	10.04 **0,90 m**
16.43 **4,00 m**	22.11 **1,10 m**

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS:

BRAGANÇA	7,8º
VIANA DO CASTELO	11º
VILA REAL	4,8º
PORTO	10,4º
COIMBRA	8,1º
CABO CARVOEIRO	12,8º
CASTELO BRANCO	4,2º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	7,8º
ÉVORA	7,2º
BEJA	6,9º
FARO	7º
SAGRES	11,2º
PONTA DELGADA	12,2º
FUNCHAL	16,2º

Comissão Política do PS recusou inquérito ao uso da Informática no partido

A Comissão Política do PS recusou a constituição de uma comissão de inquérito ao uso de informática no interior do partido, informou ontem o Gabinete de Imprensa daquele partido.

De acordo com aquele Gabinete, na reunião da Comissão Política do PS que ontem se realizou, António Campos, responsável do sector de organização socialista, propôs a realização de uma comissão de inquérito ao uso de informática no interior das estruturas partidárias, facto que foi recusado.

«A Comissão Política rejeitou tal proposta, por considerar que a mesma não tem a menor justificação e repudiou energicamente as acusações feitas ao PS por Salgado Zenha, quanto ao uso indevido de um computador praticado pela organização do partido», referiu o Gabinete de Imprensa socialista.

«A Comissão Política recordou que o PS se limita a recorrer aos serviços de uma empresa da especialidade para processar rigorosamemte, e só, o que consta das fichas de inscrição dos seus filiados, na estrita observância das disposições constitucionais sobre o assunto e em condições de igualdade com organizações afins», precisou.

Destacou ainda o Gabinete de Imprensa do PS que «está ainda absolutamente garantido o acesso dos membros do PS, sem excepção, ao respectivo registo informático como sempre esteve».

O Gabinete de Imprensa do PS informou ainda que a Comissão Política socialista aprovou o regulamento do próximo Congresso das Federações do Partido Socialista.

Nevoeiro não parou aeroporto nem barcos

O nevoeiro espesso que esta manhã cobriu Lisboa não foi suficiente para parar o tráfego aéreo no aeroporto da Portela nem para interromper as ligações fluviais no Tejo.

De acordo com um informador do Aeroporto de Lisboa a situação era esta manhã bem melhor da ocorrida durante o dia de ontem, e que levou ao cancelamento de 38 aterragens, tendo os aparelhos que se dirigiam para Lisboa sido desviados para Faro e Porto. Quanto a descolagens, só entre as 13 e as 15 horas de ontem foram possíveis pelo que, ainda hoje o aeroporto se encontrava repleto de passageiros que já deviam ter embarcado, estando os voos muito atrasados. No entanto, a melhoria durante a manhã das condições meteorológicas bem mais cedo do que a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), poderá levar à regularização da situação ainda durante o dia de hoje. Não foi só a zona da capital a acordar com uma espessa neblina. Também zonas abrigadas do País, como o vale do Sorraia, parte do vale do Sado e em Bragança, se fizeram sentir condições meteorológicas semelhantes às verificadas em Lisboa. A previsão do INMG adianta para hoje, nas zonas do Norte, chuva fraca ou chuvisco, e céu geralmente pouco nublado para Sul e, para todo o território, vento fraco e as neblinas e nevoeiros matinais.

Tráfico de jovens detectado em Chaves

A Polícia Judiciária de Chaves deteve um indivíduo de nacionalidade espanhola conhecido por «Paco» sob acusação de tráfico de jovens para a prostituição no seu país.

«Paco» é acusado pelas suas vítimas de tentar evitar com ameaças de morte e retenção dos seus haveres, o regresso a Portugal.

Segundo a Polícia Judiciária, as vítimas na sua maioria menores eram obrigadas a práticas sexuais com o Paco para posteriormente serem lançadas na prostituição.

DECARAS

VÍTOR BAPTISTA, o antigo jogador da selecção nacional de futebol e do Benfica, Vitória de Setúbal e do Boavista, está preso na cadeia de Setúbal à ordem do juiz de Instrução Criminal da comarca que confirmou a detenção. Foi detido, segundo um graduado da PSP daquela cidade, quando vendia roupas e óculos furtados. As diligências que culminaram nesta prisão foram desencadeadas na sequência do assalto de duas residências na estrada das Machadas de Cima. Vítor Baptista, de 36 anos, encontra-se desempregado.

CARLOS ABREU, vereador da Câmara de Santarém, foi agraciado com o título «Personalidade do ano Gastronomia/85», uma iniciativa da revista especializada «Portugal, Turismo e Actualidades». Carlos Abreu tornou-se merecedor deste prémio com a sua actividade na defesa da gastronomia portuguesa, materializada através da realização do Festival de Gastronomia de Santarém, que em Outubro teve a sua 5.ª edição. A entrega do prémio está marcada para Março.

ANTÓNIO JACINTO, escritor angolano cujo nome já passou fronteiras, foi agora contemplado com o prémio Nacional de Literatura de Angola, referente ao ano de 1985, pelo seu livro «Sobreviver em Tarrafal de Santiago». António Jacinto é membro suplente do «Bureau» Político do MPLA-Partido do Trabalho e foi co-fundador do movimento literário «Vamos descobrir Angola», em 1948. A partir de então participou em todas as actividades literárias angolanas.

UMBERTO ECO foi declarado vencedor do McLuhan Teleglobe Canada Award de 1985. O académico italiano, que também se notabilizou como crítico, escritor (é o autor do «best-seller» «Nome da Rosa») viu consagrada a sua actividade de «eminente filósofo de comunicação», como é classificado pelo comunicado da Unesco em que se divulga a atribuição do galardão, que vale 50 mil dólares canadianos. O seu objectivo é destacar um grupo ou uma individualidade cujo trabalho tenha contribuído para um melhor conhecimento da influência dos meios de comunicação na sociedade em geral e nas actividades cultural, artísticas e científicas.

PAMPLONA CORTE-REAL, antigo provedor de Justiça, aceitou desempenhar o cargo de provedor do cliente de uma companhia de seguros. O provedor do cliente é uma figura que já existe em muitas companhias internacionais e que tem como funções dirimir as questões sempre que exista litígio com o cliente, ficando a seguradora obrigada a acatar as suas decisões.

MEDEIROS FERREIRA, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, deputado e dirigente do Partido Renovador Democrático (PRD), apresentou na sala de exposições da Livaria Bertrand o seu novo livro: «Portugal em Transe — Notas de Política Internacional e Política de Defesa». Assistiram ao lançamento membros do corpo diplomático, homens políticos, docentes universitários, jornalistas. José Medeiros Ferreira tem exercido funções docentes na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O livro «Portugal em Transe» foi editado por «Publicações Pandora».

Barreto nomeia tarefeiro para director-geral do MAP

Continuação da pág. 1

Luís Santiago era o funcionário que, por despacho de Álvaro Barreto, tinha a responsabilidade de coordenar toda a reestruturação dos serviços. Manuel Domingues era o homem que oficialmente apenas tinha a seu cargo a chefia de um de quatro grupos de trabalho envolvidos na preparação da nova orgânica. Por decisão do ministro, Manuel Domingues estava subordinado a Luís Santiago mas, na realidade, sublinham fontes do MAPA, consumou um «autêntico golpe de Estado com o conluio do chefe de Gabinete do ministro e o beneplácito do próprio ministro».

Curiosamente, Álvaro Barreto, que há vários meses não recebia nem despachava com Luís Santiago, chamou-o nos últimos dias para que este com ele elaborasse o orçamento do Ministério. Durante esses dias Barreto não lhe fez referência ao pedido de demissão e, ontem à tarde, meia hora depois de ter terminado o trabalho do Orçamento (para o qual Manuel Domingues não estava preparado), Luís Santiago tomou conhecimento de que o seu pedido de exoneração tinha sido aceite. A notícia soube-a através de um comunicado assinado pelo chefe do Gabinete do ministro, distribuído a todos os funcionários do MAPA enquanto Santiago concluía o Orçamento com Barreto.

«Nem Salazar faria uma coisa destas», comentou ao «DL» um técnico do MAPA. No comunicado diz-se que as notícias saídas em vários jornais «deturpam completamente as intenções, transparência e forma de actuação que tem presidido ao processo de reorganização do Ministério». O documento confirma no entanto tudo o que aqui escrevemos: a reorganização em curso visava designadamente colocar num lugar-chave um homem da confiança de Barreto estranho ao MAPA.

Entretanto, o núcleo de Trabalhadores Sociais-Democratas do MAPA tornou público um comunicado no qual «contesta a forma inábil e autocrática com que o ministro se comporta para com os trabalhadores» e «repudia a nomeação do dr. Manuel Domingues», em virtude de ser «um elemento estranho ao Ministério e contestado por todos os trabalhadores». Os TSD's «enaltecem o comportamento do dr. Luís Santiago» (que será homenageado pelo funcionários da sua direcção geral na segunda-feira) e «exigem o apuramento da verdade em face das notícias publicadas» na comunicação nacional. Os TSD's contestam igualmente a afirmação incluída no comunicado do Gabinete de Barreto, onde se diz que «houve uma participação activa dos responsáveis» na elaboração das leis orgânicas.